ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 100
28 de Janeiro de 1976

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição – CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

Editorial

AS SEIS ALTERNATIVAS PARA A POLÍTICA NACIONAL

A aproximação de um novo acto eleitoral domina já os actos dos partidos políticos portugueses.

De facto, na conjuntura actual, seria difícil diminuir a importância das próximas eleições para a Assembleia Legislativa. Com elas terminará muito do que é provisório na revolução portuguesa e terá de iniciar-se a prática de um projecto político definido.

As condições em que vão realizar-se as eleições preocupam todos aqueles que pensam no futuro do País e da democracia em termos de responsabilidade.

A discussão da futura Constituição está ainda por terminar; a revisão do pacto constituicional MFA-partidos, embora se conheçam já as posições políticas das forças que nela intervêm, não tem ainda expressão acabada, e as operações de reajustamento do recenseamento eleitoral dispõem apenas de poucos dias para se efectivarem.

Por outro lado, aumentam os factores de inquietação e de instabilidade política.

Os perigos do fascismo, por detrás de uma direita fortemente dominada por preconceitos

(Continua na pág. 2)

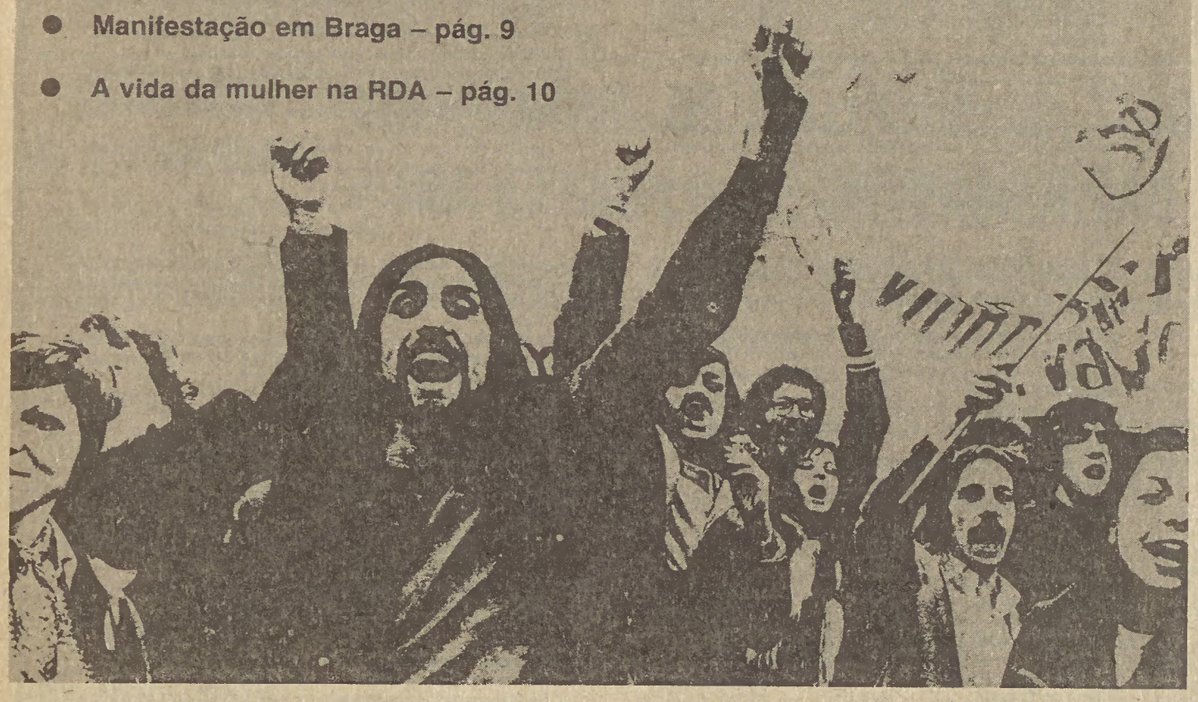
COMÍCIOS DO PCP

Realizaram-se no final da passada semana dois importantes comícios do PCP em Alenquer e Setúbal nos quais participou o camarada Álvaro Cunhal que pronunciou dois discursos que publicamos nas páginas centrais

TERRORISMO FASCISTA

- Desde Maio de 1975 verificaram-se mais de trezentas acções de violência
- Foram accionadas ou despoletadas a tempo 145 cargas explosivas, verificaram-se 149 assaltos, saques, fogos postos, autos de fé e cercos e 11 atentados a tiro
- 60% dos atentados terroristas foram dirigidos contra o PCP, 13% contra o MDP/CDE, 7% contra outros partidos de esquerda (MES, UDP, LUAR, FSP, PRP, FEC), 3% contra o Partido Socialista, 5% contra objectivos militares, 5% contra sindicatos e 5% contra órgãos de informação
- Durante o mês de janeiro verificaram-se já 47 actos terroristas
- Relação completa dos atentados fascistas na pág. 2

- Informar ou enganar? – pág. 3
- Contra o esquerdismo detonador da reacção – pág. 3
- UEC: Lutar pelo funcionamento normal das escolas – pág. 4
- Plenário da Intersindical – pág. 8
- Manifestação em Braga – pág. 9
- A vida da mulher na RDA – pág. 10



SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM A REFORMA AGRÁRIA

Pág. 9

DINAMIZAR E FORTALECER AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

O Encontro dos Activistas do PCP nas Organizações Populares que se realizou em Lisboa no passado Domingo, em Lisboa, contou com a participação de mais de três centenas de miliitantes comunistas vindos de todo o País e constituiu uma importante jornada de trabalho

(Pág. 4)

O POVO ANGOLANO VENCE

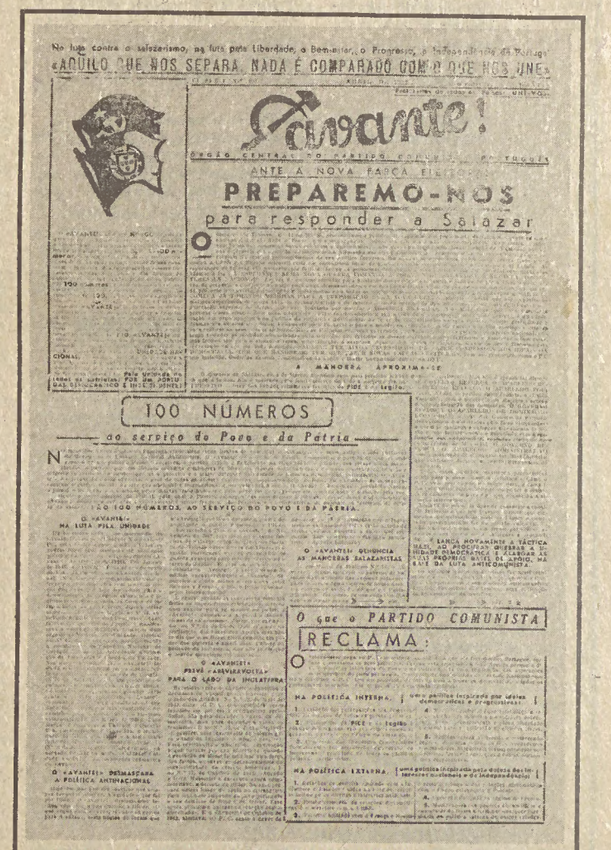
Angola continua no primeiro plano da luta contra o imperialismo. As vitórias do MPLA têm repercussões em todo o mundo. A África do Sul recua diante das FAPLA, que avançam com sucesso em direcção à fronteira com a Namíbia. No Norte, os agressores zairenses não têm outro recurso senão atravessar a fronteira e voltar ao seu país. De Cabinda ao Cunene, o imenso território angolano regressa à unidade.

(Pág. 12)

CONTRA OS MUNICÍPIOS

A ofensiva reaccionária contra os trabalhadores organizados ataca as estruturas populares e todos os organismos em condições de defender e tornar mais forte o movimento operário e popular. A direita dedica especial atenção aos municípios tentando destruir de vez a gerência democrática das autarquias, afastando os representantes dos trabalhadores das responsabilidades que lhes foram conferidas pelo movimento de massas. Derrotar essa ofensiva reaccionária é ajudar a vencer os inimigos violentos da democracia na sua escalada contra a prática das liberdades confiada a representantes honestos e responsáveis da vontade popular.

(Pág 8)



Publica-se hoje o n.º 100 da série legal do «Avante!». Prestes a entrar no seu 46.º ano de luta, o órgão oficial do Partido Comunista Português recorda o seu número 100 saído nos duros anos de clandestinidade, em Abril de 1947. Nas novas condições de trabalho, «Avante!» reafirma as palavras dos seus obreiros clandestinos: «São 100 números consecutivos de combate ao fascismo, de defesa da unidade. São 100 números ao Serviço do Povo e da Pátria».

Editorial

(Continuação da pág. 1)

antidemocráticos e reaccionários, são reais. Os seus paladinos e sequazes actuam já pela palavra ou pela bomba, neste último caso num crescendo significativo.

O anticomunismo verbal ou violento, pseudo-erudito ou primário, mostram a direcção política que certas forças vão imprimir à sua campanha eleitoral ao passo que os seus esforços para a recuperação capitalista do processo revolucionário português, empreendidos ao nível do aparelho de Estado que dominam e através das declarações e diligências concretas de dirigentes seus em conhecidos arraiais do capital financeiro, mostram inconfundivelmente a sua direcção social.

A campanha eleitoral, que ainda não está aberta mas já entrou pela porta do cavalo, vai de novo permitir uma definição – certamente desta vez mais precisa que nas eleições anteriores – das verdadeiras opções políticas e de classe das forças que se preparam para a disputa eleitoral e que irão guarnecer a futura Assembleia Legislativa.

* * *

Uma condição essencial para garantir a verdade das eleições é a manutenção e defesa da ordem e da legalidade democráticas.

O novo surto de violência e actos de terror, especialmente dirigidos contra instalações e militantes do PCP, integra-se numa manobra contra-revolucionária muito mais vasta que tem por objectivo último a supressão pura e simples das liberdades democráticas e a reinstauração da ditadura fascista.

Forças abertamente reaccionárias, como o CDS, e outras que embrulham o seu reaccionarismo visceral numa falsa capa social-democrata, como o PPD, estão-se nas tintas para a verdade das eleições e para a democracia mas o mesmo não pensa a maioria esmagadora do nosso Povo e das suas forças mais válidas que não estão dispostas a perder as conquistas do 25 de Abril e a aceitar a reinstalação da ordem fascista através da violência e do terror.

A instrumentalização de pequenos e médios agricultores pelos grandes agrários fascistas, que sempre os espezinharam, sob a capa da luta contra a Reforma Agrária lá onde ela praticamente ainda não chegou, encobre objectivos não confessados de organizar e mobilizar os camponeses pobres e médios contra a ordem e a legalidade democráticas e abrir o caminho ao desencadeamento aberto do terror e da violência contra todos os democratas e antifascistas. Por detrás das iniciativas de Rio Maior, Braga, Merceana, e outras, que se alargam pelo país, está de facto o dedo do ELP e do MDLP a empurrar a contra-revolução fascista; por detrás das acções terroristas e dos ultimatos da FLA, nos Açores, está o dedo do CDS e do PPD que de forma aberta ou velada conforme as circunstâncias, empurram para o separatismo.

Em nome da dignidade do acto eleitoral que se avizinha é imprescindível que as autoridades civis e militares reprimam e ponham cobro às actividades terroristas contra a democracia portuguesa, que promovam leis revolucionárias que permitam prender e castigar os criminosos fascistas que atentam contra as vidas, a tranquilidade e a liberdade dos portugueses.

* * *

Nenhum outro partido tem respeitado mais a ordem e a legalidade democráticas do que o PCP, ninguém mais do que os comunistas tem defendendido com tanta energia e consequência as liberdades tão arduamente conquistadas pelo nosso Povo. Sabemos que, como os comunistas, milhões de portugueses que não professam os nossos ideais são igualmente ciosos da liberdade e da democracia; sabemos como, civis e militares, todos esses portugueses consideram necessário erguer uma barreira contra o terrorismo e contra o regresso da velha ordem fascista.

O anticomunismo, que aponta desde já na propaganda pré-eleitoral de certos dirigentes ditos de esquerda traz graves prejuízos à aglutinação desses milhões de vontades que querem salvaguardar a liberdade e a democracia e não favorece as próprias ambições eleitorais de quem o pratica.

As calúnias e diatribes anticomunistas já acarretaram fundas erosões nas fileiras de alguns partidos de esquerda. Isso devia motivar reflexão.

Não é um bom serviço prestado ao seu partido e a si próprios as declarações do Dr. Mário Soares e de Manuel Alegre no estrangeiro contra o PCP. E ainda menos à causa da unidade da esquerda em Portugal. Também o documento do Secretariado do PS, dado a público em 27 último, peca por desnecessárias ferroadas anticomunistas.

É verdade que Mário Soares acompanhou as suas deformações da fisionomia política do PCP com algumas considerações que apontam noutra direcção, embora carecentes de boa fé, e por outro lado o documento que referimos do Secretariado Nacional do PS contém aberturas que podem favorecer o recomeço de relações diferentes entre os dois partidos. Posições corajosas como a de algumas organizações do PS, que vieram a público tomar posição contra o novo surto comunista, essencialmente dirigido contra o PCP mas que ameaça já também claramente os socialistas, constituem passos positivos num largo caminho unitário através do qual se pode construir a sólida ossatura de uma grande barreira antifascista que se impõe erguer.

O PS não pode representar por si a esquerda portuguesa. Também o PCP jamais o concebeu. Não há, porém, alternativa de esquerda em Portugal sem o PCP.

A defesa da ordem e da legalidade democráticas exigem a unidade de todos os antifascistas civis e militares e em primeiro lugar entre os socialistas e os comunistas.

Ter a coragem de o dizer e principalmente de o praticar nesta antevéspera da campanha eleitoral é um mérito das forças realmente interessadas em defender a democracia e a liberdade, interessadas de facto em defender as conquistas essenciais da revolução.

* * *

Na antevéspera da campanha eleitoral o povo português encontra-se na encruzilhada e tem de escolher o caminho.

As alterações produzidas na situação nacional impõe a ponderação, a determinação e a clarividência política das massas populares. A defesa das liberdades e das conquistas fundamentais da revolução impõe que valorizemos o que nos une e afastemos o que nos divide. Uma clara consciência do caminho a seguir é um imperativo para todos os portugueses amantes da sua patria.

* * *

No domingo, último, em Setúbal, Álvaro Cunhal apontou as seis grandes alternativas que se colocam ante o nosso povo.

Ordem democrática ou terrorismo fascista; economia progressista ao serviço do povo e do País ou a recuperação pelo capital monopolista; Reforma Agrária ou a recuperação do poder e das terras pelos grandes agrários; política social voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores ou um novo súbito agravamento da exploração para enriquecimento dos capitalistas; independência nacional ou submissão ao imperialismo; democracia ou uma nova ditadura fascista?

Nenhuma demagogia eleitoral, nenhuma prática anticomunista pode iludir estas grandes opções verdadeiramente apontadas para a defesa da democracia e da liberdade.

TERRORISMO FASCISTA

Desde que os fins de Maio de 1975 a sede do MDP/CDE em Bragança, foi assaltada por terroristas que deixaram nas paredes inscrições do ELP, verificaram-se cerca de três centenas de acções, de violência fascista: foram accionadas, ou despoletadas a tempo em cartos casos, 145 cargas explosivas, verificaram-se 149 assaltos, saques, fogos postos, autos de fé e cercos a 11 atentados a tiro.

Destas acções terroristas, 75% verificaram-se a Norte e 22% a Sul da linha definida pelos distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre, e 3% nas Ilhas Adjacentes. Das acções registadas no Sul, 13% registaram-se no distrito de Lisboa, particularmente nos concelhos do norte.

A maior intensidade de acções terroristas verificaram-se nos meses de Agosto (63), Novembro (57) e Julho (55). Mas só nos primeiros 24 dias de Janeiro registaram-se já 47 atentados.

O Partido Comunista Português, os seus militantes e Centros de Trabalho, têm sido alvo preferencial dos criminosos fascistas: 60% dos atentados terroristas foram dirigidos contra o PCP, 13% contra o MDP/CDE, 7% contra outros partidos de esquerda (MES, UDP, LUAR, FSP, PRP, FEC), 3% contra o Partido Socialista, 5% contra objectivos militares, 5% contra sindicatos e sindicalistas e 5% contra órgãos de informação.

MAIO — 1975

26 — Atacada a sede do MDP/CDE em Bragança.

JUNHO — 1975

5 — Cocktail molotov no Mercado do Povo em Lisboa;
7 — rajadas de metralhadoras, sem objectivo, nas ruas de Lisboa;
12 — granada contra o Centro de Trabalho do PCP em Fafe;
16 — assaltada a sede do MDP/CDE em A-Ver-o-Mar;
17 — petardo junto a um banco em Lisboa;
19 — rebentamento duma bomba junto à porta da Igreja da Graça.

JULHO — 1975

11 — Descoberta uma bomba junto à Caixa Geral dos Depósitos em Lisboa;
13 — destruídos o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Rio Maior;
16 — tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Lourinhã;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Batalha;
17 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP no Cadaval;
18 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Lourinhã;
— violências contra reuniões de Comissões de Moradores na Batalha;
— assalto à sede do MDP/CDE em Matosinhos;
— onda de violência em Aveiro; assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede da União dos Sindicatos;
19 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Minde;
— assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Ílhavo;
— assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Valença;
— ataques a pavilhões do PCP, MDP/CDE e «Diário de Notícias» no Porto e à delegação do Rádio Clube Português;
20 — petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Vale de Cambra;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Viseu;
— bomba na casa dum militante do PCP em Fafe;
— incendiado o Centro de Trabalho do PCP em S. Tiago da Cruz, Famalicão;
— cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Alcanena;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Figueiró dos Vinhos;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Mortágua;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Vila Viçosa;
21 — tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Castelo Branco;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Oliveira de Azeméis;
— apedrejamento ao Centro de Trabalho do PCP em Campanhã;
— assalto e saque ao Centro de Trabalho do PCP em Estarreja;
— provocações e arruaças contra a presença de comunistas numa delegação bancária e na Repartição de Finanças;
— bomba destrói o Rádio Farol em Vilar Formoso;
22— assaltado e saqueado o Centro de Trabalho do PCP em Alcobaça;
— assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Ansião;
— assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Vestiaria, Alcobaça;
23 — tentativa de assalto à sede do MDP/CDE em Braga;
— assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Valença;
— assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Oliveira de Azeméis;
24 — apedrejamento do Centro de trabalho do PCP em Alfama, Lisboa;
— ataque à sede do MDP/CDE em Sever do Vouga;
— encontrada uma bomba na caixa do correio da Pró-Unep;
— 2 bombas em automóveis em Fafe;
25 — tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Tomar;
— assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Trofa;
— assaltado e destruído o Centro de Trabalho do PCP em Esmoriz;
26 — assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Águeda;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Casainho, Fanhões;
27 — assaltado e saqueado o Centro de Trabalho do PCP em Gândara dos Olivais;
28 — tentativa de assalto ao Sindicato dos Metalúrgicos em Águeda;
— concentrações e arruaças exigindo o afastamento de 2 comunistas do Banco;
— assalto à Associação Recreativa Cultural em Amor, Leiria;
29 — ameaça de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Reguengos;
— assalto ao Centro de Trabalho do PCP em S. João da Madeira;
— bomba contra a casa do dirigente do PCP Diniz Miranda;
30 — assaltadas as sedes do MDP/CDE, PRP e FEC em S. João da Madeira;
— incendiado um pavilhão de vendas do MDP/CDE na Costa da Caparica;
— assaltada a delegação do jornal República no Porto;
31 — tentativa de fogo posto ao Centro de Trabalho do PCP em Anadia.

AGOSTO — 1975

1 — Cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede do MDP/CDE em Famalicão;
— ataque contra o Município de S. Pedro do Sul;
2 — bomba na oficina dum democrata e outras duas num local onde ia decorrer uma reunião do MDP/CDE em Anha, Viana do Castelo;
3 — assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE na Póvoa de Lanhoso;
4 — petardo junto à casa dum activista do MDP/CDE e bomba numa mercearia dum militante do PCP em Fafe;
— destruição da sede do MDP/CDE em Porto de Espada, Marvão;
5 — assalto ao escritório dum advogado, tendo sido incendiados os processos destinados ao Tribunal de Trabalho, em Famalicão;
— saqueados, destruídos e queimados o Centro de Trabalho do PCP e as sedes do MDP/CDE e da FEC em Santo Tirso;
— assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
— a explosão duma bomba em Lisboa, mata o seu portador, um ex-legionário e guarda-costas da família Melo;
— bomba num camião do Exército em Pinhel;
6 — destruição do Centro de Trabalho do PCP em Cantanhede;
— destruição do Centro de Trabalho do PCP e da sede do MES no Bombarral;
— tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP, em Barcelos;
— tentativa de fogo posto no Centro de Trabalho do PCP, em Ponte da Barca;
7 — inscrições e panfletos incitando à violência em Bragança, pelo denominado Movimento de Libertação do Povo Transmontano;
8 — destruição do Centro de Trabalho do PCP e arrombamento da sede do MDP/CDE em Penafiel;
10 — incendiado o stand de vendas da UJC no Porto;
— assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Monção;
— assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Penafiel;
— assaltados o Centro de Trabalho do PCP e o stand da UJC em Trofa;
11 — assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Tondela;
— onda de violência e destruição em Braga: incendiados o Centro de Trabalho do PCP, as sedes do MDP/CDE e da União dos Sindicatos e o Mercado do Povo; tentativa de destruição do emissor de FM do Rádio Clube Português;
12 — tentativa de incêndio da sede da FSP no Porto;
— assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Viseu;
13 — tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Velho;
14 — incendiado o Centro de Trabalho do PCP em Arcos de Valdevez;
— tentativa de incêndio do Centro de Trabalho do PCP em Amarante;
15 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP no Caramulo;
16 — cocktail molotov contra a sede do MES em Gaia;
— grande provocação, agressões, cerco a um comício do PCP em Alcobaça;
18 — ataques ao Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima;
— destruição do Centro de Trabalho do PCP em Angra do Heroísmo;
19 — assalto à sede do MDJ no Porto;
— tentativa de assalto à sede da União dos Sindicatos do Porto;
— destruição do Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada;
20 — destruição da sede do MDP/CDE em Fafe;
— provocação contra o Município de Cascais;
— agressão a um militante comunista em Barcelos;
— invasão e roubo do Centro de Trabalho do PCP em Gondomar;
— apedrejada a Livraria Victor em Braga;
21 — descobertas cargas de plástico no Centro de Instrução de Operações Especiais em Lamego;
22 — tentativa de ataque à sede do MDP/CDE no Porto;
23 — bomba e assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede do MDP/CDE em Bragança;
— tentativa de assalto à sede da LUAR em Vila Flor;
— assalto à sede do MDP/CDE em Serzedo, Gaia;
24 — tentativa de cerco ao Centro de Trabalho do PCP em Faro;
25 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Seia;
25, 26 e 27 — três dias de violência em Leiria: assaltos, saques, fogos postos no Centro de Trabalho do PCP, nas sedes da LCI, MES e FEC e nos escritórios de dois advogados antifascistas;
26 — bomba junto do Centro de Trabalho do PCP na Areosa, Porto;
— dois cocktails molotov lançados para o Centro de Trabalho do PCP em Peniche;
— descoberta uma carga de plástico na sede da FSP em Lisboa;
27 — assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Arrabalde, Esmoriz;
29 — tentativa de assalto à sede do PS no Crato;
— incendiado o carro dum militante do PCP em S. Pedro, Barcelos;
30 — bomba no Centro de Trabalho do PCP na Guarda;
31 — incendiada a sede do MDP/CDE em Cinfães.

SETEMBRO — 1975

2 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP, á sede do MES e aos estúdios do Rádio Ribatejo em Santarém;
3 — provocação contra o Município de Vouzela;
4 — provocção e tentativa de expulsão de militares da Campanha de Dinamização em Bragança;
5 — tentativa de assalto à sede da União dos Sindicatos do Porto;
8 — bomba na empresa Efacec em Matosinhos;
11 — agressão ao Inspector-Geral do Trabalho em Lisboa;
16 — cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Portalegre;
20 — petardos em diversos lugares do concelho da Batalha;
21 — bomba na messe do Estado Maior da Armada em Cascais;
— 2 petardos numa escola destinada a filhos de emigrantes espanhóis no Porto;
— bomba no carro dum artista do Circo Moscovo em Leiria;
22 — bomba contra o Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande;
24 — petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Vieira do Minho;
— tentativa de destruição do posto retransmissor da EN em Bragança.

OUTUBRO — 1975

9 — Bombas nos carros dum activista do MDP/CDE e num carro da Sada em Mirandela;
— tiros e granada contra um dirigente sindical em Montoito;
10 — bomba no quartel da GNR em Lagos;
— petardo no carro dum dirigente do PCP em Elvas;
— bomba no carro dum elemento da C. A. do Município de Viana do Castelo;
15 — petardo em casa dum militante do PCP em Fafe;
— petardo no carro dum militante do MDP/CDE em Fafe;
— petardo na sede da LCI no Porto;
— petardo na Estação de Melhoramento de Plantas em Elvas;
17 — petardo num carro em Melgado, Braga;
19 — incendiado o Centro Cultural e Social de Fanzeres, Gondomar;
21 — cocktail molotov na livraria Avante no Porto;
23 — tiros contra uma viatura do RALIS transportando crianças em Lisboa;
24 — bombas em diversos carros de militantes do PCP e de militares;
— bomba no Centro Regional da Reforma Agrária em Alcácer do Sal;
25 — bomba na tipografia Inova do Porto;
— saqueada a Casa de Angola em Lisboa;
29 — bomba no carro dum militante do PCP no Porto;
— bomba no carro dum militar do CICAP/RASP no Porto;
31 — bomba no Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
— bomba no Centro de Trabalho do PCP em Fafe.

NOVEMBRO — 1975

1 — Bomba numa viatura no Estádio da Luz em Lisboa;
— descoberto um petardo no carro do actor José Viana em Lisboa;
— petardo no carro dum militante do PCP em Chaves;
— agressão a um dirigente sindical em Setúbal;
5 — petardo no carro dum dirigente sindical do MDP/CDE no Porto;
— petardo no carro dum dirigente do MDP/CDE em Beja;
6 — petardo no carro dum militante do PCP em Valpaços;
— bomba em casa dum elemento do Secretariado do PS nos Açores;
7 — petardo contra o Rádio Clube Português no Porto;
— petardo contra a sede do PS em Lisboa;
9 — petardo no cinema Nimas (RCP) em Lisboa;
— granada no gabinete do Almirante Rosa Coutinho em Lisboa;
— assalto e incêndio do Centro de Trabalho do PCP em Alfândega da Fé;
11 — petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
— petardo no carro de um membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto;
— petardo no carro de um activista do MDP/CDE no Porto;
— petardo no carro de um padre no Funchal;
12 — bomba no estabelecimento Colunata no Porto;
— agressões e perseguições a militantes do PCP em Castelo de Vide;
— cocktail molotov contra a tipografia República em Lisboa;
13 — ocupação do posto emissor regional da EN em Viseu;
14 — petardo nos estúdios do RCP no Porto;
— atacadas e saqueadas as instalações da União dos Sindicatos do Porto;
— apedrejamento da sede da UEC no Porto;
16 — bomba em casa de um advogado em Melgaço;
— bomba num café de Matosinhos;
17 — petardo no carro de um militante da LCI em Coimbra;
— assalto ao Município de Alfândega da Fé;
18 — bomba na livraria do Diário de Notícias, em Lisboa;
19 — saque e fogo posto na sede do PS em Ermidas/Sado;
— tentativa de incêndio na Casa do Povo de Castro Marim;
21 — descoberta uma bomba junto ao Palácio de Belém, Lisboa, onde ia decorrer uma manifestação operária;
— cocktail molotov contra a sede da UDP em Paranhos;
— petardo no quintal de um militante do PS em Santo Tirso;
23 — petardo no quintal de um militante do MDP/CDE em Santo Tirso;
24 — bomba na casa de um dirigente do MDP/CDE de Viseu;
— bomba numa fábrica de cerâmica em Chaves;
— bomba destrói retransmissor da EN em Chaves;
— cerco e corte dos acessos a Lisboa por agrários de Rio Maior;
25 — 3 bombas no Porto. 2 em carros de militantes do PCP;
— cerco a uma reunião do MDP/CDE em Viseu;
— tiros contra o carro de um dirigente sindical em Mangualde;
26 — bomba no carro de um militante do PCP em Viseu;
— bomba numa padaria em Vila Nova de Gaia;
27 — metralhado o Centro de Trabalho do PCP em Guimarães;
— metralhado um dirigente sindical no Porto;
27 e 28 — perseguições e agressões a militantes do PCP em Viseu;
— bomba no carro de um activista do MDP/CDE em Viseu;
— bomba num estabelecimento em Braga;
— bomba num carro no Porto;
30 — bomba no Centro de Trabalho do PCP em Fafe;

DEZEMBRO — 1975

4 — bomba no Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
7 — bomba na cooperativa de máquinas têxteis em Guimarães;
8 — bomba na garagem de um militante do MDP/CDE em Riba d'Ave;
11 — 2 petardos na residência de um arquitecto em Valadares;
15 — tiros contra o Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
18 — incendiada a sede da UDP em Braga;
— bomba na casa do presidente da CA do Município da Maia;
23 — bomba contra o Centro de Trabalho do PCP na Póvoa de Varzim;
— bomba contra a tipografia de um militante do PCP em Freamunde;
— bomba no carro de um dirigente sindical no Porto;
25 — bomba numa livraria em Vila Nova de Gaia;

JANEIRO

2 — metralhada a Livraria Victor, em Braga;
6 — atentado falhado contra um advogado em Bragança;
7 — bomba na cooperativa Árvore, no Porto;
— petardo na casa de um militante do MDP/CDE, na Póvoa de Varzim;
8 — petardo no carro de um militante do PCP em Fafe;
— bomba no carro de um técnico do IRA em Coruche;
— bomba na casa do vice-presidente da CA do Município de Amarante;
— rajadas contra um carro com turistas espanhóis em Braga;
13 — rajadas contra um café frequentado por militantes do PCP e MDP/CDE;
— agressões a um militante do PS em Fátima;
— bomba na casa de um militante do PCP em Rio Tinto;
— bomba no estabelecimento Colunata no Porto;
— bomba na Livraria Estudo, no Porto;
— bomba numa furgoneta conduzida por um militante do PCP;
— desordens e espancamentos na cooperativa de Casais, Monchique;
14 — 2 bombas destroiem instalações do SAAL no Porto;
— bomba numa Tabacaria no Porto;
— bomba numa pastelaria no Porto;
15 — bomba no estabelecimento de um militante do MDP/CDE em Vila do Conde;
— bomba descoberta no Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo;
— bomba na sede do PS em Évora;
16 — incendiado o carro de um elemento da CA do Município de Esposende;
— bomba mata o seu manipulador (um agrário) em Reguengos;
— bomba nas traseiras da Casa do Povo, em Odemira;
— petardos contra um navio soviético em Leixões;
— petardos contra a casa de um militante do MDP/CDE em Fafe;
— rajada contra a casa de um militante do PCP em Fafe;
18 — bomba no Centro de Trabalho do PCP em Viana do Castelo;
— 4 rebentamentos em Viseu;
— bomba no estabelecimento de um militante do MDP/CDE em Santo Tirso;
19 — petardo em casa de um militante do PCP em Bragança;
— incendiado o Centro de Trabalho do PCP em Olhalvo;
20 — petardo na sede do MES, em Faro;
21 — bomba na casa de um ex-membro da CA do Município de Santo Tirso;
— bomba no Centro de Trab alho do PCP em Mértola;
— petardo numa tabacaria do Porto;
— tentativa de fogo posto na carpintaria de um militante do PCP em Arruda dos Vinhos;
— petardo no carro de um militante do PCP em Seia;
— petardo no carro do presidente do Sindicato dos Lanifícios em Gouveia;
— assalto e roubo no Sindicato dos Fogueiros no Porto;
— bomba no FAOJ em Braga;
— bomba no carro do actor José Viana, em Lisboa;
— bomba no carro de uma militante do PCP em Lisboa;
— bomba no carro de uma militante do PCP em Chaves;
— bomba na Cooperativa Popular de S. Martinho no Funchal;
— bomba na Associação Cultural de Braga.

CONTRA O ESQUERDISMO DETONADOR DA REACÇÃO

O combate às concepções, aos métodos, às formas de luta do radicalismo esquerdista é indispensável na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução

Quando um dia algum historiador corajoso quiser contar o que foram as vicissitudes da política de influência maoísta em Portugal vai ter um trabalho extremamente penoso. Terá de recorrer a toda a sua paciência e perspicácia para conseguir — e duvidamos que o consiga — pôr um pouco de ordem no confuso e triste panorama com que deparará.

Desde há dez anos para cá os grupos e grupelhos têm-se sucedido a um ritmo impressionante. Fazem-se e desfazem-se, trocam de «dirigentes», fazem «revisões», constituem-se, reconstituem-se e dissolvem-se, fraccionam-se e subfraccionam-se, insultam-se mutuamente, querendo cada um parecer mais à «esquerda» que o outro. Um verdadeiro regabofe. Um autêntico pagode chinês.

Escusado será dizer que toda esta atribulada existência se tem feito inteiramente à margem das lutas populares, primeiro contra o fascismo, depois do 25 de Abril pela democracia e pelo socialismo. Grupos e «dirigentes» enchem a boca com expressões como *povo* e *massas*. Incapazes de verificarem a sua própria impotência, cegos perante o bsurdo das suas pretensões não hesitam mesmo em se autoproclamarem *os legítimos representantes das classes trabalhadoras*. Confrontadas com a prática, as suas afirmações cobrem-nos de ridículo.

•

É neste contexto que se enquadra o recente aparecimento de mais um desses grupusculos. Despudoradamente, intitula-se de «Partido Comunista Português». E «reconstruído», entendendo esta reconstrução pelo ajuntamento num só organismo de uns tantos grupinhos e militantes até agora mais ou menos despassarados.

Fiel aos seus antecessores, este móvel organismo patenteia desde já alguns dos propósitos que o movem: o anti-sovietismo e a luta contra o nosso Partido. Incapazes de chegar aos trabalhadores, desfazados das lutas concretas da classe operária, os grupúsculos maoistas vivem permanentemente enredados na estulta pretensão de, como eles dizem, «retirar ao PCP a direcção do movimento de massas». Como se uma correcta política de massas pudesse ser decretada por meia dúzia de individuos sentados em volta de uma mesa, fora do próprio movimento popular que no dia a dia se enriquece, ganha novas formas e avança.

O «PCP(R)» é mais um dos vários «PCP» que têm aparecido nos últimos anos, todos eles guerreando-se entre si para terem o triste privilégio de serem os mais conhecidos na luta contra o Partido Comunista Português. Terá o mesmo destino que os outros. Conseguirá sem dúvida arrastar alguns pequeno-burgueses, irmãos de classe dos dirigentes maoistas. Conseguirá também arrastar alguns trabalhadores, enganados pela fraseologia pseudo-revolucionária e pelas promessas sempre incumpridas da «revolução já». Mas a mais do que isso não poderá aspirar.

•

Poderá parecer desnecessário determo-nos aqui sobre o aparecimento de mais um grupo esquerdista, entre as muitas dezenas surgidas nos últimos anos. A verdade é que, como salientou o camarada Álvaro Cunhal no seu recente discurso em Algés, «é tempo de compreender que o esquerdismo, o radicalismo verbal, tem grandes responsabilidades em sérias derrotas sofridas pelas forças revolucionárias após o 25 de Abril, tanto no movimento operário e popular como nas forças armadas».

Incapaz de impor às massas as suas orientações e métodos de acção, incapaz de ter uma visão correcta de cada situação concreta e adoptar a táctica conveniente em cada caso, o esquerdismo cai sistematicamente nos mesmos erros, acabando por fazer o jogo dos que estão contra o processo revolucionário. Muitas vezes — e os grupos maoistas são disso um bom exemplo — torna-se impossível distinguir, nos seus efeitos e consequências, as acções esquerdistas das provocações reaccionárias.

Sabe-se como, no decorrer do nosso processo revolucionário, em diversos aspectos e em várias circunstâncias, o radicalismo esquerdista, nomeadamente daqueles que se reclamam do maoísmo, tem adoptado posições coincidentes com as da direita mais reaccionária. O exemplo dos sindicatos é bem conhecido dos trabalhadores. Tal facto mostra que seria um grave erro para as forças revolucionárias, e em primeiro lugar para o nosso Partido, subestimar a luta contra o radicalismo esquerdista, deixar para um plano secundário o combate ideológico que no movimento operário e popular contra ele se deve travar.

•

O esquerdismo de hoje é igual ao de ontem, e amanhã será o mesmo. Um dos traços que o define é a sua incapacidade em aprender com as lições do passado, a sua obstinação em perante situações diferentes propôr soluções idênticas, como se a história de um processo revolucionário fosse algo de imutável.

Caracterizando-o, disse Álvaro Cunhal — e estas palavras devem ser lidas e meditadas por cada militante revolucionário:

«O esquerdismo, não dá, nem pode dar a justa orientação ao movimento popular. O esquerdismo é incapaz de analisar os factos e as situações. Não tem em conta as modificações que se registam na arrumação e correlação das forças sociais, políticas e militares. Fala sempre a mesma linguagem. Insiste sempre nas mesmas palavras de ordem e nas mesmas formas de luta. É incapaz de compreender a necessidade de recuar em ordem e disciplinadamente quando isso se impõe. É incapaz de estabelecer acordos com os aliados para o alargamento da frente de combate. Indica sempre o caminho do ataque, mesmo quando está em franco recuo. Indica sempre actuações radicais, voltadas para o choque e o confronto. Exagera o papel das minorias activas, despreza os acordos e as alianças e tende assim a conduzir ao corte da ligação entre a vanguarda e as massas e à consequente derrota do movimento popular.»

Tornando mais clara a sua ideia, o nosso camarada utilizou uma sugestiva imagem:

«O esquerdismo actua muitas vezes para com a reacção como o toureiro com a capa em relação ao touro. Com uma diferença. O bom toureiro provoca o touro com a capa, mas depois crava-lhe os ferros ou mete-lhe o estoque. E o esquerdismo provoca a reacção com a capa vermelha, o que parece muito bonito aos assistentes, mas não estando em condições de proceder como o toureiro adestrado, acaba por fugir ou ser colhido, fazendo colher em qualquer caso aqueles que o acompanham.»

•

Na fase actual do processo revolucionário desenham-se graves ameaças, originadas no avanço claro e descarado do fascismo. O inimigo principal da revolução situa-se à direita e não à esquerda, ao contrário do que alguns pretensos socialistas, infiéis ao próprio programa que um dia disseram ser seu, pretendem fazer acreditar.

Mas é precisamente porque neste momento existem perigos reais vindos da direita reaccionária, que se torna necessário sujeitar a uma severa crítica o radicalismo esquerdista. Conforme também salientou o camarada Álvaro Cunhal, «o radicalismo esquerdista contribui para concretizar esses perigos, pode servir de detonador de novas operações provocatórias e de novas ofensivas da direita reaccionária. O combate às concepções, aos métodos, às formas de luta do radicalismo esquerdista é indispensável na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução».

Combatendo os oportunismos de direita e de «esquerda», lutando unido e firme pelos seus interesses, o povo português saberá trilhar os caminhos da sua completa libertação daqueles que outrora o oprimiram e hoje pretendem regressar. Nesse combate e nessa luta, os comunistas ocuparão a primeira linha, rumo à democracia e ao socialismo.

INFORMAR OU ENGANAR?

A utilização de «notas oficiosas», de intervenções na TV, etc., transformou-se num meio predilecto de alguns responsáveis governamentais para iludirem as realidades. A nota da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, sobre a situação na Junta Nacional dos Produtos Pecuários é um pequeno, mas esclarecedor, exemplo de como se mascaram grandes problemas

Os métodos que ultimamente vêm a ser utilizados por alguns sectores da administração entregues a ministros ou outros membros do Governo, ligados ao PPD ou a determinados sectores do PS, revelam despudoradamente onde pretende chegar a acção e a política seguida pelos seus responsáveis.

Os «inquéritos» do Ministério do Trabalho (em cujos formulários se fazem os mais descabelados apelos à denúncia) as «sindicâncias» na RTP onde se pergunta aos trabalhadores suspensos qual o seu partido e quanto pagam de quota (sendo que o inquiridor parece já estar informado acerca de tais questões); as intervenções televisivas de alguns ministros (onde como dantes se dizem frases que nada têm a ver com a realidade), são já peças importantes que denunciam como políticas de direita só se podem pôr em prática com métodos reaccionários.

Uma pequena peça veio agora acrescentar-se a este já triste reportório, enquadrada, aliás, numa prática bastante corrente. Trata-se de uma «nota oficiosa» da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, acerca da situação na Junta Nacional de Produtos Pecuários. A *prática corrente* a que nos referimos é a das «notas oficiosas» em que nomeadamente os serviços ligados à economia e ao abastecimento, têm sido nas últimas semanas mais do que pródigos.

Antes de passar à nota em questão, convém, aliás, sublinhar que tal inflação de documentos oficiosos é particularmente esclarecedora. Na verdade, ela reflecte bem a incapacidade que os serviços que deviam cuidar das questões de abastecimento e preços (da situação económica na generalidade), encontram para explicar ao povo aquilo que o povo vê todos os dias... Apesar da grande ofensiva contra a informação, não se consegue impedir que, cada vez mais, largas camadas populares se apercebam claramente que as instâncias governamentais não estão a dar aos problemas nacionais — e nomeadamente no que se refere ao custo de vida — a resposta que deviam. Daí que essas instâncias governamentais não tenham outro remédio além de elaborarem «notas oficiosas» para virem anunciar o que no outro dia é desmentido no mercado ou para virem desmentir o que no outro dia é comprovado na rua!

A nota divulgada pela Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços tem dois tipos de importância: o primeiro advém do facto de se relacionar com o mercado de carnes; o segundo, o de constituir um flagrante exemplo da utilização da demagogia, do viciamento de argumentação que vem caracterizando tais documentos. É enquanto exemplo de uma forma de pensar e agir comuns a outras intervenções, que merece uma análise que a sua pobreza não justificaria.

No primeiro ponto do documento, informa-se que a direcção da JNPP foi suspensa e instaurada uma sindicância. **Nada mais se diz sobre o que determinou tal suspensão ou sindicância:** não há uma palavra sobre motivos, sobre irregularidades, sobre problemas — o que, aliás, seria incorrecto, uma vez que a sindicância estará a decorrer e seria necessário aguardar os seus resultados.

Contudo, no ponto 2, vem a habilidade, a insidiosa habilidade: a sindicância («que naturalmente abrangerá um vasto campo de investigação» — qual, não se diz...), «não deixará de, cuidadamente, averiguar toda a matéria relacionada com a grave situação de carência de carne que o país atravessa por inadmissível ruptura do seu abastecimento, bem como as faltas e responsabilidades que à direcção do organismo, nesse como noutros domínios, *possam vir* a ser atribuídas»(o sublinhado é nosso).

Isto é: depois de não se dizer nada sobre os motivos da sindicância — o que seria «juridicamente» incorrecto — vem o «pendurar» da eventual acusação: não se apontando quaisquer outras razões ou problemas para a suspensão, por um lado, jogando com a gravidade e a preocupação pública da questão do abastecimento de carnes por outro, a Secretaria de Estado *insinua* (com o forense «possam vir a ser atribuídas»!) que aí residem as razões da suspensão! O que equivale a pretender que cabe à suspensa direcção da JNPP a actual situação do sector!

Vem depois o ponto três, com o fulcro do problema: a direcção suspensa tem feito declarações públicas sobre o assunto, o que, para os autores da nota é «procurar sustar o prosseguimento da investigação e a eventual acção disciplinar, influenciar favoravelmente a opinião pública e reclamar antecipadamente para si o papel de vítimas e de perseguições, na tentativa de assim dificultarem a normal acção da justiça».

Destas palavras resultam várias conclusões:

1.º Para a Secretaria de Estado as questões da JNPP e do abastecimento de carnes não devem ser do domínio público. A única explicação que ela encontra para que funcionários defendam a política que seguiram num sector de interesse vital para o povo é a de «suster o prosseguimento da investigação», etc., etc. A Secretaria de Estado entende, por conseguinte, que os problemas do sector devem ser tratados com o maior sigilo, seguindo, aliás, as recomendações do ministro dr. Salgado Zenha, que já definiu publicamente o seu princípio político de que «o segredo é a alma do negócio»!

2.º A Secretaria de Estado entende que o povo (a que americanamente chama *opinião pública*), é constituído por uma cambada de patetas e ignorantes que são «influenciados» pelas declarações dos três elementos suspensos da direcção. A exposição feita por esses homens não é para a Secretaria incorrecta por conter falsidades, por ser tecnicamente errada — mas porque vai «influenciar» a opinião pública! É claro que considerando que a opinião pública é parva, se conclui facilmente que o segredo é importante porque se não, a opinião pública dá cabo do negócio. Fica-se esclarecido!

3.º Finalmente, a concepção que a Secretaria de Estado tem de justiça é inteiramente privada. Sem sigilo, sem segredo, não há justiça: é absolutamente indispensável que o povo (a «opinião pública»...) esteja a leste da justiça, se limite a aceitá-la depois de aplicada, sem nela participar ou acerca da causa ser informada — uma vez que para a Secretaria de Estado nenhum outro resultado, além de «dificultar a normal acção da justiça» poderá advir das declarações da direcção suspensa. A Secretaria de Estado acha que a justiça tem de ser completamente alheia à opinião que o povo (a «opinião pública»...) possa ter acerca das razões que as pessoas que ela acusa possam ter a apresentar. Porque, finalmente, a Secretaria de Estado entende que é ela que julga acerca dos interesses do povo e não o próprio povo.

É no ponto 4 contudo, que tudo se esclarece... A direcção suspensa, não contente com o fazer declarações públicas fez esta coisa: convocou «reuniões e plenários que pretendem classificar de representativos — como o que se encontra anunciado para o próximo sábado em Coimbra — nos quais se procura manipular os trabalhadores dos matadouros, para garantir o seu compromisso de apoio, antes que venham a ser conhecidas as conclusões dos inquéritos em curso».

Para a Secretaria de Estado, isto é demais: depois de se fazerem declarações públicas, ainda se pretende que os trabalhadores dos matadouros se manifestem sobre a situação!... Como os trabalhadores dos matadouros estão, para os cérebros da Secretaria de Estado, incluídos dentro da «opinião pública influenciável» é evidente que se conclui que eles vão ser «manipulados»!

A Secretaria de Estado tem opiniões definitivas acerca desta questão: as direcções da JNPP suspendem-se — e calam-se; os trabalhadores dos matadouros abatem as reses — e calam-se; a «opinião pública» compra — e cala-se. A Secretaria de Estado suspende, averigua, faz justiça, manda abater, governa — e fala.

Para concluir, a notinha faz a grande demagogia, a ridícula demagogia: os autores das declarações públicas, afinal o que têm é a consciência pesada! Não passa pela cabeça dos responsáveis da Secretaria de Estado, que quando se governa ao serviço do povo, é ao povo que se quer apresentar contas, não passa pelos sigilosos adjuntos do sr. dr. Magalhães Mota que, quando se pensa nos interesses dos trabalhadores, se sabe que são os trabalhadores que os defendem, que é com os trabalhadores que se governa, é ao povo que se prestam contas.

A Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, o Ministério do Comércio Interno, o dr. Magalhães Mota, o dr. Salgado Zenha, têm soluções bem contrárias, princípios bem diversos. Suspendem elementos governativos nomeados após o 25 de Abril e mandam-nos inquirir por altos funcionários nomeados pelo fascismo: exigem sigilo e segredo, *insinuam* que as responsabilidades dos seus sectores pertencem a outros — e entretanto é sob o seu Governo que os capitalistas voltam e os trabalhadores pagam; recorrem à mais reaccionária demagogia e manifestam a mais completa inoperância.

É bem diferente a política que o povo português exige: menos «segredos», porque menos «negócios»!

A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA PERTENCE AOS TRABALHADORES

De quem são os dinheiros da Previdência? Poderá reconhecer-se ao Estado actual alguma legitimidade para gerir os dinheiros dos trabalhadores quando órgãos estatais atacam o movimento operário e popular, com insistência preocupante, sobretudo no plano da actividade sindical?

O Estado português deve à Previdência cerca de 20 milhões de contos. Que fazer? Estatizar a Previdência, isto é, estatizar os 20 milhões de contos: simples, preciso... económico. Há entidades patronais que não pagam à Previdência as verbas já descontadas aos trabalhadores? É fácil: estatizam-se as dívidas dos patrões. Havia um Conselho Coordenador da Previdência de que faziam parte representantes legítimos dos trabalhadores organizados? Supérfluo: extingue-se o Conselho; manda-se para casa a Comissão Executiva.

Podíamos perguntar que Estado era esse que ficou a dever cerca de 20 milhões de contos à Previdência, isto é, à assistência materno-infantil, ao equipamento dos hospitais, à assistência médica e medicamentosa, aos subsídios de doença, às reformas, às pensões, à saúde do Povo português. Podíamos perguntar se foi só nas guerras coloniais que o Estado português e os homens de Estado portugueses gastaram esse dinheiro. Mas não vale a pena. O melhor é perguntar que legitimidade se poderá reconhecer ao Estado de agora (de transição?) para chamar a si a gestão de uma herança tão ruinosa do regime fascista.

Mas a resposta é conhecida. Os trabalhadores já a deram. Trata-se de «uma manobra antipopular, cuja finalidade é afastar os trabalhaodres de gerirem o que é seu para criar condições que permitam aos capitalistas utilizarem as verbas da Previdência em investimentos, como o fizeram antes do 25 de Abril».

Compreende-se: o Estado continua a ser um poder capitalista, um Estado defensor do capitalismo. Mas essa situação não convém de modo nenhum aos trabalhadores. E os do Porto, por exemplo, que o digam, pois já ultrapassa o milhão de contos o total das dívidas das entidades patronais do seu distrito às Caixas de Previdência.

Se o Estado até agora não interveio para cobrar essas dívidas, irá intervir de futuro sendo ele o principal devedor? Irá o Estado intervir agora, quando afasta o controlo operário e popular sobre a Previdência? Não.

O que o Estado pretende acabar é com a gestão democrática dos dinheiros dos trabalhadores, que denunciam e repudiam energicamente essa decisão para a qual não foram ouvidos nem achados. Por isso, o movimento sindical, todo o movimento operário e popular, exige a revogação imediata do despacho da Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais, «a recondução do Conselho Coordenador da Previdência e a reintegração de todos os trabalhadores progressistas saneados».

É o mínimo que se pode exigir de um Estado ao serviço do processo democrático. De outro modo, a estatização da Previdência só se compreenderá como mais um atropelo às liberdades democráticas, como mais um ataque que se inscreve, ao lado de muitos outros, na tentativa de enfraquecer e destruir as organizações de massas do movimento democrático, do movimento operário e popular, com especial incidência no movimento sindical.

PIONEIROS DO LARANJEIRO

O Centro de Trabalho do Laranjeiro do Partido Comunista Português, realizou no passado domingo no Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, uma festa para os Pioneiros.

A festa constou de ginástica, gincanas, corridas de sacos, andebol e outras actividades infantis.

Os Pioneiros tiveram a colaboração dos ginastas do Clube assim como de Mário Castrim e José Barata Moura.

A festa terminou num alegre convívio com a passagem de um filme.

ENCONTRO DE RENDEIROS DO NORTE

No decorrer de um encontro recente de delegados de Comissões de Rendeiros de todo o Norte, realiza-se no próximo domingo, nas instalações da Faculdade de Economia do Porto, pelas 14 horas, um Encontro de Rendeiros do Norte.

Esta reunião tem por objectivos discutir as formas de fazer frente aos entraves que têm surgido no respeitante à aplicação do regime de arrendamento rural definido pelo Decreto-Lei n.º 201/75, de 15 de Abril de 1975, entraves esses que se manifestam desde a publicação do referido decreto. Outro objectivo da assembleia dos rendeiros do Norte é organizar a luta contra as alterações posteriormente feitas a esse decreto — alterações que prejudicam ainda mais os interesses desta numerosa classe de pequenos e médios agricultores.

Segundo os organizadores o encontro será de grande importância para todos os rendeiros do Norte na medida em que permitirá ajudá-los a organizarem-se para a defesa dos seus interesses, nomeadamente na aplicação da Lei do Arrendamento Rural e o seu direito a serem ouvidos em todas as modificações que por acaso venham a ser feitas na lei.

COOPERATIVA DE MALPIQUE DO TEJO — UM EXEMPLO DE DETERMINAÇÃO

Na região de Castelo Branco, a estrutura agrária modifica-se em virtude da unidade de trabalhadores agrícolas e de camponeses pobres.

No Distrito de Castelo Branco, na Região da Beira Baixa, as populações começam a vencer o medo e o obscurantismo herdado de quase meio século de fascismo, e movimentam-se pela modificação da sua situação de trabalhadores explorados e sujeitos a condições de miséria e subdesenvolvimento.

Este despertar da consciência das massas populares para a esperança, para a acção e para a luta assume particular importância na região das Beiras onde dominam os caciques locais e persistem pesados e múltiplos resíduos do fascismo.

Nesta movimentação participam não só operários e trabalhadores da indústria mas também a população agrícola, que constitui a esmagadora maioria dos activos do distrito. E, também em Castelo Branco, a estrutura de propriedade agrária se transforma por força e vontade dos trabalhadores e camponeses pobres. As cooperativas agrícolas de produção começam a despontar. Como exemplo, a Cooperativa Agrícola e Pecuária de Malpique do Tejo, na freguesia do mesmo nome do concelho de Castelo Branco, que «nasceu do espírito que anima os trabalhadores rurais de trabalharem para produzir e não de trabalharem para serem explorados», — tal como nos afirma um trabalhador da zona.

A Cooperativa Agrícola e Pecuária de Malpique do Tejo abrange a Granja, o Carregal e Montes Baixos, ou seja uma extensão superior a 1000 hectares que eram propriedade da família latifundiária Abrunhosa. Grande parte destas propriedades encontravam-se em pleno abandono: no Carregal, que compreende 200 hectares, pouco mais de um hectare estava cultivado. Por toda a parte abundava o mato.

Com o apoio da delegação local do IRA, os trabalhadores tomaram a terra ao abandono e, segundo o mesmo trabalhador, «hoje, homens e mulheres já participam no trabalho de revolucionar a terra. Mas muitos mais querem aderir à Cooperativa, porque nela vêem a desejada libertação e o fim da exploração».

IMPÕE-SE A SOLIDARIEDADE

Um problema defrontam os trabalhadores que se encontram na Cooperativa de Malpique do Tejo:

«Neste momento todo o apoio é necessário. Há 6000 azinheiras em terreno de cultivo para deitar abaixo e o mato por desbravar. Há milhares de oliveiras, abandonadas numa selva de mato que chega a ser nocivo para as próprias oliveiras. Há que melhorar as condições para a pecuária: fazer a forragem, construir barracões para estábulos, etc. Conta-se à partida com 2 ou 3 tractores, 1500 ovelhas e cabras, 1000 hectares de terra e uma determinação que só é possível encontrar nos trabalhadores. São necessários máquinas e sementes. O IRA deu o seu apoio. Os trabalhadores, o seu trabalho e uma grande vontade de vencer».

Por enquanto ainda são poucos os trabalhadores que se encontram na cooperativa mas, se esta obra for apoiada, a Cooperativa Agrícola e Pecuária de Malpique do Tejo tornar-se-á uma fonte de trabalho e de produção importante não só a nível regional mas também nacional.

Algumas jornadas de trabalho voluntário tiveram como resultado, não somente uma efectiva ajuda material mas vieram também estimular os trabalhadores da cooperativa, cujo ânimo não é quebrado pelas dificuldades.

Importa, no entanto, dinamizar as formas de solidariedade e as jornadas de trabalho voluntário à cooperativa Agrícola e Pecuária de Malpique do Tejo, cimentando a aliança entre trabalhadores de diversos sectores e regiões.

Também em Castelo Branco, os trabalhadores agrícolas e os camponeses pobres manifestam estar com a democratização do país, trabalhando a terra unidos e confiantes. A cooperativa de Malpique do Tejo é pela sua localização e sobretudo pelo exemplo que constitui uma iniciativa apoiar. A revolução de que resultará um país livre e sem miséria faz-se com o povo português do Norte, do Sul e do Centro em unidade de objectivos e acção.

MÁRIO SOARES E OS EUA

O dr. Mário Soares, em digressão pelos Estados Unidos, fez várias declarações pretendendo apresentar, desde já, o seu Partido como triunfador certo das próximas eleições, actuando como futuro Primeiro-Ministro, decretando mesmo a seu gosto as percentagens de votos que concede ao PCP.

O objectivo de tais declarações não será apenas o de procurar brilhar perante os interlocutores americanos. Há nelas, também, evidentes fins eleitoralistas, visando impor à opinião pública uma imagem antecipada dos resultados, num esforço para, desse modo, a condicionar.

Nos países onde domina a corrupção e alienação política das massas populares por métodos do mais grosseiro eleitoralismo, são correntes manipulações deste tipo, que a própria lei eleitoral portuguesa, procurando defender a seriedade das eleições, interdita. Nada terá a ganhar a democracia portuguesa com a introdução no nosso país de tais formas de degradação política.

Pelo nosso lado não fazemos a manipulação de previsões eleitorais, mas estamos certos de que, embora isso possa desagradar a alguns, se a lei eleitoral não sofrer alterações que deformem a vontade popular, se as eleições se realizarem em condições de liberdade, será confirmado e reforçado o apoio que largas massas do povo português dão ao partido dos trabalhadores, ao grande partido da esquerda — o Partido Comunista Português.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MANOBRA DO CDS EM BRAGANÇA

O partido dos ex-ministros do fascismo tenta, por todos os meios, regressar aos lugares de onde o povo desalojou os reaccionários

«Dada a presença do CDS (que nos surpreendeu, visto este partido nunca ter estado presente em anteriores reuniões, não ser um partido representado no Governo, e ninguém nos ter explicado a que critério obedecia a sua presença, dado que, por exemplo, o MDP/CDE, presente em reuniões anteriores, com representatividade e influência no concelho, não estar presente), contestamos essa presença, tendo-nos recusado a prosseguir a reunião com a presença do CDS na mesma»—informa a Comissão Distrital de Bragança do PCP, numa carta enviada ao ministro da Administração Interna a propósito das manobras que se verificam naquele concelho.

Com efeito, esclarece na mesma carta a Comissão Distrital, a anterior Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Bragança, progressista, e que durante a sua permanência, à frente do município, contribuíu para a resolução dos problemas locais mais prementes, foi no seguimento da sua demissão substituída por uma comissão de gestão que se tem mostrado incapaz de resolver os problemas do concelho como implicitamente reconheceu num comunicado tornado público. Face à necessidade de uma nova Comissão Administrativa foram os partidos convocados para discutirem a sua composição, constatando-se, então a presença do CDS.

E esclarece a Comissão Distrital do nosso Partido em Bragança:

«É para nós evidente que a convocação do CDS para esta reunião foi, por parte da comissão de gestão, uma manobra tendente ao afastamento do PCP das reuniões e, por conseguinte, do futuro elenco da Comissão Administrativa».

«Considerando a actual situação política existente neste distrito, que é de completa ausência de liberdades democráticas, de que somos as principais vítimas, contribuindo em muito para isso o facto de não haver praticamente autarquias progressistas neste distrito, o que necessariamente se reflectirá no decorrer da próxima campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa», a Comissão Distrital de Bragança do PCP exige do Ministério da Administração Interna o afastamento do CDS das referidas reuniões e sugere a convocação das estruturas populares para a discussão do problema.

INSINUAÇÕES E INTRIGAS

Tomando os seus desejos pela realidade, publicou o semanário «Expresso», na sua edição de 17 de Janeiro, um intrincado exercício de especulação com o qual procura pôr em questão a unidade do Partido Comunista Português.

No mesmo dia, um dirigente do PS produziu num dos jornais do Estado que aquele partido administra e dirige, o «Diário de Notícias», afirmações no mesmo sentido.

Tais artigos, que surgem na sequência de outras declarações do mesmo teor orquestradas em vários órgãos de informações e certos círculos políticos, procuram dar alento a uma campanha de intriga que reflecte o desejo de ver aparecer no PCP o tipo de conflitos e arranjos de cúpula próprios de partidos da burguesia.

A coincidência de tais insinuações e intrigas não lhes dá qualquer fundamento, apenas provando tratar-se de uma ofensiva concertada, cuja técnica consiste em dizer tantas vezes uma mentira até que alguém se convença que se trata duma verdade consumada.

Podem desenganar-se no entanto os que nessa esperança fundamentam os seus planos de acção política. O PCP, forma superior de organização política do proletariado, guia-se por uma doutrina científica que lhe assegura a unidade ideológica e de acção. Contrariamente ao que insinuam e afirmam os textos em questão, e por muito que isso desagrade aos inimigos e adversários do Partido Comunista Português, a unidade de pensamento e de acção do PCP e do seu Comité Central é uma realidade sólida contra a qual nada podem as provocações e intrigas do tipo das que o «Expresso» ou o «Diário de Notícias» entendem publicar.

22 de Janeiro de 1976.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

ENCONTRO NACIONAL DE ACTIVISTAS DO PCP NAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

«Desde o 25 de Abril que o nosso Partido tem salientado que o processo revolucionário português se desenvolve a partir de duas componentes essenciais: o movimento das Forças Armadas e o Movimento Popular de Massas. À medida que se tem desenvolvido o processo, tem-se alterado a relação entre as duas componentes e podemos dizer que hoje, mais do que nunca, o movimento operário e popular é a barreira mais coerente para a defesa das liberdades, para a garantia das conquistas da revolução e para a construção de um Portugal democrático. Sendo assim, as organizações populares de base desempenham um papel muito importante na mobilização e organização do nosso povo na luta contra a ameaça fascista e na luta contra os perigos que tentam impedir a construção do Portugal democrático a caminho do socialismo.»

Com estas palavras o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, iniciou a sua intervenção na sessão de encerralento do Encontro nacional de Activistas do PCP nas organizações Populares de Base, realizado no passado dia 25, no Centro de Trabalho da Av. da Liberdade (antigo Hotel Vitória). Anteriormente, a camarada Alda Nogueira havia lido as conclusões do Encontro, aprovadas, por unanimidade, por mais de 300 camaradas das diversas regiões do país que, desde a manhã, haviam participado nos debates.

Balanço de diversas experiências a nível nacional, do desenvolvimento da capacidade de mobilização e intervenção das massas, e esboço das grandes linhas de orientação da acção dos comunistas nas estruturas populares, constituiram, em síntese, o trabalho do Encontro Nacional de Activistas do PCP ligados às Organizações Populares.

O encontro iniciou-se cerca das 9 e 30 com uma sessão plenária aberta pela camarada Alda Nogueira, membro do CC do nosso Partido, seguindo-se uma intervenção do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do C.C., que procedeu ao enquadramento político das assembleias populares no processo revolucionário. Um dos aspectos focados camarada Carlos de Brito foi crítica às ilusões esquerdistas sobre o «poder popular»:

«Nós, comunistas, não nos iludimos chamando poder popular às organizações populares de base. Não se trata de uma questão de palavras. A designação de poder popular significa para aqueles que a usam, a ideia de que há um poder político popular em confronto com o poder militar e político ou social. A propaganda esquerdista acerca do poder popular semeia a ilusão de que é possível ir criando pequenas ilhas de poder popular, de poder político dos trabalhadores à margem do poder oficial e que estas ilhas podem ir crescendo, crescendo, e acabar por engolir o poder oficial. Os idealistas defensores do chamado socialismo de base e também defensores de concepções semelhantes em relação ao poder popular, acenam com a ilusão de que às organizações populares são os futuros e próximos organismos do poder de Estado. Todas estas concepções desviam as atenções dos trabalhadores e das massas populares das questões do poder. Efectivamente, semeiam a ilusão de que se pode resolver os problemas do poder à margem do poder real, isto é, que se podem fazer pequenos poderes. Estas ilusões travam a intervenção das massas populares nas grandes questões do processo revolucionário e desmobilizam em relação às grandes batalhas da revolução. Não são apenas concepções idealistas, concepções que nada têm a ver com a realidade. São também concepções desmobilizadoras porque afastam efectivamente as massas populares, os trabalhadores, a classe operária dos grandes objectvos políticos por que tem de se bater na fase presente na Revolução.»

Na sequência dos trabalhos, intervieram vários camaradas das direcções das organizações regionais do Partido, que expuseram a sua experiência em relação à importante frente que constituem as organizações populares, nomeadamente as Assembleias Populares.

Da parte da tarde, o trabalho dividiu-se por secções, segundo os temas: promoção , organização e objectivos das Assembleias Populares; as Organizações Populares nas zonas rurais; as Assembleias Populares e Autarquias Locais – Concelhos Municipais.

A Síntese das Conclusões do Encontro (que junto publicamos) dão bem a dimensão da importância que o nosso Partido presta à organização popular, pelo seu papel indispensável na defesa dos interesses das populações e como instrumentos imprescindíveis na edificação de um país democrático rumo ao socialismo.

CONCLUSÕES DO ENCONTRO

A actual situação política caracterizada pelas tentativas da reacção para recuperar as posições perdidas, quer a nível económico quer a nível político após o 25 de Abril de 1974, coloca cada vez com mais clareza a grande importância e o grande papel das organizações populares de base no conjunto da luta popular em defesa das conquistas do processo democrático.

Os delegados ao Encontro escutaram impressionados, a vasta obra realizada e a grande experiência acumulada pelas organizações populares de base em todo o País, desde o Minho ao Algarve.

Dessa actividade, ressalta como ponto fundamental, o papel das organizações populares de base na defesa dos interesses das populações, na realização de melhoramentos, esperados há dezenas de anos e que, de outra forma, ainda não seriam realidade.

Tal é o caso de:

Construção de estradas e arruamentos, esgotos, abastecimento de luz e água, construção e beneficiação de escolas primárias e outras, construção de escolas préprimárias, construção de creches e parques infantis, criação de bibliotecas, cursos de alfabetização, grupos teatrais, fomento da prática desportiva, construção de ginásios e parques desportivos;

Solução ou tentativa de solução de problemas relacionados com o abastecimento das populações e controlo de preços;

Vigilância contra as actividades da reacção, contra assaltos, roubos e droga;

Criação e gestão de postos clínicos, medidas concretas relacionadas com a política de saúde, assistência médica e medicamentosa;

Alojamento de famílias desalojadas contra a política dos senhorios e as ocupações oportunistas;

Regularização de transportes, construção de abrigos nas paragens de transportes.

A organização popular de base contribuiu também decisivamente para a dinamização e mobilização das massas populares na luta pelo avanço do processo revolucionário e pela defesa das grandes conquistas da Revolução – nomeadamente as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

O Encontro regista a grande desigualdade verificada no desenvolvimento da organização popular de base. Nas regiões onde se reinstalou um poder local reaccionário não são apenas as liberdades democráticas, os direitos dos cidadãos e a actividade regular dos partidos políticos que são sufocados. São também perseguidas as organizações populares de base.

O Encontro aprovou alguns pontos de orientação para fazer face a esta situação.

A ORGANIZAÇÃO POPULAR NAS ZONAS RURAIS

As organizações populares de base têm contribuído para o melhoramento das condições de vida nos campos, quer defendendo os interesses dos trabalhadores rurais, de pequenos e médios agricultores, proprietários, rendeiros e seareiros quer ajudando a resolver os problemas concretos da população em geral, pelo que se conclui:

1. consideram-se organizações populares de base nas zonas rurais: as Comissões de Trabalhadores em geral, as organizações de pequenos e médios agricultores, as Comissões de Moradores, os Conselhos de Aldeia e as Assembleias Populares dentro do mais amplo carácter unitário.
2. As Comissões Administrativas progressistas das Autarquias Locais e as Campanhas de Dinamização do MFA, a par do esforço dos partidos democráticos deram um contributo precioso ao desenvolvimento da organização popular de base das zonas rurais de maior influência da reacção.
3. A substituição de algumas Comissões Administrativas progressistas por Comissões sob a influência de partidos reaccionários, além de outras circunstâncias, têm permitido à reacção, senão suprimir pelo menos desmobilizar estruturas populares que se assinalavam já por um trabalho muito positivo em prol das populações.
4. A campanha da reacção contra a organização popular de base nas zonas rurais incide sobretudo na tentativa de identificar essas organizações com o PCP.

Impõe-se desmascarar esta campanha deturpadora tendente a explorar um anticomunismo primário e simultaneamente contribuir para acentuar o carácter unitário da organização popular de base nas zonas rurais, combatendo todo o sectarismo.

5. No Alentejo, Ribatejo, Estremadura e regiões da Beira Baixa, as organizações populares de base, nomeadamente as Comissões de Trabalhadores das Unidades Colectivas têm dado e continuam a dar uma contribuição decisiva para a realização da Reforma Agrária.
6. O Encontro regista que, apesar das dificuldades que as organizações populares de base experimentam nas zonas rurais de maior influência da reacção, mesmo aí, em certas zonas estão enraizadas, desenvolvem um trabalho positivo na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, lutando pela recuperação dos baldios, extinção dos foros, pela aplicação da lei do arrendamento, realizando a compra colectiva do adubo, etc.

COMISSÕES DE TRABALHADORES

O Encontro reconhece-as como as estruturas mais importantes da organização popular de base. No entanto, dada a vastidão e complexidade das suas tarefas, o Encontro não as pode analisar em profundidade mas apenas considerar o aspecto da sua participação nas Assembleias Populares, da que são elementos determinantes.

COMISSÕES DE MORADORES

Quanto a estruturas e funcionamento das Comissões de Moradores, o Encontro considerou que:

1. As Comissões de Moradores são amplos organismos unitários de base, em cuja composição e funcionamento devem participar todos os moradores, sem qualquer segregação, que se mostrem dispostos a defender os interesses das populações.
2. As Comissões de Moradores têm as suas normas de funcionamento, elaboradas por elas próprias, e explicitando o seu carácter aberto e unitário.
3. Será de desejar que as Comissões de Moradores se liguem estreitamente com os moradores através da realização de amplos plenários periódicos da população.
4. Tem-se mostrado muito positivo a criação de grupos de trabalho, pelas Comissões de Moradores, em torno de objectivos e de resolução de problemas muito concretos.
5. Revelou-se também de grande importância a constituição de organismos unitários de coordenação entre as diversas Comissões de Moradores: os Conselhos de Moradores, as Comissões Coordenadoras, etc.

ASSEMBLEIAS POPULARES

1. As Assembleias Populares têm-se revelado como estruturas de grande importância na defesa dos interesses das populações, na dinamização das massas e sua mobilização no processo revolucionário, na coordenação de outras estruturas unitárias de base e organismos populares, pela sua intervenção na Administração Local em cooperação com os Conselhos Municipais e as Autarquias Locais.
2. O Encontro analisou algumas das experiências registadas na criação e funcionamento das Assembleias Populares.

   Embora considerando que não há uma receita única universalmente aplicada, o Encontro chama a atenção para o papel das Comissões de Trabalhadores e das Comissões de Moradores na dinamização e funcionamento das Assembleias Populares. Isto não pode minimizar o papel de outras organizações e estruturas.
3. O Encontro regista como nota muito positiva a tendência generalizada de as Assembleias Populares constituírem os seus órgãos permanentes.
4. O Encontro deteve-se sobre alguns desvios que se têm verificado na prática e sobretudo nos documentos programáticos de algumas Assembleias Populares e chama a atenção para as ilusões esquerdistas e idealistas acerca do «poder popular» que deformando o conteúdo das Assembleias redundam na sua desmobilização para as grandes tarefas do processo revolucionário.

AUTARQUIAS

1. O Encontro salienta:

   A importância das Autarquias geridas por Comissões Administrativas progressistas na formação e dinamização das organizações populares de base. Salienta-se que em locais onde as autarquias são geridas por elementos reaccionários as organizações populares de base ou ainda não existem ou defrontam-se com grandes dificuldades de actuação.
2. A importância do trabalho dos órgãos populares de base, no alargar da base social de apoio a uma política progressista, tal como ficou claramente demonstrado na defesa de Comissões Administrativas de Autarquias, inclusivé, por parte de populações ainda há pouco dominadas por caciques reaccionários.
3. Que se deve entender o actual ataque às autarquias locais como um ataque generalizado às organizações populares de base dado que a experiência demonstra toda a pressão que nas Autarquias ocupadas por forças reaccionárias se exerce no sentido de asfixiar as organizações populares de base.
4. A necessidade de os órgãos populares de base participarem no planeamento global dos Concelhos como forma de se conseguir uma definição mais justa de prioridades e a defesa de um planeamento correcto, contra os interesses de especuladores e caciques.
5. O apoio dos órgãos populares de base às Autarquias geridas por forças progressistas, na ultrapassagem da legislação reaccionária de que é exemplo o código administrativo de Marcelo Caetano ainda em vigor, mas ultrapassado na prática onde as forças populares conseguiram impor a sua força.
6. As experiências positivas através da criação de Conselhos Municipais como organizações capazes de permitir uma efectiva cooperação e interligação das Autarquias com a organização popular de base.

OBSERVAÇÃO FINAL

O Encontro regista como facto positivo o reconhecimento pela Assembleia Constituinte dos artigos já aprovados da Constituição, das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Conselhos Municipais.

Mas não pode deixar de desaprovar que outro tanto não tenha sido feito em relação às Assembleias Populares e outras estruturas unitárias de base.

O Encontro chama a atenção para as tentativas de direita no sentido de impor de fora normas apertadas de regulamenteção sobre a constituição, eleição e funcionamento das organizações populares de base, o que aparece nos textos dos artigos já aprovados da Constituição e traduz a intenção de os submeter a um controlo exterior.

O Encontro reafirma o que a este respeito tem sido dito repetidamente pelo PCP: são as massas populares, organizadas nas estruturas unitárias de base, que devem decidir livremente e com inteira independência das suas formas de organização e funcionamento e dos seus objectivos e acção.

COMÍCIO DA UEC EM COIMBRA COM A PRESENÇA DE CARLOS BRITO

A juventude tem um papel importante no Portugal a construir. Após as últimas eleições duzentos mil jovens atingiram a idade dos dezoito anos, passando a ser eleitores em potência. A sua participação é importante contra a escalada da reacção

"A UEC nasceu, viveu e lutou durante metade da sua existência nas condições da mais rigorosa clandestinidade, sob o terror e as perseguições fascistas, quando tudo era difícil e as ameaças nos cercavam a toda a hora" — recordou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, no discurso que pronunciou durante o comício comemorativo do quarto aniversário da União dos Estudantes Comunistas, que se realizou no Teatro Gil Vicente, em Coimbra, na quinta-feira passada.

"Apesar disso — continuou o camarada Carlos Brito — a UEC consolidou-se e desenvolveu-se, conduziu grandes batalhas estudantis, deu uma contribuição destacada à luta contra o fascismo e para o próprio derrubamento da ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários."

"As dificuldades de hoje não são comparáveis. As ameaças têm outra natureza. Estamos em condições, pois, para falar francamente. E sabemo-lo todos: para superar as dificuldades e conjurar as ameaças não há como tomá-las de frente."

O TERRORISMO COMO PLANO

Começando por se referir à escalada terrorista que nas últimas semanas ganhou nova intensidade, Carlos Brito frisou que, surpreendentemente, não há notícia de prisão de terroristas nem de qualquer acção resoluta contra eles, quando "em muitos casos as organizações do nosso Partido facultaram às autoridades indicações precisas sobre responsáveis por actos de terrorismo, implicados directos nos atentados e incêndios, mas apesar disso os criminosos continuam a disfrutar de toda a liberdade".

Afirmando que se torna imperioso reclamar com vigor crescente que as autoridades actuem decididamente para pôr cobro a este ascenso da violência fascista como preconiza, aliás, a plataforma que serviu de base à formação do VI Governo Provisório, o camarada Carlos Brito declarou:

"O terrorismo é parte integrante do plano do avanço da direita reaccionária.

"O terrorismo é expressão de uma conspiração mais funda contra as liberdades e as conquistas da Revolução, pela restauração do terror e da tirania fascistas.

"Semeando o pânico e a inquietação, através do terrorismo, a direita reaccionária procura preparar os espíritos para a aceitação de um **governo forte**, para a aceitação de severas restrições das liberdades em nome da ordem, procura criar a náusea pela democracia e inculcar a saudade pelo passado fascista.

"A direita reaccionária pretende provocar o caos generalizado para se apresentar depois como **salvadora da pátria**."

PREOCUPAÇÃO

Mais adiante, o camarada Carlos Brito recordou que perante uma ameaça real da direita "não pode deixar de se manifestar a maior preocupação em face das sucessivas libertações de chefes fascistas e dos seus agentes de repressão", os quais vão engrossar a tropa de choque reaccionária, em luta aberta e violenta, contra a situação democrática existente. E acrescentou:

"A complacência para com a reacção não a desarma. Encoraja-a, fortalece-a nos seus designios de desforra."

Manifestou depois a sua preocupação em face das divisões que subsistem e que alguns pretendem agravar e acirrar entre as forças empenhadas na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo. Preocupação que se faz sentir, igualmente, pela actividade de elementos provocadores que se mascaram com uma capa esquerdista dando origem a confrontações entre manifestantes e forças militarizadas, as quais devem ter "o discernimento necessário para detectar os provocadores, a preparação adequada para os neutralizar e ordens estritas para não dispararem tão facilmente sobre massas populares."

A POLÍTICA DE PREÇOS

Continuando a sua exposição sobre a situação política actual e que foi seguida atentamente pelas centenas de estudantes que enchiam por completo o Teatro Gil Vicente, o camarada Carlos Brito abordou a seguir a política económica "que pretende descarregar sobre os ombros dos trabalhadores e das massas populares o fardo da crise económica que atravessamos", denunciando assim a política dos partidos que têm hegemonia no Governo e "que actuam para conquistarem a confiança do capital e do imperialismo, como se nisso residisse a salvação da situação democrática em que vivemos".

Salientou a seguir que dessa concepção partem a política de preços que sobem vertiginosamente, os critérios sobre os abastecimentos do mercado onde faltam géneros essenciais, o congelamento da contratação colectiva, a orientação em relação à tributação com a elevação do imposto de consumo e outros impostos indirectos e o sentido geral das medidas de austeridade, bem como as medidas tendentes a facilitar a recuperação, pelos capitalistas, da economia nacional, nomeadamente e como ameaça iminente, a recuperação das empresas com intervenção do Estado e sob o controlo dos trabalhadores.

Sobre este assunto o camarada Carlos Brito afirmou que "o grande capital, o capital monopolista, já demonstrou ao longo dos 21 meses que nos separam do 25 de Abril de 1974 que é incapaz de coexistir com as liberdades e a democracia."

AS ELEIÇÕES

Recordando que o PCP não tem qualquer objecção quanto à data recomendada pelo Governo para a realização de eleições, as quais devem ter lugar até 25 de Abril, manifestou, contudo, que as preocupações do PCP "decorrem do facto de, em vastas regiões do território nacional, nos Açores, na Madeira, em muitas zonas dos distritos de Viseu, da Guarda, de Bragança, de Braga e de Leiria, não estarem garantidas, de direito ou de facto, nem as liberdades democráticas, nem o exercício dos direitos dos cidadãos, nem a actividade regular dos partidos políticos."

E interrogou o camarada Carlos Brito:

"Como se podem realizar eleições livres nestas vastas regiões onde a reacção nunca perdeu ou já recuperou o controlo da vida política e onde exerce esse controlo em regime de ditadura violenta, sem um mínimo respeito pelas leis democráticas que nos regem?"

Frisou, depois, as tarefas que cabem à UEC no próximo acto eleitoral, afirmando:

"Para já, relativamente às operações de recenseamento, há que ter em conta que depois do recenseamento que serviu de base à eleição da Assembleia Constituinte completaram 18 anos cerca de duzentos mil jovens. São 200 mil novos eleitores potenciais. Há que ajudá-los a regularizarem a sua situação face ao recenseamento através de uma propaganda sugestiva, há que ganhá-los para a grande responsabilidade que o Portugal do futuro exige dos jovens de hoje. Há que ganhá-los para votarem na esquerda, para votarem no PCP.

"A batalha pelo voto da juventude terá que ser uma direcção fundamental da campanha eleitoral do nosso Partido. Esta batalha para ser bem conduzida deverá ser entregue, em boa parte, nas mãos das organizações juvenis do PCP — a UEC e a UJC."

A terminar, o camarada Carlos Brito afirmou:

"A batalha pela unidade do movimento estudantil é parte integrante da luta do movimento popular, democrático e antifascista. Os processos na parte da frente estudantil repercutir-se-ão, favoravelmente, no todo." E formulou votos para que o quarto aniversário da União dos Estudantes Comunistas marque o desenvolvimento de uma grande campanha de recrutamento, pois só com uma forte organização bem enraizada nas escolas "a UEC estará em condições de continuar a contribuir tão positivamente como até agora e mais positivamente ainda para a construção de um Portugal democrático, caracterizado por profundas transformações nas escolas e na sociedade e marchando para o socialismo."

UEC: LUTAR NAS ESCOLAS PELO FUNCIONAMENTO NORMAL

A União dos Estudantes Comunistas pronuncia-se contra a paralização das escolas superiores, os condicionamentos às inscrições no 1º ano e a anulação do esforço de elevação do nível pedagógico

A Comissão Executiva da CC da UEC manifesta, através de um documento difundido no dia 21 deste mês, o seu repúdio pelas recentes medidas tomadas pelo MEIC, nomeadamente a inevitável paralisação, a curto prazo, de vários estabelecimentos do ensino superior (Faculdade de Letras e ISCSP de Lisboa, Faculdade de Engenharia do Porto e numerosos departamentos em Coimbra).

«Uma primeira análise das verbas atribuídas às diversas faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra permite já constatar que, não só se procedeu a um corte mínimo médio de 40 % nos orçamentos apresentados pelos Conselhos de Gestão, como ainda, em muitos casos, os dinheiros concedidos se encontram aquém das despesas feitas no ano lectivo transacto», salienta o documento, que aponta de seguida as consequências que irão afectar naturalmente, as massas estudantis: paralisação da actividade nas escolas superiores, os condicionamentos a que ficam submetidas as inscrições no 1.º ano da faculdade e a anulação de todo o esforço de elevação do nível pedagógico.

Face a esta situação, a UEC «denuncia vigorosamente as presentes medidas que tornarão inevitável o acentuar, até níveis imprevisíveis e insuportáveis, da degradação geral no ensino superior no nosso país»,, apelando desde já para a consciencialização das camadas estudantis e a imediata defesa da vida democrática nas escolas.

Como organização estudantil de vanguarda, a UEC preconiza a discussão e a programação, em todas as faculdades, das amplas acções de massas, em prol da denúncia da política anti-estudantil baseada na promulgação de medidas tendentes à asfixia económica dos estabalacimentos de ensino superior.

Entretanto, a Direcção da Organização Nacional do Ensino Secundário da UEC, consciente da actual situação no Ensino Preparatório e Secundário afirma, por seu turno, num recente comunicado:

«O país acaba de ter conhecimento oficial de que cerca de 200 000 estudantes do Ensino Preparatório e Secundário se encontravam sem aulas, por ainda não se ter feito a colocação de 14 000 dos 20 000 candidatos a professores.

Escolas sem ainda terem iniciado o ano lectivo e outras a funcionar com menos de metade dos professores necessários; alunos a terem dias com uma só aula porque não há professores para as outras; alunos sem aulas a disciplinas fundamentais para o curso que frequentam, o que compromete a sua passagem ao ensino médio ou superior – eis os traços de uma situação que os estudantes não podem permitir que se mantenha (contribuindo para agravar ainda mais as condições de ensino nas escolas do Ensino Preparatório e Secundário e ameaçando de «chumbo» muitos milhares de estudantes).

O facto de embora nas condições já apontadas haver actividade escolar na esmagadora maioria das escolas do Ensino Secundário, é uma vitória do movimento de massas dos estudantes que em reuniões, concentrações e manifestações exigiram a abertura das aulas, obrigando a tomar medidas para resolver problemas de instalações e vencendo a oposição de professores e Conselhos de Gestão reaccionários ou esquerdistas que prejudicaram milhares de estudantes ao pedirem a abertura das escolas só quando todas as colocações se tivesem efectuado.»

A actuação da Secretaria de Estado da Administração Escolar, completamente desenquadrada e incompetente, origininou – sarlienta esta nota dos estudantes comunistas – a entrega de colocações a umas «Comissões de Luta» de professores afectos ao grupelho reaccionário MRPP. Este, um dos factos que tem atrasado o normal funcionamento da actividade estudantil.

A DONES da UEC, alerta ainda os estudantes do ensino médio para «as graves consequências que a actual situação nas escolas está a ter. A arrastar-se, ela compromete não só o aproveitamento escolar do actual ano lectivo, como a continuação da vida escolar e da futura vida profissional de milhares de estudantes.»

Um dos sectores onde a reacção actua, personificada pelos bandos de fascistas muitas vezes em completa coordenação com os ultra-esquerdistas, é sem dúvida no ensino, mais concretamente nas escolas.

Neste momento, encaminhar «o ano lectivo para um beco sem saída com prejuízo das amplas massas dos estudantes do Ensino Preparatório e Secundário; boicotar a concretização de medidas progressistas como o 1.º ano unificado; aprofundr a crise do Ensino generalizando ao Ensino Preparatório e Secundário a situação caótica existente em muitas escolas do Ensino Superior, eis o sentido em que trabalha a reacção«.

Combater o perigo fascista, desmascarar as acções provocatórias dos reaccionários no interior das escolas, exigir a imediata colocação de professores e de medidas que melhorem as condições de ensino das escolas preparatórias e secundárias são, nesta fase do processo democrático, as lutas que devem activar a acção unitária dos estudantes portugueses.

COMÍCIO NACIONAL
EM LISBOA
31 JAN. * PAV. DOS DESPORTOS * 21.30 h
NA UNIDADE
A FORÇA DOS ESTUDANTES
4º aniversário
U.E.C.
COM A PRESENÇA DE ÁLVARO CUNHAL

NOVO CENTRO DE TRABALHO

Correspondendo ao acréscimo de militantes verificado nos últimos tempos as Direcções das Organizações Regionais do PCP têm procurado criar as condições necessárias para a vida política dos militantes inaugurando Centros de Trabalho nos locais onde o número de aderentes ao PCP torna indispensável a existência de um local de molde a serem tratados e discutidos os problemas que afectam os trabalhadores da região.

No próximo domingo, dia 1 de Fevereiro, será inaugurado em Foros da Afiteira, distrito de Évora, um novo Centro de Trabalho do PCP. Para celebrar a abertura das novas instalações realizar-se-á um comício em que estarão presentes camaradas da Comissão Concelhia e Distrital de Évora.

ENTUSIÁSTICOS COMÍCIOS EM SETÚBAL E ALENQUER

Milhares de militantes e amigos do nosso Partido acorreram aos grandes comícios realizados em Setúbal e Alenquer, no decorrer dos quais foram abordados importantes temas da actualidade nacional. Em ambos esteve presente o camarada Álvaro Cunhal

Subordinado ao tema: «Pela unidade de todas as forças democráticas contra a reacção», realizou-se no passado sábado, em Setúbal, um comício do nosso Partido que contou com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

O ginásio Clube Naval Setubalense estava completamente cheio e nas paredes podiam ver-se várias palavras de ordem, entre as quais «Com a Classe Operária pelo Socialismo», «Unir a Juventude, Defender a Revolução», «Lutar Trabalhar Estudar», «Pela Unidade das Força Democráticas contra a Reacção», «Com a Classe Operária, Liberdade e Socialismo», «Unidade Contra a Reacção».

Várias organizações do nosso Partido faziam-se representar sobressaindo entre a multidão os dísticos das células dos CTT, da Setenave, da Firma Custódio Sérgio, dos Professores Comunistas, da Caixa de Previdência, dos Bancários, dos Metalúrgicos de Montemor, da Mompor e da Organização dos Pescadores Comunistas de Setúbal.

De realçar também as presenças da Cooperativa Agrícola 1° de Maio e da representação do Barreiro que foram vibrantemente aplaudidas quando da sua entrada no recinto.

A mesa era constituída pelos camaradas Sofia Ferreira, membro do Comité Central do nosso Partido; David, da célula da Setenave, Luciana, da Cooperativa 1° de Maio, um representante dos Pescadores de Setúbal e dois representantes da Comissão Concelhia de Setúbal. O camarada Álvaro Cunhal daria entrada na sala mais tarde, saudado por todos os presentes.

A abrir o comício o representante da Comissão Concelhia de Setúbal do nosso Partido justificou a sua realização pela necessidade de maior esclarecimento e de uma maior mobilização por parte de todos aqueles que estão interessados no processo revolucionário. Diria a certo passo: «Que saiamos daqui, mais motivados para a luta, capazes de reforçar a unidade na classe operária, nos trabalhadores, capazes de organizar e mobilizar as largas massas para a defesa da Revolução».

Falou seguidamente o camarada David, da célula da Setenave. Depois de referir a luta que os comunistas têm travado na Setenave contra as manobras da direita encapotada na social-democracia e, especialmente, contra o anarquismo pequeno-burguês representado pelos grupos esquerdistas, diria, a propósito do combate contra o sectarismo: «A política desenvolvida pelos grupos aventureiros, política sectária, que hostilizava todos aqueles que não usassem fato macaco, afastando assim da luta pelo avanço do processo que vivemos, várias centenas de pessoas desde os empregados de escritório, até aos engenheiros e outros técnicos, que tão necessários são para a revolução, para a construção do socialismo.

No entanto temos chamado, e chamamos aqui a atenção dessas mesmas camadas sociais, que pelo seu lugar na sociedade, pelo lugar que ocupam na produção, são permeáveis às ideias da burguesia, do capital, e especialmente, ao mais refinado método de salvação capitalista, que é a social-democracia. Chamamos a atenção de todos esses, que foram no passado mais ou menos beneficiados com algumas migalhas do capitalismo, que não se iludam, essas migalhas seriam agora ainda mais pequenas. Não podemos esquecer que, com a perda do império colonial, com o atraso tecnológico que temos, com a crise mundial do sistema capitalista, com as vitórias alcançadas pela classe operária no campo social e no campo organizativo, a recuperação económica baseada no capitalismo, só é possível, com uma feroz ditadura fascista».

Ainda sobre a luta pela unidade e referindo-se também ao controle operário diria: «Nas últimas eleições que tiveram como fim a eleição dum programa de controle operário foi eleito o programa unitário que pelos seus principios de organização, de fins propostos, é um programa de orientação oposta a todo o passado das comissões anteriores. Este programa unitário obteve ele só mais votos que os outros quatro concorrentes juntos».

E mais adiante: «O controle operário é também um meio importante de luta contra a tentativa de recuperação por parte do capital dos sectores nacionalizados exercendo uma pressão no sentido da planificação do sector e do controle desse mesmo sector, assim como dos investimentos a fazer. O controle operário já sente, e irá certamente sentir ainda mais os ataques das forças capitalistas».

A camarada Luciana da Cooperativa Agrícola 1° de Maio, que interveio seguidamente, depois de referir o ataque das forças reaccionárias, dentro e fora do Governo, à reforma agrária, frisou a necessidade de reforçar a unidade entre os trabalhadores para poderem combater esse ataque. Sobre as dificuldades que enfrentam e sobre as provas de solidariedade que têm recebido afirmou: «Na herdade da Gâmbia, hoje Cooperativa 1° de Maio, quarenta e oito trabalhadores têm dado o melhor que podem no interesse da Reforma Agrária e do Povo Português.

De uma herdade de 715 hectares, com mais de 150 de regadio e dos quais só estavam aproveitados 16, já trabalhamos mais de 200. Enfrentamos muitas dificuldades mas já alargámos a produção e sem máquinas suficientes nem créditos suficientes para comprar todas as que são precisas, temos contado muitas vezes com a solidariedade. De uma vez, mais de 300 trabalhadores nos vieram ajudar num fim-de-semana. Não têm portanto conta os milhares de horas de solidariedade, o que prova bem que a Reforma Agrária interessa ao Povo e o Povo a compreende.

«Um dos problemas que não é fácil para as cooperativas é o da venda dos produtos. Por um lado não negociamos com os intermediários que são os que se aproveitam do trabalho alheio. Por outro lado não podemos vender os produtos em pequenas quantidades e de maneira desorganizada. Uma das soluções que encontrámos foi a de reforçar ainda mais a solidariedade com os outros trabalhadores. Neste momento podemos dizer que vendemos grande quantidade de laranja para a cantina da Setenave por intermédio do Conselho de trabalhadores daquela empresa».

O camarada António Ramos da Comissão Concelhia de Setúbal seria o orador seguinte.

Apelou para o esforço que se tem de desenvolver para conseguir unir todos os democratas e antifascistas na luta contra o avanço das forças reaccionárias. Frisou também a necessidade de reforçar as Comissões de Moradores e Sindicatos, dizendo a esse propósito: «Camaradas, os plenários de moradores são elo fundamental de ligação entre as comissões de moradores e as populações e só através desta ligação poderemos evitar atitudes que não correspondem aos interesses reais das populações. Só assim poderemos efectivamente ampliar a participação das amplas massas populares no processo revolucionário e, no momento presente, na defesa das conquistas já alcançadas. Nesta perspectiva é fundamental que as comissões de moradores se coordenem a nivel de Freguesia, ligando-se a outras organizações de massas para assim avançarmos para as Assembleias Populares».

Ao falar sobre os Sindicatos e referindo-se à Unicidade Sindical, «que tantas indigestões causou aos pluralistas», diria: «Camaradas, para que esta grande conquista fique salvaguardada é necessário que cada trabalhador seja um sindicalista activo, é necessário a presença de todos os trabalhadores nos plenários para a discussão dos problemas. É necessário que os delegados sindicais formem comissões de delegados sindicais nas empresas onde elas não existem tornando-se assim activos dentro das empresas, e fora delas, lutando na defesa das reivindicações económicas e sociais, no fundamental torna-se necessário que façamos dos sindicatos organismos com vida consequente para darmos combate a todos os ataques daqueles que defendem o direito de continuar a explorar».

Para finalizar discursou o camarada Álvaro Cunhal a cujo discurso nos referimos noutro local.

Com todos os presentes a cantar o «Avante camarada» e a «Internacional» terminaria mais esta jornada de luta do nosso Partido.

EM ALENQUER

A firme determinação e combatividade reafirmadas pelas massas trabalhadoras do concelho de Alenquer no comício realizado naquela localidade, na passada sexta-feira, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, constituem a melhor resposta à vaga terrorista que vem assolando as mais diferentes zonas do país e que recentemente atingiu a região com o assalto, destruição e incêndio do Centro de Trabalho do nosso Partido em Olhalvo.

A onda de terrorismo que nos últimos tempos invadiu o país e a necessidade urgente de medidas que lhe ponham cobro, condição fundamental para assegurar a defesa das liberdades democráticas, constituiu, aliás, o tema base da intervenção do camarada Álvaro Cunhal que, salientando a confiança que o nosso Partido deposita **na classe operária, nas massas populares e na juventude de Portugal,** sublinhou que **nem o anticomunismo, nem as ameaças, nem as calúnias, nem as perseguições, nem os assaltos, nem os atentados terroristas, desviarão o PCP do seu caminho de verdade, da sua fidelidade aos ideais da liberdade, democracia e socialismo.**

Também os restantes oradores abordaram este problema, além de outros relativos à situação regional e às tarefas do nosso Partido.

O camarada Álvaro Cunhal no comício realizado em Setúbal

Um aspecto do comício do PCP efectuado recentemente em Alenquer

OCTÁVIO PATO NUMA SESSÃO NAS CALDAS DA RAINHA

Os comunistas continuarão na primeira fila do Povo Português na defesa das liberdades democráticas e contra a reacção

Numa sessão de esclarecimento que o nosso Partido levou a efeito nas Caldas da Rainha, na sexta-feira passada, e na qual esteve presente o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do PCP, foram abordados alguns pontos da presente situação política, nomeadamente a libertação de indivíduos implicados no 28 de Setembro e no 11 de Março.

Relativamente a este assunto o camarada Octávio Pato considerou que é, na verdade, incompreensível e preocupante o facto de neste momento estarem presos homens que são realmente revolucionários enquanto estão a ser libertados homens que tudo fizeram para impedir que o Povo português conquistasse as liberdades.

Considerou, no entanto, que um dos factores positivos na situação actual é o alargamento da consciência de que há perigos reais para a democracia portuguesa acrescentando que apesar desse perigo real, podemos ter confiança de que se soubermos trabalhar unidos, se souberem unir-se todos aqueles que desejam a liberdade, a classe operária, os trabalhadores, os militares progressistas, existem forças mais do que suficientes para barrar o caminho à contra-revolução.

Respondendo a uma pergunta sobre os exemplos de recuperação capitalista que se estão a verificar, o camarada Octávio Pato disse que há um esforço muito grande da reacção para que a recuperação capitalista seja um facto, nomeadamente fazendo voltar as empresas aos seus antigos donos, retirando-as aos trabalhadores que foram obrigados a tomar conta delas para garantir a subsistência dessas empresas e a sua própria subsistência. Mais adiante e referindo-se à ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária afirmou que se a reacção conseguisse liquidar a Reforma Agrária, não era apenas a Reforma Agrária que era liquidada, mas sim a democracia portuguesa.

O camarada Octávio Pato referiu-se ainda, entre outros assuntos, às tentativas da reacção sem isolar e enfraquecer o Partido Comunista Português, salientando na sua intervenção que se desenganem os que pensam que conseguem intimidar os comunistas com inculpações que lhe pretendem fazer nomeadamente através do relatório dos acontecimentos do 25 de Novembro.

Afirmou que o PCP pode dizer com calma e claramente que os comunistas foram forjados na luta contra as dificuldades, os comunistas combateram dezenas de anos na clandestinidade pela democracia e pela liberdade e ninguém mais do que os comunistas o fizeram no nosso país. Ninguém mais do que os comunistas têm lutado pela preservação dessas mesmas liberdades democráticas. Por isso, em quaisquer condições, os comunistas continuarão na primeira fila do povo português na defesa das liberdades democráticas e contra a reacção. Não os intimida quaisquer acusações.

Reafirmou, igualmente que o PCP vinha há muito defendendo a necessidade de uma solução política e não militar, salientando o infundado das acusações que pretendem ligar o PCP à chamada linha PCP-FUR-UDP, tal como podem demonstrar os documentos dos mais responsáveis dirigentes.

PIRES JORGE EM CASTELO BRANCO

A análise da situação política actual e a discussão dos problemas que de momento afectam mais directamente as classes trabalhadoras, em especial no que se refere ao congelamento de salários e ao aumento brutal do custo de vida, constituiram tema comum e inevitável de várias sessões de esclarecimento realizadas no distrito de Castelo Branco, nomeadamente na Covilhã, Castelo Branco e Juncal do Campo.

Todas as sessões contaram com a participação do camarada Pires Jorge, do CC do PCP.

A perigosa viragem à direita verificada no processo revoluconário após os acontecimentos do 25 de Novembro, os perigos reais do fascismo que cada vez mais abertamente ameaçam a jovem democracia portuguesa e, com especial relevo, a extrema importância e necessidade de unidade de todas as forças verdadeiramente empenhadas na construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo, foram assuntos igualmente abordados e debatidos no decorrer das sessões, constituindo a base de um diálogo franco e aberto entre oradores e assistentes, ajudando a uma melhor compreensão de quais as linhas de acção do PCP.

De salientar o carinho e apreço dispensado ao camarada Pires Jorge, e por seu intermédio ao nosso Partido, pelos seus conterrâneos de Juncal do Campo, de onde saira há trinta e cinco anos para se dedicar à luta revolucionária.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO EM CACILHAS

«Mais importante do que discutir as ideias de cada um, é importante discutir o que nos pode unir na defesa da classe operária.» — afirmou a camarada Georgette Ferreira, membro do Comité Central do nosso Partido, no decorrer da sessão de esclarecimento realizada quinta-feira passada, na Sociedade de Reparações de Navios, em Cacilhas.

Perante mais de uma centena de operários que enchiam o refeitório, a camarada Georgette Ferreira referiu-se nomeadamente à actual situação política, às acções do Comité Central do PCP junto dos órgãos do poder perante a recente onda de terrorismo, salientando igualmente o papel das organizações da classe operária e a situação na margem sul do Tejo, antes e depois do 25 de Novembro.

Esta sessão, que terminou com a resposta às perguntas apresentadas pelos presentes, serviu para que o nosso Partido, pela voz da camarada Georgette Ferreira, reafirmasse a necessidade de um reforço da organização da classe operária e de um combate ao sectarismo com vista ao avanço das estruturas unitárias indispensáveis na defesa da classe operária e dos trabalhadores em geral.

JOSÉ VITORIANO NO CT DO FEIJÓ

Realizou-se na passada quinta-feira uma sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa do Feijó, dirigida pelo camarada José Vitoriano, que tinha a seu lado o camarada José Revés, da Comissão Concelhia de Almada, e elementos do Centro de Trabalho do Feijó.

Iniciou a sessão o camarada José Vitoriano fazendo a análise ao momento político, dissecando os problemas criados com o 25 de Novembro e expondo detalhadamente a orientação do PCP.

A sessão continuou com um amplo debate com os militantes e simpatizantes que enchiam a sala do Clube, e que versou os mais variados assuntos, incidindo, naturalmente, no momento político e nas eleições que se aproximam.

Camarada: Lê e difunde o «AVANTE!» Organiza postos e grupos de venda

DISCURSOS DE ÁLVARO CUNHAL

Ordem democrática ou desordem fascista

A primeira grande alternativa que se coloca ante o nosso povo é entre a ordem democrática e a desordem e o terrorismo fascistas.

A propaganda reaccionária sempre procurou apresentar os comunistas como os inimigos da ordem, como os inspiradores, fomentadores e organizadores da desordem. Nos programas e plataformas de partidos reaccionários sempre apareceu como uma das consignas e objectivos fundamentais «a defesa da ordem e da tranquilidade pública». Que se vê na realidade no nosso Portugal democrático? Vê-se que os desordeiros, os inspiradores, os fomentadores e organizadores da desordem, de provocações violentas, de agressões, de assaltos, de pilhagens, de destruições, de atentados à bomba, são precisamente os fascistas e reaccionários.

São eles que estão desencadeando uma nova vaga terrorista de Norte a Sul do país. Não há dia nenhum em que não rebentem novas bombas destruindo centros de trabalho do PCP e de outros partidos progressistas e habitações, estabelecimentos e casas de militantes democráticos.

Esta vaga terrorista desenvolve-se por três razões fundamentais. A primeira porque a inacção, as condescendências, as tolerâncias, a cumplicidades, permitiram à reacção montar as suas organizações clandestinas, a sua rede de grupos de diversão e de pontos de apoio, os seus depósitos de explosivos, os seus laboratórios para o fabrico de bombas.

Por isso exigimos há muito que as autoridades tomem medidas contra essas organizações clandestinas (ELP, MDLP e outras), as descubram e as desmantelem.

A segunda razão é que a acção terrorista traduz, com actos de violência, toda uma propaganda e uma política que as forças reaccionárias desenvolvem, legalmente, por intermédio dos seus partidos.

Os terroristas secundam por actos de violência, a política agressiva contra a reforma agrária, contra o PCP, contra os sindicatos. Respondem com incêndios e bombas às consignas e apelos anticomunistas de chefes do CDS e do PPD.

A terceira razão do desenvolvimento da vaga terrorista é que não são tomadas medidas contra o banditismo fascista e se deixa desenvolver a sua acção em completa impunidade.

Que se não diga não se saber quem são os terroristas. Não se sabe certamente em muitos casos. Mas sabe-se em muitos outros. Em muitos dos assaltos a centros de trabalho do PCP foram reconhecidos desordeiros incendiários fascistas. Os seus nomes foram entregues às autoridades. Ficaram completamente impunes.

Em vários casos concretos os terroristas foram identificados e em vários desses casos era gente do CDS e do PPD. Nunca foram molestados, embora, a nosso ver, o facto de ser do CDS ou do PPD não dá qualquer imunidade a gente que comete crimes como tal classificados pelo próprio código penal.

O agrário Fradinho há muito se tornara suspeito de estar ligado a diversos atentados. O seu nome foi citado. Foi sempre dito que não havia quaisquer provas. Se não tivesse ido pelos ares na sua própria casa, vítima da bomba que preparava para novo atentado, certamente continuaria impunemente as suas criminosas actividades terroristas.

É preciso que sejam tomadas medidas urgentes e severas contra a violência e o terrorismo fascistas.

As autoridades têm o estrito dever de assegurar o exercício das liberdades e direitos, têm o estrito dever de assegurar a ordem e a tranquilidade públicas. Têm o estrito dever de assegurar a defesa da vida dos cidadãos.

Diz-se que o combate é difícil. Se encarregassem os trabalhadores de organizarem esse combate, se dessem os poderes e os meios necessários, estamos certos que, em pouco tempo e sem grande barulho, o terrorismo seria silenciado e os portugueses e as portuguesas poderiam viver mais sossegados e tranquilos do que actualmente sucede.

Economia progressista ou recuperação pelo grande capital

A segunda grande alternativa que se coloca é entre uma economia progressista ao serviço do povo e a recuperção de bens e de posições pelo capital monopolista.

Entre as grandes conquistas da revolução conta-se a nacionalização da banca, dos seguros, da siderurgia, dos cimentos, da indústria de petróleos, dos transportes e de outros sectores básicos da nossa economia.

Os trabalhadores tiveram decisivo papel nestas medidas revolucionárias, que, introduzindo modificações profundas no sistema económico, deram golpes mortais ao capitalismo monopolista.

Aos sectores nacionalizados, têm de acrescentar-se muitas empresas que o patronato reaccionário sabotou, defraudou, conduziu à falência e à beira do encerramento e finalmente abandonou e que foram salvos pelo trabalho esforçado, pela capacidade de direcção e gestão dos próprios trabalhadores.

Nós prestamos homenagem à classe operária portuguesa, a todos os trabalhadores, que, em tão difíceis condições, deram provas de estar em condições de dispensar completamente o patronato reaccionário e de assegurar a vida e o desenvolvimento das fábricas e empresas. Estas têm vivido perfeitamente sem o patronato. Sem o patronato devem continuar.

Entretanto, com a viragem à direita da política portuguesa, assiste-se a toda uma ofensiva das forças reaccionárias e conservadoras com o apoio das autoridades contra as nacionalizações e pela rápida recuperação pelo patronato reaccionário das empresas que arruinaram e que os trabalhadores, com o apoio do Estado, salvaram.

Anunciam-se nomeações de novas Comissões Administrativas para bancos e empresas nacionalizadas. Existe o perigo (e é necessário estar muito atento contra ele) de que sejam nomeados serventuários dos antigos patrões.

O Ministério do Trabalho fez caducar as credenciais das Comissões de Trabalhadores em empresas em autogestão. Que se pretende com isso? Retirar a gestão dos trabalhadores? Abrir caminho ao regresso do patronato que fugiu depois de ter conduzido só no distrito do Porto 200 empresas à beira da falência? Corresponder às instruções da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) que lançou em 19/21 de Dezembro, um plano de recuperação capitalista?

Se tomarmos o distrito de Setúbal, é necessário organizar a luta para impedir que empresas nessas condições voltem às mãos dos exploradores.

Não sei se aqui, neste comício, estão camaradas da **CIBOREL**, de Pegões. Se estão, podem confirmar que o patrão conduziu a empresa à falência. Que em fins de 1974, já a fábrica tinha 9 mil contos de défice e ainda ele comprou dois «Mercedes» de uma assentada. Que mais tarde levantou dinheiro para pagar salários, mas fugiu com ele. Podem certamente confirmar que os trabalhadores passaram a dirigir a fábrica, e conseguiram inovações, com o fabrico da borracha para recauchutagem de pneus industriais gigantes. Vão agora os trabalhadores consentir que tal patrão volte à fábrica para tomar conta de tudo? Apesar da divisão que alguns estão fomentando estamos convencidos que não.

Não sei também se aqui estão camaradas da **Volkswagen** daqui de Setúbal, ligada à **Sociedade Comercial Guérin.** Se estão, podem confirmar que o principal accionista da Guérin, José Machado, fugiu do país e que os trabalhadores, sujeitando-se a sacrifícios conseguiram manter o emprego. Também aqui se pretende que os patrões voltem a tomar conta de tudo. Vão os trabalhadores permiti-lo? Estamos certos de que se não deixarão dividir e resistirão às tentativas do patronato.

É bem conhecida a luta corajosa dos trabalhadores do distrito de Setúbal na defesa do direito ao trabalho e contra as actividades sabotadoras do patronato.

Na **Movauto** tomaram a iniciativa da reconversão da empresa, passaram a fabricar frigoríficos e assim mantiveram a fábrica em laboração.

Na **Mundet** do Seixal os trabalhadores dirigem e asseguram a sobrevivência da empresa, cuja ruína era iminente, mantêm os postos de trabalho, lutam contra a falta de encomendas, conseguem novos mercados e a recuperação económica da empresa.

Daqui saudamos e felicitamos os trabalhadores da Movauto e da Mundet pelo magnífico êxito do seu trabalho.

No **Entreposto Industrial**, na **IMA** e noutras empresas os trabalhadores têm lutado para evitarem o encerramento. Apesar de não terem até hoje conseguido o mesmo êxito a sua corajosa luta é um magnífico exemplo da combatividade, que daqui saudamos também.

Os trabalhadores não consentirão que os responsáveis pela desgraça das empresas, aqueles que as roubavam, as arruinavam gastando milhões nos seus gastos pessoais, as conduziram à falência, venham agora tomar outra vez conta das empresas, que os trabalhadores, sujeitando-se a grandes trabalhos e privações, mantiveram em laboração.

Os trabalhadores não consentirão que a recuperação capitalista se vá dar, anulando uma das grandes conquistas da revolução.

Reforma agrária ou poder dos grandes senhores

A terceira grande alternativa que se coloca ante o nosso povo é entre a reforma agrária e a recuperação do poder e das terras pelos grandes agrários.

A reforma agrária é a mais profunda transformação revolucionária desde o 25 de Abril. Resultado da luta heróica e massiva dos trabalhadores rurais alentejanos e ribatejanos aliados aos pequenos e médios agricultores, a reforma agrária extinguiu os latifúndios numa superfície que atinge cerca de 1 milhão de hectares, cultivou terras abandonadas e incultas, alargou e intensificou as culturas, aumentou a produção, pôs fim ao desemprego e permitiu a segurança de trabalho e melhoramento das condições de vida de muitos milhares de trabalhadores e seus familiares que anteriormente viviam longos períodos de fome, para que os grandes agrários pudessem gastar sem conta nem medida.

Precisamente pelo que significa como transformação revolucionária, a reacção move uma feroz campanha contra a reforma agrária. Lança as mais monstruosas mentiras e calúnias contra os trabalhadores das cooperativas e herdades colectivas. Procura e procurará de futuro ainda mais servir-se dos preceitos da reforma agrária relativos à pontuação e ao direito de reserva, procurará servir-se das novas directrizes do Ministério da Agricultura para fazer desocupar largas extensões. Multiplica as ameaças, os atentados terroristas, as tentativas de ocupação das novas unidades, de expulsão dos trabalhadores como sucedeu na Herdade de Ronção em Odemira e na Cooperativa 1.º de Maio, aqui em Setúbal, e na Cooperativa Futuro em Cambra.

A reacção procura também levantar contra a reforma agrária a população do Centro e do Norte. Com chantagem, ameaças e mobilizações faz pressão sobre o governo e as altas instâncias militares para que eliminem a reforma agrária e entrem a ferro e fogo para expulsar os trabalhadores das terras ocupadas.

Apesar de que a parte da Constituição já feita consagra a reforma agrária, apesar de que foi legitimamente publicada a lei da reforma agrária, apesar de que as profundas transformações operadas no regime de propriedade são irreversíveis, os chefes reaccionários do CDS e do PPD procuram pôr em causa o próprio princípio da reforma agrária.

O secretário-geral do PPD considera que a reforma agrária ainda não está resolvida, e exige que a questão da reforma agrária seja decidida por plebiscito ou pela futura Assembleia Legislativa. Pensando que aproveitando-se da situação antidemocrática existente em vastas zonas do país, a reacção poderá obter uma maioria nas eleições, o objectivo é claro: liquidar a reforma agrária.

Esse objectivo não será porém alcançado. Os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores, a classe operária que aqui em Setúbal acaba de dar mais um alto exemplo de solidariedade oferecendo 1800 contos para a reforma agrária, todas as forças revolucionárias do país, jamais permitirão que seja posta em causa a reforma agrária, jamais consentirão que sejam liquidadas as cooperativas e herdades colectivas e que os latifúndios expropriados voltem à posse dos grandes agrários.

Camaradas: A violenta ofensiva da reacção apresenta sérios perigos para a reforma agrária. Mas outros perigos não menos graves a espreitam também. Um é constituído pelas dificuldades de organização e de rendimento das novas unidades de produção. É um problema difícil, mas os trabalhadores têm de resolvê-lo com o apoio e ajuda da classe operária e de todas forças revolucionárias.

Outro perigo e o maior de todos é a divisão entre os que trabalham a terra.

Os agrários e todas as forças reaccionárias compreendem que isso é um ponto decisivo e por isso tudo fazem para intrigar, corromper e enganar os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores, para lançar trabalhadores contra trabalhadores, para fomentar conflitos entre os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores.

O que se passa na Agualva de Cima com o assalto à cooperativa é um exemplo da situação grave que se pode criar quando a reacção consegue dividir a população trabalhadora dos campos lançando uns contra os outros.

Os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores nada têm de contraditório. Podem e devem perfeitamente entender-se na realização da reforma agrária. Se surgem contradições e divergências acerca das terras expropriadas ou da organização das novas unidades, só há um caminho: reunirem-se os interessados, discutirem e chegarem a acordo que seja vantajoso para todos.

O que se tem de evitar a todo o preço é que trabalhadores se oponham a trabalhadores, que trabalhadores rurais e pequenos agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) entrem em conflito.

Estamos certos de que no distrito de Setúbal a cooperação fraternal de todos os que trabalham a terra consagrará a vitória final da reforma agrária.

Direitos dos trabalhadores ou agravamento da exploração

A quarta grande alternativa que se coloca é entre uma política económica e social que põe como objectivo o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e uma política que põe como objectivo prioritário a intensificação da exploração para permitir aos capitalistas a acumulação de capitais e o investimento.

Entre as grandes conquistas do 25 de Abril contam-se as melhorias da situação económica das classes mais desfavorecidas, através de uma série de medidas entre as quais se destaca a fixação do salário mínimo nacional que representou um acentuado melhoramento das condições de vida para centenas de milhar de trabalhadores.

Existe é certo uma grande diferença entre a produção e o consumo do país. Para conseguir o equilíbrio económico e financeiro, é necessário reduzir os consumos e sobretudo aumentar a produção. Mas esses resultados podem obter-se através de um esforço criador e entusiástico das massas trabalhadoras no quadro de uma política de desenvolvimento voltada para a transformação democrática das estruturas económicas em direcção ao socialismo.

Não é essa a perspectiva que aparece na política económica agora seguida. A política de recuperação de empresas pelo capital monopolista e da recuperação de terras expropriadas pelos agrários é logicamente acompanhada por uma política de intensificação da exploração para que o patronato possa obter mais elevados lucros, possa acumular capitais, possa interessar-se pelos investimentos.

Nós defendemos uma dinâmica da produção em que o motor é a vontade e o interesse dos próprios trabalhadores. Para o PPD e mesmo para o PS, o motor é o objectivo de lucro e o consequente agravamento da exploração dos trabalhadores.

Esta é a razão profunda das medidas de congelamento de salários e do galopante aumento de preços. Os salários reais diminuem. Diminui numa jornada de trabalho a parte em que o operário produz para o seu próprio salário, e aumenta a parte em que o operário produz para o patrão. A intensificação da exploração dos trabalhadores é parte integrante da política voltada para a recuperação dos capitalistas e agrários.

O PCP não defende de forma alguma reivindicações demagógicas e irrealistas de salários e horários de trabalho. É do próprio interesse dos trabalhadores terem em conta a situação da economia nacional e a situação financeira das respectivas empresas e os trabalhadores têm mostrado com numerosos exemplos terem isso em conta. O que não se pode aceitar é a redução de salários reais com vistas a aumentar os lucros e a permitir aos capitalistas não só acumularem novos capitais como continuarem a gastar, com as vivendas, o luxo, os carros, os cabarets, os casinos, as viajatas, milhões e milhões arrancados ao trabalho, ao suor, às privações, às dificuldades das classes trabalhadoras.

Era previsível que uma política de intensificação da exploração encontraria firme resistência dos trabalhadores. E foi para fazer frente a essa resistência que se sanearam comunistas e outros progressistas do Ministério do Trabalho e se formou uma equipa, que por todos os seus actos, mostra estar sempre muito atenta para escutar os interesses patronais e sempre pronta a repelir, com a força se necessário, os protestos dos trabalhadores.

Foi também para tentar anular essa resistência, que as forças reaccionárias, os partidos representantes do patronato lançaram uma violenta ofensiva contra o movimento sindical.

O Ministério do Trabalho intervém na vida sindical com critérios abusivos que ferem os mais elementares direitos sindicais dos trabalhadores.

Foi abusivo o encerramento e selagem do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Comércio Farmacêutico nas vésperas das eleições e a entrega arbitrária da gerência a um grupo que não tinha a confiança da classe.

Foi abusiva a reabilitação pública das antigas direcções de provocadores do Sindicato dos Químicos.

Foi abusiva a intervenção do Ministério para impugnar eleições na construção civil pelo facto de não ser aceite uma lista apresentada sem os requisitos exigidos pelos estatutos.

São abusivos certos inquéritos divisionistas ordenados pelo Ministério.

A finalidade de toda esta vasta ofensiva contra o movimento sindical é domar os sindicatos, substituir os dirigentes combativos e fiéis à classe trabalhadora, para que os sindicatos deixem de estar em condições de organizar a resistência dos trabalhadores contra a intensificação da exploração, contra a política de congelamento de salários e do aumento de preços.

Mas a reacção e os partidos representantes dos interesses do patronato podem perder as ilusões. A classe operária não se deixará coagir ou intimidar. Não se intimidou no tempo do fascismo. Porque se havia de intimidar agora? Quando não se vergou ao Tomás e Marcelo verdadeiros, porque se iria vergar perante os falsos?

A grandiosa manifestação promovida pelos sindicatos no Estádio Primeiro de Maio em Lisboa, no passado dia 17, é uma clara afirmação da imensa força organizada dos trabalhadores, do seu movimento sindical, uma clara afirmação de que os trabalhadores estão firmemente dispostos a defender os seus direitos vitais, a não aceitar o agravamento da exploração no quadro de uma política de recuperação capitalista.

Independência nacional ou submissão ao imperialismo

A quinta grande alternativa que se coloca ante o nosso povo é entre uma política de independência nacional e uma política de submissão ao imperialismo.

O 25 de Abril de 1974 foi um grande acto revolucionário afirmativo da independência portuguesa. Após o 25 de Abril, apesar das grandes dificuldades económicas do país, a nossa jovem democracia fez frente às pressões imperialistas, não aceitou imposições políticas para a cooperação económica e manteve uma patriótica política de independência nacional.

Entretanto, o imperialismo cercou o novo Portugal democrático e revolucionário com desconfianças, ameaças, ingerências, pressões diplomáticas, económicas e financeiras e, infelizmente com cumplicidade e até ao apelo de portugueses interveio na nossa vida política, desenvolvendo uma vergonhosa operação de chantagem para obrigar a modificações à direita nos órgãos do poder.

Vemos com preocupação que o imperialismo se lança à recuperação das suas posições em Portugal. Para apoiar e acentuar a viragem à direita oferece alguns créditos aliás em condições que não constituem favor algum. A política de recuperação do domínio imperialista sobre a economia portuguesa caminha a par da política de recuperação do grande capital na indústria e dos grandes agrários nos campos, da política antioperária do agravamento da exploração.

Não queremos que a esperança numa nova economia livre de exploração seja afogada pela recuperação capitalista marchando a par do reforço dos laços de dependência em relação ao imperialismo estrangeiro.

Uma política externa de relações com todos os povos do mundo, designadamente com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo pode ademais contribuir para a resolução dos grandes problemas da economia nacional.

Pensamos que com uma acertada política industrial e uma acertada política do comércio externo, seria por exemplo possível encontrar mercado para as conservas de sardinha, pondo fim à situação existente em que as conservas não são exportadas. Há fábricas paradas, desce o preço da sardinha tão baixo que não paga o gasóleo, de forma que sucede que havendo tantas dificuldades na mesa dos pobres. muita sardinha acaba por ser lançada ao mar (como sucede em Sines) por falta de comprador.

O PCP não defende qualquer política de isolamento em relação aos países capitalistas. Defendemos pelo contrário o desenvolvimento das relações de cooperação incluíndo naturalmente com os países do Mercado Comum e com os próprios Estados Unidos. Não somos contrários nem a financiamentos, nem mesmo a investimentos estrangeiros.

Mas sem pretensões de domínio económico. Sem quaisquer condições políticas. Sem ingerência nas questões internas portuguesas. Sem a imposição (com a cumplicidade de portugueses) de qual o regime político ou social que Portugal deve adoptar.

Queremos construir um Portugal democrático e livre, um Portugal soberano e independente traçando o seu destino não ao mando dos Estados Unidos ou da social-democracia europeia, mas segundo a vontade do nosso próprio povo.

Democracia ou ditadura fascista

A sexta grande alternativa que se coloca e que resume no fim de contas todas as restantes, é entre um regime democrático e uma ditadura fascista.

A defesa das liberdades e de um regime democrático é a tarefa central, decisiva, prioritária do momento presente.

Para a reacção, ao contrário, o objectivo central é a liquidação das liberdades. E é a liquidação das liberdades porque a reacção sabe bem que, enquanto o povo tiver liberdades poderá defender com eficiência a revolução portuguesa e as suas realizações.

O perigo fascista é um perigo real e a democracia defende-se com democratas. Por isso não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação por vermos sanear, demitir, licenciar, perseguir, ameaçar, mesmo prender pessoas antifascistas, disposta a defender as liberdades, no mesmo momento em que alguém dá fuga ao Tenreiro, em que se libertam o Moreira Baptista e o general Kaulza, em que se libertam igualmente mais de 200 pides e legionários que vão engrossar as fileiras da contra-revolução.

A defesa das liberdades é inseparável da acção dos democratas e do combate às actividades da reacção. Os perigos para as liberdades multiplicam-se, se se perseguem democratas e se se dá rédea solta e luz verde a reaccionários.

Por isso é justo reclamar que cessem saneamentos e perseguições a democratas e que sejam libertados aqueles que se encontram nas prisões.

A defesa das liberdades é inseparável da defesa das outras conquistas da revolução. Em Portugal as liberdades defendem-se defendendo as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário, defende-se no quadro de uma política antimonopolista, defende-se lutando contra a recuperação de posições pelos capitalistas, os agrários e o imperialismo, defende-se não no caminho da social-democracia, mas no caminho do socialismo.

Para a realização do seu plano de instaurar uma nova ditadura a reacção actua em duas direcções e mantém simultaneamente duas possibilidades: a preparação de um golpe e a preparação de eleições antidemocráticas, com uma nova lei eleitoral que permita falsear a votação do nosso povo, eleições realizadas em tais condições que, tal como nos tempos da ditadura, possam dar a vitória às forças reaccionárias da direita.

O PCP considera que, na situação actual a realização de eleições poderá ser um factor positivo para a consolidação da democracia. Mas o PCP reclama que a lei eleitoral não sofra alterações que ponham em causa a genuidade do voto, que instituam qualquer sistema relativo à capacidade eleitoral, aos círculos eleitorais e ao sistema de voto que transformem as eleições numa fraude monstruosa. Desde já tornamos claro que não pode ser aceitável que venham milhões de votos do Brasil ou dos Estados Unidos alterar os resultados da votação em Portugal. Do tempo do fascimo o povo português ficou farto de mascaradas eleitorais. Opor-se-á a que elas se repitam.

Para que eleições livres possam ter lugar o PCP exige também que sejam tomadas medidas enérgicas contra actividades terroristas e golpistas da direita, que se estabeleça um clima de tranquilidade, e que sejam asseguradas as liberdade e direitos dos cidadãos em todo o terrtório nacional.

Realizando-se em condições de liberdade as eleições podem desempenhar um importante papel na consolidação da democracia portuguesa.

Aqui no distrito de Setúbal, nas eleições para a Assembleia Constituinte, o PCP obteve mais de 140.000 votos, ou seja, 38% dos votantes. Em numerosas freguesias os votos do partido ultrapassaram mais de metade dos votantes.

Apesar de se tratar de magníficos resultados, estamos certos de que, se a lei eleitoral não tiver alterações que deformem a votação popular, se as próprias eleições se realizarem em condições de liberdade, será confirmada no Distrito de Setúbal a sólida confiança, será confirmado o poderoso apoio de massas à vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa, ao partido dos trabalhadores, ao partido da verdade e da esperança, ao grande partido da esquerda — o Partido Comunista Português.

Pela união das forças da liberdade, do progresso e da independência nacional

Para fazer face à ameaça do fascismo, para defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, para levar a cabo a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo, para assegurar a independência nacional é indispensável um grande esforço de entendimento e de unificação.

Nenhuma força política ou militar só por si está hoje em condições de garantir o futuro democrático de Portugal. Por isso o PCP prossegue firme e consequentemente uma política de unidade de todas as forças, de todos os sectores, de todos os portugueses e portuguesas interessados em que Portugal não volte ao passado fascista, interessados na construção de um regime democrático estável ao abrigo de qualquer golpe da contra-revolução.

Na nossa política de unidade existem no momento presente três aspectos fundamentais: a aliança do povo com os militares, o entendimento entre as forças políticas e a unidade da classe operária e das massas populares.

A aliança do movimento popular com o MFA, a aliança do povo com as forças armadas, continua a ser decisiva para a salvaguarda da nossa jovem democracia.

Apesar das dificuldades actuais e da complexa e perigosa situação que se criou após o 25 de Novembro, o PCP continua a defender que tudo deve ser feito para apoiar o MFA, os militares do 25 de Abril e para facilitar a unidade das forças armadas na base do seu dever de defender e garantir o regime democrático e a independência nacional, tudo deve ser feito para uma reaproximação do povo e das forças armadas, no projecto comum de garantir um regime de liberdade, de paz e de progresso.

Hoje, como sempre, na medida em que os militares estejam ao lado do povo, o povo estará também ao lado dos militares.

Quanto ao **entendimento entre as forças políticas**, entre os partidos, existem sérias dificuldades. A reacção e a direita no seu conjunto avançaram muito no seu trabalho de organização. A esquerda, se tirarmos o PCP que é na esquerda o único partido de massas, está muito dividida e insuficientemente organizada.

Nós consideramos que o entendimento e a acção comum de comunistas com democratas e pessoas progressistas de outras tendências é uma necessidade imperiosa para fazer frente à reacção, defender as liberdades e assegurar o futuro democrático do nosso país.

Em diversas regiões e localidades, organizações e militantes do Partido Socialista, têm tomado em relação a problemas concretos (actos terroristas, avanço da reacção, provocações de Rio Maior e de Braga, situação na Têxtil Manuel Gonçalves, etc.), atitudes que consideramos positivas e que criam condições favoráveis para uma actuação comum.

Saudando todos aqueles que tomem justas posições em relação ao momento difícil que atravessamos, fazemos sinceros votos para que estes exemplos se multipliquem, tornando possível, nas empresas,nos campos, nos sindicatos, em todos os lugares de trabalho, a aproximação e a acção comum de todos quantos queiram fazer frente à reacção, à violência terrorista, ao perigo fascista, de todos quantos queiram salvar as liberdades e as outras conquistas da revolução, de todos quantos queiram construir um Portugal democrático a caminho do socialismo.

O **movimento operário e popular**, grande movimento de massas, é o mais sólido baluarte para a defesa e prosseguimento da Revolução. A unidade da classe operária é chamada a representar na actual situação, um factor decisivo na vida política portuguesa.

Nós lutamos e lutaremos para que nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, os trabalhadores se unam na luta contra o inimigo comum.

Os explorados são sempre explorados, sejam quais forem as suas opiniões políticas e as suas crenças religiosas.

Em todos os locais de trabalho, em todos os sindicatos, os comunistas estão prontos a unir-se aos seus companheiros, sem qualquer discriminação, na luta em defesa dos interesses da classe e em defesa da revolução.

É necessário reforçar todas as formas de organização operária e popular — os sindicatos, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, as Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores, as Cooperativas — e em toda a parte lutar contra o divisionismo, contra o sectarismo, contra o radicalismo pseudo-revolucionário que faz o serviço à reacção; em toda a parte lutar pela unidade da classe operária, pela unidade dos trabalhadores, pela aliança com os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, pela unidade das mais amplas massas populares na luta contra a direita reaccionária e a ameaça do fascismo, na luta contra a recuperação capitalista, contra a recuperação dos grandes agrários, contra a recuperação do imperialismo, na luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, na luta para assegurar a construção do novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Hoje como sempre, o Partido Comunista Português continua inteiramente ao serviço do povo. A classe operária, os pescadores, todos os trabalhadores, os pequenos agricultores, os intelectuais, a juventude, as mulheres, podem estar absolutamente certos de que, tal como no passado, tal como sempre, os comunistas, em quaisquer circunstâncias, mesmo as mais duras, levantarão sempre bem alto a bandeira da defesa dos interesses dos que trabalham, a bandeira da liberdade, a bandeira da democracia, da paz, da independência nacional e do socialismo.

■ **Setúbal**

Combate ao terrorismo, defesa das liberdades

O atentado de Olhalvo não é um caso isolado. Ele faz parte da ofensiva terrorista da reacção que se intensifica de Norte a Sul do país.

No Norte, no mês de Dezembro tiveram lugar 10 atentados. Só nos primeiros 16 dias do mês de Janeiro tiveram lugar 20 atentados à bomba contra centros de trabalho, casas, estabelecimentos e automóveis de militantes progressistas.

No Sul, apesar da força e vigor do movimento popular, o terrorismo intensifica-se também, registando-se nos últimos dias, atentados à bomba em Odemira e Évora e a destruição do Centro de Trabalho do PCP em Mértola com uma forte carga explosiva.

Não se trata de acções isoladas, mero produto da iniciativa espontânea de reaccionários locais.

O atentado de Olhalvo aparece com evidência enquadrado na acção política e terrorista contra-revolucionária à escala nacional. O atentado de Olhalvo aparece como uma peça da nova ofensiva fascista cuja recente linha de desenvolvimento passou por Rio Maior, Braga e Merceana e procurou ganhar terreno no distrito de Lisboa através de Alenquer.

Na intensificação do terrorismo sente-se a resposta aos apelos contra-revolucionários de Galvão de Melo em Rio Maior e de chefes reaccionários de outros partidos. Reconhece-se a mão de organizações clandestinas como o ELP e o MDLP. O terrorismo aparece completamente orquestrado com a acção política de alguns partidos, cuja responsabilidade é evidente.

Alguns sectores das esferas do poder parece considerarem que o terrorismo, porque é dirigido principalmente contra o PCP e os seus militantes, é questão que interessa apenas ao PCP. O PCP, como partido legal, como partido que tem deputados na Assembleia Constituinte, que tem membros seus no Governo, tem pleno direito de exigir das autoridades que sejam tomadas medidas contra o terrorismo, que sejam punidos os assaltantes, saqueadores e incendiários de Centros de Trabalho, que sejam descobertos e presos os bombistas, que seja assegurado ao PCP (como aos demais partidos) o exercício dos seus direitos e liberdades em todo o território nacional.

O Partido Comunista, os membros do Partido, reclamam medidas imediatas e severas contra o terrorismo, com o direito que nos cabe como partido político, como cidadãos dum país democrático. As autoridades não se podem eximir a reprimir actividades criminosas, a defender os cidadãos, a assegurar o respeito pelas liberdades.

Alguns pretendem justificar a passividade perante o terrorismo dizendo que não se sabe quem são os terroristas, que estes se escondem com a clandestinidade. Mas isso não é verdade.

No Verão passado, quando da grande vaga terrorista, foram assaltados e incendiados cerca de 50 Centros de Trabalho do PCP. Em muitos casos foram reconhecidos assaltantes, foram indicados os nomes às autoridades. Quantos foram presos? Quantos foram condenados? Quantos foram obrigados a pagar indemnizações pelas destruições e prejuízos elevadíssimos que causaram com as pilhagens, destruições e incendios? A verdade é que os bandoleiros fascistas cometeram os crimes e ficaram impunes.

E agora? É ou não verdade que o Luis Abelha foi indentificado no assalto ao Centro de Trabalho de Olhalvo? É ou não verdade que é responsável do arrombamento, do assalto, de destruição, de fogo posto? Aqui estão camaradas de Olhalvo. E eu pergunto, camaradas: O Luís Abelha já foi preso? Já foi enviado aos tribunais?

Não é deixando andar à solta salteadores, bombistas e incendiários que se defende a ordem democrática.

Aqui estão talvez também camaradas de Arruda dos Vinhos. E eu aproveito para perguntar, camaradas: As autoridades já investigaram quem deitou fogo à oficina de carpinteiro do camarada José Malaquias? Já foram descobertos os autores? Já foram presos?

O que sucede aqui na região, sucede um pouco por toda a parte. Os bandoleiros fascistas gozam de completa impunidade e são louvados e vitoriados por certas forças políticas.

Tempos atrás, no Alentejo, quando dos vários atentados bombistas (entre os quais um que visava o camarada Dinis Miranda e que fez ir pelos ares uma casa, ferindo três pessoas), supeitas recairam sobre um agrário, um tal Fradinho, de Reguengos de Monsarraz. O nome foi indicado. Foi chamado? Foi interrogado? Foi-lhe feita uma busca à casa? Esteve preso algumas horas quando do atentado contra o dirigente sindical Filipe Rico e mais nada. Continuou em completa impunidade até que, há dias, precisamente no dia 17, em sua própria casa, foi pelos ares quando preparava uma nova bomba para a prática de novos atentados. Se não fosse o acidente que o matou, ainda hoje continuaria a fabricar bombas e a lançá-las contra Centros de Trabalho e contra casas de militantes.

Reclamamos e continuaremos reclamando do Governo, das Forças Armadas e militarizadas e das autoridades locais sérias medidas contra o terrorismo, porque temos pleno direito (como quaisquer outros portugueses) a que seja garantida a segurança da actividade política do nosso Partido e vida dos nossos camaradas.

Ao reclamarmos medidas contra o terrorismo, não é só o nosso Partido que defendemos. Se o terrorismo se dirige hoje quase exclusivamente contra o PCP (embora também contras outros sectores políticos e sindicais) ameaça a médio prazo todos os partidos e todos os democratas, estejam em que partido estiverem, mesmo que continuem a fechar os olhos aos perigos da direita e continuem a falar no perigo que não existe dum golpe da esquerda.

Reclamamos medidas imediatas e severas contra o terrorismo, não apenas para defesa dos direitos e segurança do nosso Partido e dos nossos militantes, mas também para defesa dos direitos e da segurança de todos os partidos democráticos e para defesa das liberdades e da tranquilidade de todo o nosso povo.

A defesa do PCP contra o terrorismo é hoje a primeira linha de defesa de todo o povo português contra a ameaça da instauração duma nova ditadura fascista.

A vaga terrorista faz parte de um plano geral da ofensiva, não apenas contra tal ou tal força política, não apenas contra o PCP, mas contra todo o processo democrático, contra todas as liberdades, contra a própria existência da nossa jovem democracia. A vaga terrorista faz parte do plano de liquidação das liberdades, do plano de instauração duma nova ditadura fascista.

Demasiado longe se deixou ir já o terrorismo. Tomar sem demora enérgicas medidas é essencial para a assegurar a defesa das liberdades e a democracia, para impedir o avanço e um golpe de força da contra-revolução.

A coordenação das acções terroristas, o seu enquadramento político, a identidade técnica na execução, mostra de forma inequívoca que existe uma organização nacional contra-revolucionária e um comando centralizado da contra-revolução.

A defesa das liberdades exige que se tomem medidas para assegurar em todo o território o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos. Exige que se punam em cada caso os autores das desordens, nos motins, dos assaltos, dos incêndios, das destruições, dos atentados. Exige ao mesmo tempo também que se descubram e se atinjam os chefes e organizadores do terrorismo, os cérebros do mal, o centro da conspiração fascista. Ele existe, em Portugal ou lá fora. Se a democracia portuguesa quer viver tem de o descobrir e destruir.

Na plataforma acordada quando da constituição do VI Governo Provisório, sublinhando-se que «forças contra-revolucionárias se propõem com o recurso à violência e ao terrorismo, o regresso ao fascismo», indica-se como uma tarefa do Governo combater as actividades contra-revolucionárias, «defendendo a ordem e a legalidade democrática e assegurar de imediato o exercício das liberdades em todo o território nacional».

Insistimos na necessidade e na urgência em que estas tarefas sejam encaradas com a seriedade e a gravidade que merecem, pois depende da sua realização a salvação da nossa jovem democracia.

O MFA e as Forças Armadas afirmam e são considerados garantes das liberdades e da defesa da revolução. A luta contra a direita reaccionária, contra o terrorismo fascista, põe à prova essa garantia. Não só em declarações, aliás necessárias. Mas nos actos.

Registamos com satisfação afirmações recentes de chefes militares relativas aos perigos da direita reaccionária. A advertência é útil e oportuna. E estamos certos de que se empreenderem com decisão o combate às violências e actividades terroristas da contra-revolução, as forças armadas e militarizadas contarão de certeza com a aprovação e com o firme apoio das massas populares.

Combate ao terrorismo, condição de eleições livres

A vaga terrorista embora enquadrada no plano geral da subversão fascista aparece com o objectivo muito concreto de fazer pressão para obter resultados políticos imediatos.

O recrudescimento do terrorismo não se pode separar do endurecimento de tom do CDS e do PPD e dos seus apelos provocatórios.

Todos nos lembramos que no dia 8 de Dezembro, discursando em Rio Maior o «independente» do CDS, general Galvão de Melo, brandindo uma moca, em estilo nazi, apelou para que os comunistas fossem lançados no mar. O apelo fascista de Rio Maior passou a Braga, a Merceana, a Olhalvo e sopra, inspira e protege as mãos criminosos dos terroristas.

As ameaças e acções terroristas respondem com ecos da violência física, à violência verbal de partidos e chefes reaccionários. Se os autores das violências, dos assaltos, dos incêndios, dos atentados bombistas devem ser apanhados e punidos não podemos deixar de responsabilizar como autores morais aqueles que fazem apelos abertos ao crime como autores morais.

No momento presente a vaga terrorista aparece acompanhando e reforçando as reclamações políticas da extrema-direita, do CDS, do PPD e de outras forças reaccionárias com três objectivos fundamentais: pôr em causa a Reforma Agrária e outras conquistas da revolução, provocar remodelações aos órgãos do poder com o reforço das posições da direita e mais concretamente da direita reaccionária, preparar eleições em condições antidemocráticas que permitam uma vitória da direita numa mascarada eleitoral.

Vejamos mais de perto alguns aspectos destes três objectivos das forças reaccionárias.

As forças reaccionárias procuram em primeiro lugar, no momento actual, com uma intensa actividade política secundada pela violência terrorista **pôr em causa as principais conquistas económicas e sociais da revolução** designadamente a reforma agrária, as nacionalizações, o controlo operário, a política social após o 25 de Abril.

Procuram pôr em causa as nacionalizações e controlo operário tomando uma série de medidas de recuperação capitalista em fábricas a empresas que os patrões fascistas haviam sabotado, arruinado, abandonado e conduzido à falência, que os trabalhadores com o seu esforço e os seus sacrifícios, e o Estado, com os fundos públicos salvaram do encerramento e que agora alguns querem restituir de mão-beijada ao grande capital, de novo associado ao imperialismo estrangeiro. Procuram pôr em causa a política social e de defesa dos interesses dos trabalhadores, em particular das classes mais desfavorecidas, adoptado após o 25 de Abril, forçando a congelação dos salários e a desenfreada cavalgada dos preços, diminuindo assim os salários reais e aumentando a taxa da exploração.

Procuram pôr em causa a Reforma Agrária, conduzindo à recuperação dos latifúndios pelos grandes agrários e mantendo eternamente as massas camponesas, e em especial os pequenos e médios agricultores, debaixo da carga dos interesses dos grandes proprietários e dos grandes capitalistas.

Em relação à Reforma Agrária merece especial atenção a visível associação entre as violentas campanhas políticas do CDS e do PPD contra a Reforma Agrária, e as actividades terroristas com o mesmo objectivo.

Na sua campanha política, os grandes agrários, os reaccionários, procuram enganar os pequenos e médios agricultores, convencê-los de que a Reforma Agrária os ameaça de forma a conseguirem um apoio de massas para defenderem os seus privilégios egoístas e recuperarem os latifúndios dantes em grande parte abandonados e agora cultivados cuidadosamente pelos heróicos trabalhadores rurais e pelos pequenos e médios agricultores do Alentejo e Ribatejo.

Os inimigos dos pequenos e médios agricultores não são os comunistas, não são aqueles que realizam a Reforma Agrária, mas precisamente os ricos proprietários e os grandes capitalistas que os querem atirar contra os comunistas.

Os comunistas defendem o respeito escrupuloso pela pequena e média propriedade. Defendem a lei do arrendamento, que garantem ao agricultor o direito à exploração da terra, que obriga o senhorio a reduzir a escrito contrato de arrendamento, que dá ao rendeiro a possibilidade de pagar a renda em dinheiro se o desejar, que garante ao rendeiro a indemnização pelas benfeitorias feitas na propriedade. O inimigo são os grandes capitalistas e os grandes proprietários, que têm praticamente o monopólio do mercado, que impõem preços, que dirigem as adegas cooperativas em seu proveito, que exploram afinal os pequenos e médios proprietários e rendeiros.

Em Olhalvo os comunistas defendem o direito dos rendeiros à terra, enquanto que o Franscisco Raimundo quando comprou a quinta, depois do negócio do vinho que se diz que não pagou expulsou de lá os rendeiros, como bem se sabe no concelho de Alenquer.

As forças reaccionárias procuram, em segundo lugar, com uma intensa actividade política secundada pela violência terrorista, **alterar a composição dos órgãos do poder, com um reforço das posições de direita,** mas particularmente da direita reaccionária.

Um dos objectivos imediatos que a reacção procura atingir é a repressão contra o PCP, a saída dos comunistas do Governo. É esclarecedor que, no mesmo dia, tenhamos ouvido tal reclamação, tanto da parte de gente do CDS, como do sr. Kissinger, secretário de Estado norte-americano.

Sabemos que não agrada nem à reacção nem ao imperialismo a participação de comunistas no Governo português. E, se não lhes agrada a eles é porque a participação comunista serve os interesses do povo português e da independência nacional.

O CDS e o imperialismo estão contra a participação dos comunistas no Governo, mas uma grande parte do povo português pensa precisamente o contrário e isso é o que nos interessa a nós, portugueses. Estamos certos de que apesar do predomínio do PPD-PS e da sua política, o povo português aprova a participação dos comunistas no Governo porque a plataforma aprovada quando da constituição do VI Governo Provisório é positiva, porque sabe que no Governo os comunistas defendem firmemente os interesses do povo, e porque a saída dos comunistas do Governo não seria uma contribuição para o combate à reacção e à consolidação da democracia e das outras conquistas da revolução, mas pelo contrário, seria um novo golpe das forças da esquerda, um novo avanço das posições e da política da direita reaccionária.

Por isso, também, tal como o povo trabalhador, as forças e sectores militares e civis favoráveis ao processo democrático defendem a continuação da participação de comunistas no Governo. E por isso também o PCP decidiu que aí continuassem membros do Partido.

Consideramos positivo para o processo democrático que, ontem mesmo, dia 21, no mesmo dia em que elementos reaccionários, em conferência de imprensa, discursos e artigos de jornais, especulando abusivamente acerca do Relatório Preliminar sobre os acontecimentos de 25 de Novembro, reclamam uma vez mais a saída dos comunistas do Governo, ontem mesmo, em Belém, tenham tomado posse dos seus cargos dois secretários de Estado indicados pelo nosso Partido entre os quais o secretário de Estado da Reestruturação Agrária.

Não é de excluir que a reacção venha um dia a conseguir a saída dos comunistas do Governo.

Não é também de excluir que um dia o PCP, venha a resolver, ele próprio, não haver interesse em participar no Governo.

Mas, na situação actual, apesar das grandes contradições, dificuldades, perigos e ameaças que existem no processo democrático, apesar de que a participação dos comunistas no VI Governo não pode influir de forma determinante na política deste, consideramos que a continuação de membros do nosso Partido no Governo é um elemento favorável à defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, à defesa dos interesses dos trabalhadores, à luta contra a reacção e contra o terrorismo.

As forças reaccionárias procuram em terceiro lugar, com uma intensa actividade política, **preparar eleições em condições antidemocráticas que permitam a vitória da direita numa mascarada eleitoral.**

As forças reaccionárias dizem defender a democracia e a realização de eleições e acusam os comunistas de não quererem nem uma coisa nem outra. Mas o que se vê na realidade é que os comunistas lutam pela democracia e por eleições livres e a reacção luta por uma mascarada eleitoral a coroar ou a abrir caminho a uma nova ditadura.

Ao contrário do que dizem os detractores da linha do Partido, nós sempre nos manifestámos favoráveis à realização de eleições. Mas sempre insistimos também em que deveriam ser eleições livres e democráticas, Uma situação em que os partidos possam exercer em condições de igualdade e com segurança as suas actividades, a sua informação, a sua propaganda, uma situação em que esteja firmemente assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

Uma tal situação já não existia em grande parte do país na altura das eleições para a Assembleia Consituinte e infelizmente as nossas advertências, feitas em devido tempo a esse respeito, não foram ouvidas.

Uma tal situação, muito menos existe hoje, pois em grande parte do território impera uma situação antidemocrática e estabeceu-se um poder local reaccionário, que impõe um clima de intimidação e de terror e impede de facto o exercício das liberdades.

É o que sucede nos Açores, onde as actividades do PCP estão há muito proibidas, os centros de trabalho encerrados, os militantes responsáveis exilados. É o que sucede em vários distritos do continente. É o que sucede em numerosos vilas e aldeias, onde manda o CDS, o PPD com os seus caceteiros e rufias.

O terrorismo é um aspecto essencial desta situação antidemocrática. As perseguições, os atentados contra Centros de Trabalho, a instalações de sindicatos e organizações progressistas, os atentados contra militantes, contra as suas casas, contra os seus carros, contra os seus estabelecimentos e os seus consultórios, a criação de um ambiente constante de repressão, de intimidação, de ameaças, de coações, impede a vida democrática, instala de facto, em vastas zonas, uma situação que se aproxima muito (e em alguns casos ultrapassa mesmo) a situação antidemocrática existente nos últimos anos da ditadura.

É evidente que nessas regiões, eleições que se realizem em tais condições não se podem considerar livres e democráticas, não se podem considerar como expressando a verdadeira vontade do nosso povo.

Se a reacção fascista não conseguir, e confiamos em que o não consiga, desencadear um golpe de força, tudo fará para que as eleições se realizem em tais condições de limitação das liberdades e de ambiente de intimidação que as forças da direita possam fabricar a consulta eleitoral à maneira dos velhos tempos, possam apresentar um resultado como Salazar e Caetano apresentavam os seus, e possam em base de uma tal vitória eleitoral, instaurar legal e constitucionalmente em Portugal uma nova ditadura reaccionária.

O PCP considera que, na situação actual, em que os fascistas procuram pôr em causa a própria democracia portuguesa a realização de eleições pode ser um factor favorável, por contribuir para a consolidação das instituições democráticas.

Mas, para isso, deve ser com urgência assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional. Por isso deve ser dado imediato e enérgico combate ao terrorismo, prendendo e fazendo julgar de Norte a Sul do país todos os fascistas responsáveis por violências, por agressões, por assaltos, por destruições, por incêndios, por atentados à bomba.

Se são asseguradas as liberdades, o PCP não tem receio algum da manifestação da vontade popular e está certo de que o povo português, votando livremente, confirmará o firme apoio das massas ao Partido Comunista Português.

Aqui no concelho de Alenquer, nas eleições para a Assembleia Constituinte, votou no PCP cerca de 1 em cada 4 eleitores. Estamos certos de que, com liberdades, o número de eleitores que votará no Partido aumentará. Estamos certos de que se for suprido o terrorismo e se forem asseguradas as liberdades naquelas freguesias onde os caciques reaccionários são hoje reis e senhores, não serão os Abelhas nem os Ratos, nem os Raimundos que impedirão que o povo vote contra a reacção, vote na liberdade, vote na democracia, vote no progresso social, vote no partido da classe operária e de todos os trabalhadores, no partido que é o melhor defensor dos pequenos e médios proprietários e rendeiros, no partido da verdade e da esperança, no partido da ordem democrática e da independência nacional — o Partido Comunista Português.

Isolar os fascistas, unir todo o povo

Para se fazer frente com êxito à reacção e ao terrorismo, para se defenderem as liberdades e as outras conquistas da revolução, para se conseguir a realização de eleições dignas e livres, para se assegurar a viabilidade de um regime democrático, é indispensável empregar o máximo de esforços para unir na acção com as mais amplas massas populares. As forças democráticas, o povo e as Forças Armadas, todos quantos querem impedir o regresso ao tenebroso passado fascista e querem construir uma sociedade nova, de liberdade, paz e bem-estar, e um país novo democrático e independente.

Organizar o movimento de indignação contra a reacção e o terrorismo, isolar os fascistas, unir todo o povo, soldar os laços entre o povo e as Forças Armadas são grandes tarefas da hora presente.

A reacção procura teimosamente provocar novas divisões nas Forças Armadas e meter uma cunha de desconfiança, de animosidade e mesmo de ódio entre as Forças Armadas e o povo.

Sob a capa da defesa do regime democrático e de «regresso dos militares aos quartéis» procura atingir o espírito do 25 de Abril, os militares democratas e de sentimentos liberais e criar as condições para uma reconversão das Forças Armadas como forças ao serviço da direita reaccionária.

O que provoca os protestos da reacção na proposta de um novo Pacto entre o MFA e os partidos não são as limitações da democracia, mas a admissão da intervenção dos militares (do Conselho da Revolução) na vida política, a fim de defenderem a democracia das forças contra-revolucionárias, das forças do passado, das forças do fascismo.

O PCP continua a considerar que nas condições ainda existentes a defesa das liberdades e da democracia continua a exigir uma garantia militar e essa garantia militar apesar das dificuldades e incertezas do processo revolucionário, tem de ser dada dentro do espírito do 25 de Abril, pelas Forças Armadas, pelo Conselho da Revolução.

O PCP continua a defender, apesar das dificuldades e incertezas do processo revolucionário, a necessidade de aproximar, ligar, unir na obra comum da construção do novo Portugal democrático, o povo e as Forças Armadas.

Pela sua parte, o movimento operário e popular tem elevada consciência política, está fortemente organizado, possui um forte espírito combativo e está determinado a lutar contra a reacção e o terrorismo, a luta pelas liberdades e pelas outras conquistas da revolução.

O movimento operário e popular é a força mais coerente de resistência à reacção, é a força indispensável e vital é na construção dum regime democrático e na realização de reformas económicas e sociais abrindo caminho para o socialismo.

A democracia, e com mais forte razão o socialismo, constrói-se não contra os trabalhadores, não contra o povo, mas assente na luta, no trabalho, na opinião, no espírito criador das massas populares.

A unidade da classe operária, das massas populares do campo democrático, adquire no actual momento um valor determinante.

Continuamos o combate contra o esquerdismo e o sectarismo que continua a manifestar-se apesar de que causou prejuízos profundos, alguns irreparáveis, à Revolução portuguesa.

Continuamos o combate contra a provocação que se disfarça por vezes de ultra-revolucionária para melhor servir a reacção e desmascararemos os grupos provocatórios que como o MRPP são instrumento das forças da direita, como bem tem mostrado na Merceana onde distribuem papéis do PPD.

Nós, comunistas, não poupamos esforços para reforçar a unidade da classe operária, a unidade das massas trabalhadoras, a aliança com os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, a cooperação estreita de todas as classes e camadas interessadas em que não volte o poder dos monopólios e dos latifundiários, interessada em que não volte a infernal exploração do tempo do fascismo, interessadas em edificar uma sociedade em que as massas populares vejam satisfeitas as suas necessidades e aspirações.

O PCP sempre foi e será o Partido dos trabalhadores, o Partido que existe para servir o povo e o país.

Nem o anticomunismo, nem as ameças, nem as calúnias, nem as perseguições, nem os assaltos, nem os atentados terroristas desviarão o PCP da sua confiança inabalável na classe operária, nas massas populares, na juventude de Portugal, do seu caminho de verdade, da sua fidelidade dos seus ideais de liberdade, democracia e socialismo.

O presente é difícil. O futuro será nosso.

■ **Alenquer**

O CASO DA TÊXTIL MANUEL GONÇALVES

Solidariedade e unidade dos trabalhadores e das forças democráticas contra as manobras reaccionárias e as manipulações e intimidações fascistas

Como já analisámos nestas páginas, os acontecimentos em torno da empresa Manuel Gonçalves de Famalicão constituem uma peça da gigantesca manobra com que a reacção visa a recuperação do capitalismo e o regresso à exploração dos trabalhadores. Mas a resposta das massas populares não se fez esperar, o que testemunha a consciência política de trabalhadores alertados para a tentativa em curso pelo capitalismo, da qual a TMG seria um importante balão de ensaio no Norte.

Assim, uma vasta campanha de solidariedade de trabalhadores de outras empresas se desencadeou em torno da Comissão Administrativa, colocada pelo Governo na empresa e, sobretudo, em torno dos trabalhadores ameaçados de despedimento. Esta campanha de solidariedade assume também, e muito positivamente, o carácter de uma campanha de esclarecimento dos trabalhadores que, receosos do desemprego e ignorantes dos tremendos ardis da reacção, lhe fizeram inconscientemente o jogo mas cuja honestidade os levará a reconhecer o erro em que caíram sem que lhes seja necessário pagarem-no, tal como todos os outros trabalhadores, à custa da exploração que sobre eles se abateria se o «bom patrão» voltasse ao seu domínio.

Inserindo-se nesta campanha, reveste-se de importância a posição da secção de Vila Nova de Famalicão do Partido Socialista que num comunicado distribuído à população denuncia o clima de intimidação existente em diversas empresas do concelho, as ameaças físicas e as listas negras («processo fascista de triste memória», como salienta o documento) apoiando a luta de todos os trabalhadores contra as tentativas de saneamento político e os despedimentos selvagens. Esta posição foi tomada «tendo em conta os últimos acontecimentos na Têxtil Manuel Gonçalves e outros que se estão a verificar noutras empresas».

OS TRABALHADORES DA TMG JÁ ESQUECERAM A EXPLORAÇÃO SOFRIDA?

Como já divulgámos realizou-se recentemente na Têxtil Manuel Gonçalves um plenário manipulado por elementos traidores da classe que, habilmente, acenando com o espectro do desemprego e da miséria, levaram outros trabalhadores, pouco esclarecidos e receosos de que lhes faltasse o pão para os filhos, a pedir o regresso do patrão e a aceitar as condições colocadas por este para «salvar» a empresa. Entre estas condições incluem-se as exigências seguintes: viabilidade económico-financeira da empresa e apoio da banca sem comprimissos pessoais; a suspensão (para abrir caminho ao desemprego) de 17 trabalhadores, sem qualquer acusação concreta e, finalmente, que haja «ordem, disciplina, respeito e acatamento das decisões a todos os níveis»!

A aceitação destas condições por parte de grande número de trabalhadores e sobretudo as condições que a pressionaram, o clima de intimidação que rodeou o plenário e os boatos postos a correr («que não havia matérias primas; que só com a assinatura do Manuel Gonçalves se poderia movimentar a conta bancária; enfim que a empresa se afundava de dia a dia»), o modo como se realizou o plenário em que foi «aceite» o regresso do «bom patrão», impedindo-se trabalhadores de falarem apesar da presença do representante do Ministério do Trabalho, constituem apenas um exemplo da táctica utilizada pela reacção para fazer recuar os trabalhadores. Outros exemplos não menos elucidativos têm ocorrido em outras empresas em que os trabalhadores são obrigados a assinar listas de saneamento dos próprios familiares, como foi o caso de uma trabalhadora de outra empresa têxtil que assinou, soluçando, o pedido de saneamento de uma lista de camaradas de trabalho em que se encontrava o próprio pai, sob a ameaça de que, se o não fizesse, toda a família ficaria no desemprego.

Os 17 trabalhadores cuja suspensão é requerida pelos patrões, num esclarecimento à população, denunciam que a empresa — uma das maiores do país — não tinha qualquer regalia social a não ser para meia dúzia de privilegiados. Como resultado da luta dos trabalhadores a seguir ao 25 de Abril e a eleição de uma Comissão Sindical verdadeiramente representativa, alcançaram-se várias regalias que o documento enumera:

«Reconhecimento do direito dos trabalhadores se organizarem na Empresa (após um mês de luta); Direito à crítica na gestão da empresa; Compromisso da construção de um infatário; Compromisso da construção de um pavilhão Gimno-Desportivo; Construção de abrigos para as bicicletas dos trabalhadores; Construção de vestiários e refeitórios decentes; Construção de cantinas e possibilidade de acesso de todos os trabalhadores às existentes; melhoria dos serviços de enfermagem e aquisição de uma ambulância; Criação de novos transportes e melhoria dos existentes; Fornecimento de fatos de trabalho gratuítos; Subsídio de livros e transporte, e redução do tempo de trabalho (uma hora diária) aos trabalhadores estudantes; Um dia de falta sem descontar por nascimento dos filhos; Ausência sem descontar por assistência familiar; Concessão do complemento do subsídio por acidente de trabalho e das baixas nos sectores com más condições de trabalho; Pagamento de 25% ou 40% do custo dos medicamentos receitados pela Caixa de Previdência; Comparticipação com 75% do custo das consultas a especialistas particulares, aos trabalhadores com vencimentos inferiores a 10000$00 mensais; Anulação da confidencialidade de alguns vencimentos; Salário mínimo mensal de 4500$00; Subsídio de férias a 100%; Concessão a todos os trabalhadores do 13.º mês; Compromisso da eliminação dos gastos improdutivos da empresa; Proibição de despedimentos sem justa causa; Reintegração de 14 trabalhadores que haviam sido postos no desemprego por terem terminado o contrato; obrigatoriedade de assegurar o trabalho aos militares em período de licença, regalia que havia sido cancelada após o 25 de Abril».

Será que os trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves que se deixaram levar por ameaças e pediram o regresso do patrão, esquecem como foi dura a luta para que o «bom patrão» lhes concedesse um dia por ocasião do nascimento dos filhos, o comprimisso de construir um infantário, os abrigos para as bicicletas e todas as outras regalias que, unidos e organizando-se, alcançaram? Já esqueceram que como repressália contra a força dos trabalhadores, o «bom» Manuel Gonçalves se preparava para despedir 300 trabalhadores? Já ocorreu algum despedimento desde que a Comissão Admnistrativa, proposta pelo Governo, se encontra à frente da empresa Manuel Gonçalves? Já se esqueceram que os saldos devedores ultrapassavam 37000 contos graças aos gastos particulares do Manuel Gonçalves e que este lançava como despesas da empresa 300 contos num iate, 15000 contos no edifício Neptuno, etc. etc?

Os trabalhadores foram vilmente enganados e deixaram-se embarcar no «medo do dia de amanhã». Aos boatos postos a correr sobre o desemprego eminente se o Manuel Gonçalves não «salvasse a empresa», respondem os 17 trabalhadores:

«A verdade é que os stocks de matérias-primas estão normalizados, a produção têxtil já está vendida até ao fim de Junho de 1976; as contas bancárias são movimentadas normalmente e a prova é que nunca faltaram os salários aos trabalhadores, pagou-se pontualmente o subsídio de férias e o 13.º mês o que, infelizmente não aconteceu na maioria das empresas. Acrescente-se ainda que foram postos em dia os pagamentos aos fornecedores».

Relativamente à exigência colocada por Manuel Gonçalves que os afecta directamente, os 17 trabalhadores alertam:

«É visível que um dos objectivos pretendidos ao afastar o grupo de 17 trabalhadores que ocupam posições em sectores-chave, corresponde à tentativa de iludir qualquer tipo de controlo sobre a gestão da empresa.

«Um outro objectivo é reprimir trabalhadores. Assim vejamos:

«*a*) Estão ameaçados 12 delegados sindicais, dois dos quais ainda são dirigentes sindicais;

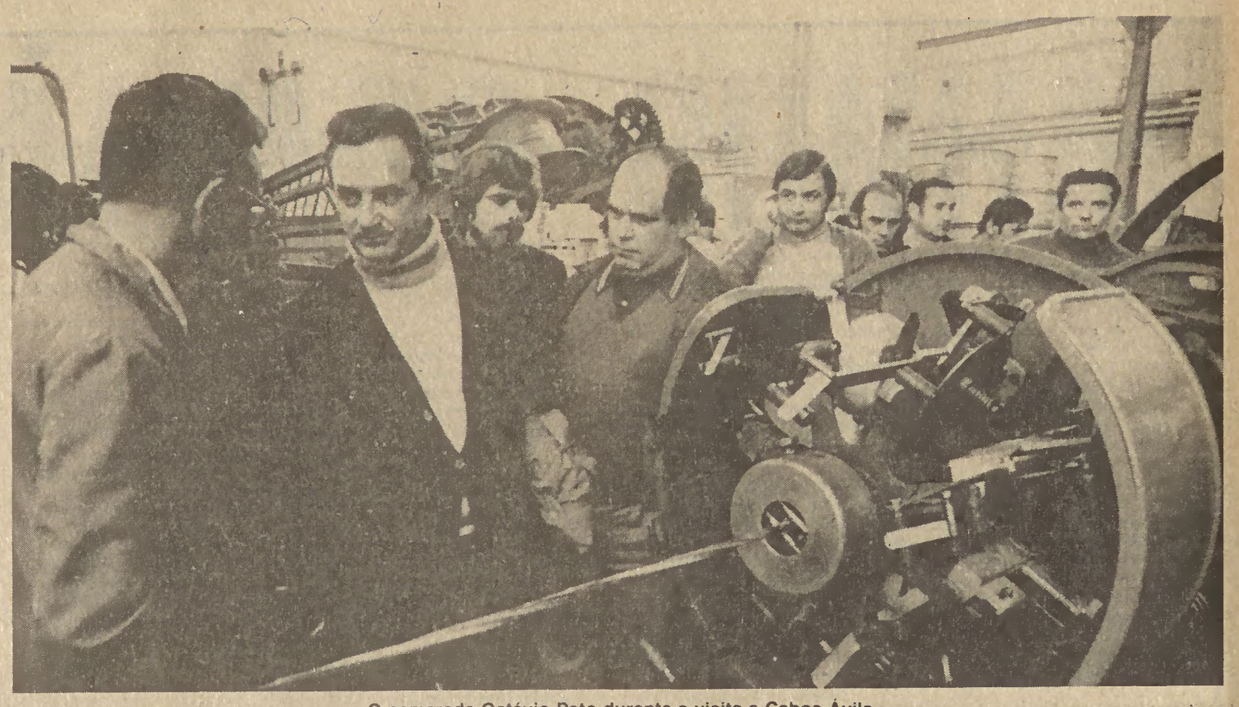
«*b*) Estão ameaçados chefes (da Importação, da Contabilidade, do Computador, da Tecelagem, dos Escritórios da Exportação).

«*c*) Estão ameaçados funcionários intermédios (secretaria de administração, secretária do Director de Vendas, Têxteis, técnicos de Computador, funcionários de Compras, de Organização e Métodos e trabalhadores fabris).

E a terminar, os 17 trabalhadores afirmam:

«Considerando a gravidade desta situação, alertamos e responsabilizamos o Governo para as consequências futuras. Alertamos todos os trabalhadores, toda a Classe Operária, todas as Organizações Sindicais para que se solidarizem com a nossa luta, não permitindo de modo algum que estas situações alastrem, comprometendo seriamente a emancipação da classe trabalhadora».

Os trabalhadores mais conscientes não consentirão que a empresa Manuel Gonçalves regresse ao domínio capitalista, porque isso significaria um avanço na escalada de direita a que vimos assistindo após o 25 de Novembro. A recuperação do capitalismo só pode fazer-se com o sacrifício das mais profundas aspirações do povo trabalhador, mesmo daqueles que intimidados recuam momentaneamente. Os trabalhadores unidos, solidários e organizados, farão rebentar nas mãos da reacção, o balão de ensaio que constitui a manobra «do regresso do bom patrão Manuel Gonçalves».



O camarada Octávio Pato durante a visita a Cabos Ávila

O PASSADO E O PRESENTE NOS CABOS ÁVILA

Na sequência da sua visita aos Cabos Ávila, o camarada Octávio Pato dialogou com os trabalhadores, visitou as diversas secções e inteirou-se da situação do operariado naquela empresa

A convite da célula do PCP nos Cabos Ávila (Estrada de Sintra), o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, visitou as instalações daquela fábrica, onde labutam diariamente perto de 800 trabalhadores.

Momentos de confraternização e animados diálogos sucederam-se ao longo dos contactos com os operários num ambiente de alegria e confiança.

Após um almoço no refeitório da empresa, durante o qual foram narradas algumas das lutas que os trabalhadores dos Cabos Ávila, têm travado com a entidade patronal (antes e depois do 25 de Abril), seguiu-se uma sessão de esclarecimento, onde o camarada Octávio Pato esquematizou em linhas gerais o actual momento político, apontou as formas de luta e de acção que as classes trabalhadoras devem desencadear nesta fase da Revolução e respondeu a algumas perguntas.

Numa breve análise dos obstáculos que se opõem ao avanço da democracia e do socialismo em Portugal, o camarada do CC afirmou:

«Há gente que quer fazer com que a Revolução ande para trás. A exploração desenfreada do capital monopolista e as imposições que o patronato, com o auxílio das forças repressivas, fazia abater sobre os trabalhadores antes do 25 de Abril, são agora combatidas. Num regime democrático, a força dos trabalhadores é superior à do patronato...»

Detendo-se em particular no perigo do regresso ao fascismo, o camarada Octávio Pato diria abertamente que «o processo democrático não está perdido». A unidade dos trabalhadores – prosseguiu – cujos objectivos comuns são a salvaguarda das conquistas revolucionárias, designadamente a Reforma Agrária, o Controlo Operário e as Nacionalizações, será a força actuante e organizada capaz de derrotar os intentos das forças fascizantes.

«Unir e aproximar as várias tendências do MFA e as organizações políticas de esquerda numa plataforma de combate antifascista para esmagar a reacção e isolar das massas as forças esquerdistas, muitas vezes identificadas com a contra-revolução, continua a ser o objectivo por que nos devemos bater», salientou o camarada Pato, que mais adiante demarcou as grandes tarefas orientadoras de toda a actividade unitária dos trabalhadores portugueses: a defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário e a organização da luta contra a carestia da vida, contra o congelamento de salários e a contratação colectiva.

Depois de uma breve referência aos processos políticos desenvolvidos nos países socialistas, a acção do Estado democrático e o papel dos partidos políticos operários, frisou que «a campanha anticomunista não visa somente o PCP mas sim todos aqueles que defendam a Revolução e que queiram o socialismo». «Atacar neste momento o PCP – prosseguiu – é uma táctica que se destina à destruição das liberdades em Portugal». Em seguida será o PS, o que já está a acontecer, e todas as outras organizações antifascistas. A título de exemplo, o camarada Octávio Pato referiu-se às acusações de que o Ministro de Agricultura, Lopes Cardoso (PS), já está a ser alvo em algumas zonas dominadas pelo caciquismo reaccionáio ou através de determinados partidos da direita.

Após esta sessão de esclarecimento, atentamente seguida por algumas dezenas de operários que tinham terminado o seu turno de trabalho, o camarada Octávio Pato, acompanhado por alguns militantes da célula do Partido nos Cabos Ávila, visitou pormenorizadamente as diferentes secções.

Manifestações de alegria e confraternização – o abraço do operário, o júbilo de ver na oficina um camarada do Comité Central, de partilhar as experiências com um companheiro de luta – dominaram a visita do camatada Octávio Pato às intalações da Fábrica.

Depois foram os trabalhadores que explicaram em detalhe a actividade da empresa, ainda sob o controlo dos patrões.

UM EXEMPLO

Cabos Ávila: um exemplo bem característico da engrenagem capitalista. Um minoria de privilegiados que explora o trabalho de 800 operários.

A fábrica Diogo d'Ávila é uma sociedade por quotas (familiar) fundada em 1923, constituída por três sócios: Leolinda d'Ávila, Manuel d'Ávila e Jorge d'Ávila. Além das instalações fabris situadas na Estrada de Sintra (Portela da Ajuda), possui escritórios em Lisboa (com 62 empregados), uma delegação no Porto e detém ainda 55% do capital da Fábrica Ávila de Angola.

A produção (todas as espécies de cabos telefónicos e fios eléctricos) tem aumentado consideravelmente, registando-se em 1974 um volume de vendas na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil contos.

O ordenado mínimo dos trabalhadores cifra-se em 6.700$00 para os homens e aproximadamente 5.000$00 para as mulheres. Até à data o Estado ainda não interveio na Empresa.

A luta nesta fábrica, tal como nos outros centros operários, não nasceu com o 25 de Abril. Das etapas do combate às medidas repressivas do patronato, por melhores condições de trabalho, pelo aumento de salários e pela contratação colectiva, destacam-se duas datas: 1969 e 1971. Nestes dois anos os trabalhadores dos Cabos Ávila desenvolveram duas greves que só vieram a terminar com a intervenção da GNR.

As condições de trabalho eram degradantes, os salários de fome e os empregados eram tratados segundo as leis mais cruéis do binómio explorador-explorado. Provocações, insultos e ameaças aos operários eram atitudes correntes.

Nos seus discursos pronunciados após os almoços com legionários – um transbordar de «fervor patriótico» onde predominava o «Angola é nossa» ou a apologia da PIDE e da LP – o sr. Ávila deixava sempre transparecer a sua completa identificação com o regime fascista e respectivos métodos.

Casos inéditos de coacção e chantagem sucederam-se num clima de autêntico regime prisional onde a perseguição movida pelo patronato aos activistas sindicais assumia propoções terroristas, sempre apoiadas pela acção criminosa dos esbirros da PIDE/DGS.

Despedimentos sem causa, venda de bebidas na cantina com lucro, denúncias, abusos – como o caso do operário, que depois de se ter demitido escreveu uma carta ao sr. Manuel d'Ávila onde invocava a falta de condições de higiene, e o tratamento desumano a que os trabalhadores estavam sujeitos e outros motivos que o levavam a abandonar a empresa; na resposta o sr. Ávila requereu os serviços da PIDE – são algumas das marcas deixadas pelos proprietários da fábrica.

O refeitório estava dividido. Operários para um lado, empregados dos escritórios e serviços similares para outro. Engenheiros, agentes técnicos e quadros administrativos, possuíam instalações reservadas.

Para cada secção sua qualidade de comida e os que traziam as refeições de casa tomavam-nas numa divisão à parte, uma espécie de cave.

Apesar das lutas movidas pelos trabalhadores, que encontraram o ponto quente com as greves de 1969 e 1971 – esta última de solidariedade para com um operário despedido que tinha andado a recolher assinaturas para o Ministério das Corporações, com o objectivo de se exigir a nomeação de um juiz de arbitragem – o patronato elaborou umas *instruções especiais ao serviço do pessoal*, através das quais tentou travar o processo reivindicativo, ao mesmo tempo que «apelava» para o seu rigoroso cumprimento assim como para o seu carácter confidencial.

Um dos capítulos das denominadas instruções refere:

«a) Não poderá ser admitido pessoal cuja naturalidade seja das seguintes regiões do país:

1.º – Alto e Baixo Alentejo;

2.º – Porto e seus arredores.

b) Será admitido de preferência o pessoal cuja naturalidade seja a seguinte:

1.º – Pessoal da região do país a norte da linha divisória originária: Coimbra-Covilhã; 2.º – Ribatejo-Lisboa-Algarve».

Ainda no capítulo de Inscrições de Pessoal a Admitir exige-se como características pessoais do candidato «revelação de qualidades de modéstia e humildade, forma de conduta pessoal durante a conversação» etc.

Quanto a demissões, os estatutos salientam ainda: «... o trabalhador demitido deverá ser acompanhado por um guarda que o conduzirá em todos os percursos que seja forçoso fazer (vestiário etc) não lhe permitindo que se detenha a conservar com colegas e conduzindo-o imediatamente ao portão da fábrica, onde também não lhe permitirá que permaneça...»

Mais: «... Todo o serviço relativo ao processamento de demissões deve ser feito a horas que, de forma alguma, coincidam com as horas da entrada ou saída de pessoal, horas de pagamento, ou quaisquer outras horas em que estejam presentes outros trabalhadores...»

Após o 25 de Abril, penetraram, com o impulso da CT, algumas transformações na fábrica. O chefe dos guardas foi saneado, dispensaram-se alguns serviços de *part-time* e ainda por iniciativa da Comissão de Trabalhadores foi afastado em Julho do ano passado o Coronel Mendes Dias. O sr. Manuel d'Ávila foi detido a 5 de Agosto por ordem da Comissão da Extinção da PIDE e LP para averiguações de responsabilidade em manobras reaccionárias, tendo sido, na ocasião, substituído nas funções administrativas pelo irmão. Neste momento já se encontra em liberdade.

Os trabalhadores que erguem esta empresa, na sequência das suas lutas por melhores e mais justas condições de trabalho já modificaram os moldes de funcionamento do refeitório. Agora não há lugares priviligiados.

Foi montado um bar e organizada uma cooperativa através do Grupo Desportivo e estuda-se a hipótese de criar um subsídio de transporte para todos os trabalhadores da fábrica.

Após o 25 de Abril foi apresentado um caderno reivindicativo com cerca de 24 pontos, onde se pedia um aumento de 1500$00 para todos os trabalhadores e se repudiava qualquer forma de abuso ou despedimento sem justa causa. A administração aceitou os pontos fundamentais.

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL REPUDIA RECENTES MEDIDAS ANTIOPERÁRIAS

No último plenário da Intersindical Nacional que se realizou durante quatro dias, foram tomadas importantes decisões sobre a actuação dos trabalhadores no momento político actual

A recusa de «qualquer política que vise fazer pagar aos operários, camponeses e demais trabalhadores o preço da crise económica» foi uma das decisões do plenário da Intersindical Nacional que terminou no passado dia 25 em Lisboa, no Teatro da Trindade. O plenário havia-se iniciado nos passados dias 16 e 17 em Coimbra, tendo as restantes sessões prosseguido em Lisboa nos dias 24 e 25. Participaram nos trabalhos noventa e nove sindicatos, dez Uniões e várias Confederações e delegações sindicais. Os temas fundamentais em debate foram controlo operário, Previdência, nacionalizações, Reforma Agrária, aumento do custo de vida, congelamento da Contratação Colectiva de Trabalho, desemprego, suspensão dos delegados do Ministério do Trabalho em diversas regiões, sindicância ao Inatel ordenada pelo Ministério do Trabalho, a actuação do Ministério do Trabalho que foi severamente criticada, o estado da informação após o 25 de Novembro e o apoio aos militares e antifascistas presos. Foi também discutida profundamente a situação política na qual se enquadram todos os problemas que afectam os trabalhadores e, particularmente, o relatório dos acontecimentos do 25 de Novembro nos quais se procura envolver a Intersindical Nacional.

Relativamente à Reforma Agrária foi aprovada uma moção na qual se propõe que «se mostre ao Governo que os trabalhadores alentejanos continuam firmemente decididos a vencer a batalha da produção de que tanto se falou nos governos anteriores e que para este parece ter tão pouca importância; que seja posto fim ao boicote que a nível governamental tem sido desenvolvido contra a Reforma Agrária, nomeadamente, a informação mentirosa e insultuosa que se tem feito sobre a justa luta dos trabalhadores agrícolas, através dos órgãos de comunicação social; a falta de escoamento de produtos das herdades colectivizadas e dos pequenos agricultores, por parte dos organismos estatais dependentes do Ministério do Comércio Interno e o afastamento de pessoas de confiança dos trabalhadores dos organismos estatais ligados à Reforma Agrária».

Sobre a Previdência, tema que ocupou longamente os trabalhadores, estes decidiram exigir a sua participação na gestão dos dinheiros da Previdência. Criticando a decisão do Governo os representantes dos sindicatos numa moção aprovada no plenário, consideram que os objectivos desta decisão consistem em: manobrar com os dinheiros da Previdência, passar a Previdência para a tutela exclusiva do Ministério dos Assuntos Sociais — portanto, acabar com o Conselho Coordenador e a sua Comissão Administrativa e a gestão ser apenas da responsabilidade do Governo, o que significa acabar com os representantes sindicais nos órgãos de decisão».

O apoio aos antifascistas presos foi expresso numa moção aprovada, a enviar ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Primeiro Ministro. «Homens honestos, revolucionários consequentes, estão privados da liberdade que quiserem instaurar, a liberdade para o povo trabalhador, enquanto que aqueles que sempre o oprimiram e exploraram continuam saindo das prisões para onde foram justamente remetidos. Contam-se já por centenas os fascistas libertados, que, em liberdade e por todas as formas, tentam entravar o processo revolucionário, levando à prática atentados bombistas espalhando o terror pelo país», afirma-se nos considerandos da referida moção.

Também o apoio aos trabalhadores dos órgãos de informação, saneados a pretexto do 25 de Novembro, e o repúdio pela forma partidária como foram distribuídos os órgãos de Comunicação Social estatizados, foram motivo de outra moção, tendo-se o plenário manifestado pela «reintegração imediata de todos os trabalhadores suspensos da Televisão e da Rádio e de outros órgãos de Comunicação Social (jornais) com quem se solidariza pela readmissão dos trabalhadores despedidos da Rádio. Participação directa e credenciada nos trabalhos de reestruturação, instalação, organização e manutenção dos serviços de radiodifusão e de televisão que tanto dizem respeito aos trabalhadores (e sindicatos) desse sector de actividade como a todos os demais, ouvintes, espectadores e contribuintes».

Noutra moção exige-se que os órgãos de Comunicação Social e, particularmente a RTP e EPR, dêem «ampla cobertura das lutas dos trabalhadores em termos de os servirem, na medida em que são sustentados por eles» e que os «órgãos do poder ponham cobro à manipulação da opinião pública pelos órgãos da direita e à vaga de atentados terroristas, tomando medidas enérgicas e inequívocas».

Uma das decisões mais importantes do plenário consistiu na exigência do Governo, no prazo de 15 dias, tomar medidas tendentes ao «descongelamento da contratação colectiva de trabalho, criar mais postos de trabalho e tomar medidas fiscais que façam recair nos sectores privilegiados a austeridade para saneamento da economia.» Se estas exigências não forem correspondidas, o plenário decidiu, por maioria, que «o movimento sindical deve tomar medidas firmes a estabelecer em discussão na estrutura sindical e em todos os locais de trabalho. Tais medidas, que poderão ir até à greve parcial ou geral, deverão ter em conta as condições concretas não só dos sectores da actividade como das zonas geográficas».

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO SUSPENSOS

O salão da Voz do Operário encheu-se completamente com os inúmeros antifascistas que ali acorreram a fim de manifestarem a sua solidariedade para com os 150 profissionais da informação suspensos desde os acontecimentos de 25 de Novembro.

O palco onde se encontrava a mesa que presidiu ao comício ostentava um grande pano onde se podia ler a razão de ser da luta dos trabalhadores suspensos, a razão de ser da luta de todos os trabalhadores democratas e antifascistas da informação, a razão de ser da luta das forças democráticas e patrióticas: **Não à informação amordaçada.**

O primeiro orador foi Ernesto Sampaio, que falou em nome dos trabalhadores suspensos do «Diário de Notícias» e de «O Século». Após ter referido alguns aspectos da actual situação nos dois órgãos de informação, Ernesto Sampaio afirmou: «Desde o 25 de Novembro que o direito fundamental do Povo Português à livre informação sofre o assalto constante das forças reaccionárias».

Usou, seguidamente, da palavra Armando Carvalheda, um dos suspensos da Emissora Nacional, que denunciou o desinteresse manifestado pelo ministro Almeida Santos.

Álvaro Salazar, um dos 34 suspensos da RTP, começou por denunciar, na sua intervenção, o facto de apenas 8 dos 34 suspensos da RTP terem sido ouvidos em inquérito. Álvaro Salazar denunciou igualmente o facto de, nos inquéritos efectuados, ter sido perguntado a um dos trabalhadores a sua filiação partidária.

No decorrer da sessão e após ter usado da palavra João Alferes Gonçalves, em representação dos trabalhadores expulsos da Rádio Renascença, foram lidas inúmeras moções de apoio à luta dos trabalhadores da informação, nomeadamente uma subscrita por 34 jornalistas do «Diário de Lisboa», outra do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais e uma terceira da Frente Socialista Popular.

Após um comício realizou-se um convívio em que estiveram presentes entre outros Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Ary dos Santos, o grupo de Teatro A Barraca, Helena Isabel, e Armando Caldas.

REPÚDIO POPULAR PELA DEMISSÃO DA C.A. DE TORRES NOVAS

As organizações populares de Torres Novas repudiam a demissão compulsiva da Comissão Administrativa da Câmara local e não reconhecem a nova comissão empossada, composta por membros afectos ao PS e ao PPD

A Assembleia Popular do Concelho de Torres Novas, agrupando mais de noventa organizações populares unitárias, decidiu, na sua última reunião, recusar a demissão da Comisão Administrativa da Câmara, anunciada na passada semana, não reconhecendo, portanto, a nova comissão já empossada. Estiveram presentes nesta Assembleia 42 comissões de moradores, 12 comissões de trabalhadores, 36 colectividades, cooperativas e Juntas de Freguesia. A esmagadora maioria dos presentes pronunciou-se pela continuação da anterior Comissão Administrativa.

No decorrer da reunião foi aprovada uma moção na qual se expressa um voto de confiança e louvor revolucionário ao trabalho da Comissão Administrativa demitida pelo trabalho dedicado realizado em prol dos trabalhadores e das populações do concelho.

A nova CA nomeada mereceu das organizações populares presentes um voto de desconfiança, que não reconhecem a existência destes órgãos representativos da vontade popular. A demissão da Comissão Administrativa da Câmara de Torres Novas tem gerado um amplo movimento popular de repúdio por mais este saneamento à esquerda, que só vem favorecer os intentos dos reaccionários e de todos aqueles que pretendem anular as conquistas da Revolução.

Com efeito, no passado dia 23, realizou-se nas instalações da União Sindical de Torres Novas uma reunião a que estiveram presentes 11 comissões de trabalhadores, 7 comissões de moradores e juntas de freguesia, tendo-se decidido realizar plenários e paralisações simbólicas de trabalho. As paralisações foram respeitadas em inúmeras empresas do concelho, nas quais foram aprovadas moções de repúdio pela demissão compulsiva da Comissão Administrativa.

As razões para mais este saneamento à esquerda «justificam-se» no relatório aos acontecimentos do 25 de Novembro, onde nomeadamente se acusa os elementos daquela Comissão de praticaram frequentemente treino de tiro na Base Escola de Pára-quedistas em Tancos.

A demissão consumou-se sem que, previamente, as autoridades responsáveis tenham possibilitado aos elementos da Comissão Administrativa qualquer hipótese de defesa das graves acusações que lhe eram imputadas no citado relatório.

No próprio dia em que o relatório foi divulgado, os elementos da Comissão Administrativa deslocaram-se a Santarém, onde se avistaram com o Governador Civil do distrito, que lhes declarou não ser sua intenção mover qualquer acção contra a Comissão Administrativa, excepto se houvessem ordens superiores nesse sentido.

Entretanto, apareceram em Torres Novas comunicados do PS e do PPD nos quais se exigia a demissão da Comissão Administrativa.

No dia 21 de manhã, os elementos da Comissão Administrativa deslocaram-se a Lisboa onde, por diligência do Governador Civil de Santarém, tiveram uma audiência com o director geral das Autarquias Locais. O teor destas audiências foi semelhante à mantida com o Governador Civil.

No entanto, no dia 22, os elementos da CA foram chamados ao Governador Civil de Santarém, que lhes comunicou a demissão do cargo que ocupavam. Nesse mesmo dia, numa reunião com os partidos o Governador Civil defende que a nova CA deveria ser constituída por 4 membros do PS, 2 do PPD e um do PCP.

O Partido Comunista Português recusou esta proposta de nomeação dos novos membros.

A nova Comissão Administrativa, que não é reconhecida pelas organizações populares unitárias, é composta por 4 membros do PS e 3 membros do PPD.

DELEGAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA URSS EM VISITA DE TRABALHO AO NOSSO PAÍS

Reforçar os contactos entre as cooperativas portuguesas e soviéticas, objectivo da visita ao nosso país da delegação do Centro Soyuz

Encontra-se no nosso país, desde a passada segunda-feira, uma delegação da União das Cooperativas de Consumo da União Soviética. A vinda a Portugal desta delegação, efectuada a convite da Associação de Amizade Portugal-URSS, destina-se a estabelecer contactos directos com as cooperativas portuguesas, contactos comerciais e efectuar trocas de experiências.

O Centro Soyuz — designação da União das Cooperativas de Consumo da URSS — possui 380 mil lojas espalhadas pela União Soviética e destinadas ao escoamento e comercialização dos produtos dos «kolkhoses» e dos «sovkhoses». O trabalho desenvolvido pelo Centro Soyuz mobiliza mais de 3 milhões de pessoas e o seu volume de compras e vendas representa cerca de 30% do comércio interno soviético.

A delegação soviética, logo no dia da sua chegada, partiu para Évora, onde se encontrou com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito. Na terça-feira, deslocou-se ao distrito de Portalegre, onde visitou as herdades do concelho de Avis e Campo Maior. Nesta localidade, à noite, os pioneiros do PCP organizaram uma festa em homenagem aos camaradas soviéticos.

No dia de ontem, a delegação deslocou-se a Montemor, tendo visitado as herdades da região, e contactado com representações do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Liga dos Pequenos Agricultores.

Hoje, a delegação do Centro Soyuz desloca-se a Beja, onde visitará a delegação local da Associação Portugal-URSS, Pias, Vidigueira, mantendo igualmente contactos com o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Liga dos Pequenos Agricultores. À noite, em Pias, haverá uma festa em honra dos visitantes, com diversos grupos corais de trabalhadores alentejanos.

Amanhã, a delegação de cooperativistas soviéticos deslocar-se-á a Setúbal, onde visitará a sede local da Associação Portugal-URSS, após o que efectuará uma visita às cooperativas agrícolas de Casebres e Estrela Vermelha.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM A REFORMA AGRÁRIA

Uma delegação do Comité de Solidariedade com Portugal, da Alemanha Federal, entregou à Cooperativa «A União Faz a Força» um donativo de 800 contos

Defender a revolução e a Reforma Agrária, fortalecer a amizade e a solidariedade entre os povos, foram os principais temas da festa-comício realizada no passado domingo na cooperativa agrícola «A União Faz a Força», em Abela, Santiago do Cacém.

Promovida pelo Conselho Português Para a Paz e a Cooperação, esta festa-comício contou com a presença de alguns membros do PCP, nomeadamente Silas Cerqueira, que presidiu, Carlos Carvalhas, José Gomes Ferreira e Pereira de Moura. Presentes ainda o comandante do Regimento de Infantaria de Setúbal, que representava o comandante da Região Militar de Lisboa, o Governador Civil do Distrito, representantes da União dos Sindicatos, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, da União de Cooperativas, das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, do Centro de Reforma Agrária de Setúbal. Presente, igualmente, uma delegação de camponeses do Norte.

Esta festa-comício destinava-se a assinalar a presença de uma delegação do Comité de Solidariedade com Portugal, da República Federal Alemã, que se deslocou ao nosso país para entregar à cooperativa agrícola «A União Faz a Força» cerca de 800 contos, numa grande demonstração de solidariedade com a Reforma Agrária e a Revolução portuguesa.

A festa-comício contou com a presença de muitos milhares de pessoas, que ao longo do dia foram chegando. Gritava-se «Unidade» e «Unidos Venceremos», numa afirmação clara de que os trabalhadores portugueses não estão dispostos a perderem as conquistas tão duramente conseguidas.

AMPLA SOLIDARIEDADE

Em nome do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, usou da palavra Silas Cerqueira, que anunciou a entrega do donativo de solidariedade por parte dos membros da delegação da República Federal Alemã. Os 800 contos entregues, e que se encontravam já materializados na compra de um tractor que se encontrava junto da tribuna, foram o produto de uma subscrição pública.

Logo após Silas Cerqueira ter anunciado a entrega do donativo, surgiram dádivas diversas, desde roupas a ferramentas e dinheiro, acorrendo inúmeras pessoas à tribuna na ânsia generalizada de contribuirem com algo para a luta dos heróicos trabalhadores alentejanos pelo pleno direito à terra que sempre trabalharam.

Seguidamente, usou da palavra Rogério de Brito, do Centro de Reforma Agrária de Setúbal, que historiou as anteriores condições de vida dos camponeses alentejanos, analisou as actuais e denunciou ainda os ataques de que a Reforma Agrária tem sido alvo.

Um representante dos camponeses do Norte, que falou seguidamente, levou um abraço de saudação aos trabalhadores do sul daqueles que «têm gasto as enxadas e engrossado as mãos nas terras do Norte».

Prosseguindo, afirmou: «Também nós, camponeses do Norte, queremos fazer a reforma agrária nos nossos campos. Sabemos bem que, vivendo em condições diferentes das do Alentejo, a Reforma Agrária terá de ser efectuada atendendo às características da nossa região. Mas também na nossa região ainda há alguns latifundiários, embora em menor número do que no sul, e abundam os caciques. Pois são esses, camaradas, que estão empenhados em difamar, em deformar a verdade e em destruir quanto se queira fazer no progresso da vida dos camponeses».

«SÃO ESSES...»

Continuando a referir-se aos que se opõem à Reforma Agrária, o representante dos camponeses do Norte acentuou: «São esses que tentam aliciar pequenos e médios agricultores metendo-lhes medo com a Reforma Agrária. São esses que tentando meter-se nas associações de pequenos e médios agricultores, tentam destrui-las. São esses que movem influências para que, a pouco e pouco, sejam retiradas aos camponeses vantagens alcançadas após o 25 de Abril. São esses que conseguem do Governo a supressão dos descontos favoráveis em adubos, de que chegaram a gozar as associações de camponeses. São esses que conseguem que sejam modificadas as leis favoráveis aos rendeiros. E são esses que fazem coro cada vez que se ouve uma voz contra a Reforma Agrária. São eles que se esforçam, por todos os meios para impedir a construção do socialismo que queremos em Portugal».

Salientando que «seremos capazes de lhes barrar o caminho», o representante dos camponeses do Norte afirmou: «É necessário procurar a aproximação dos que produzem aos que consomem e unir os camponeses aos operários. É preciso fazer tudo para unir os camponeses do Sul aos do Norte, evitando tudo o que possa dividir-nos, como pretendem os inimigos da Reforma Agrária».

E, a finalizar, afirmou: «Que a nossa união seja sempre a nossa força!»

CONTRA O FASCISMO PELA PAZ

Atentamente escutada foi a comunicação do membro do Comité de Solidariedade com Portugal, Heinz Reichwaldt, membro do Partido Social-Democrata Alemão e antigo secretário de Estado da República Federal Alemã. Na sua intervenção, alertou para os perigos do fascismo, focando a experiência alemã, e salientou a necessidade de uma ampla frente antifascista, a nível internacional.

Após terem sido lidas várias mensagens que, entretanto, tinham chegado à mesa, chegou à cooperativa o secretário de Estado da Reestruturação Agrária, camarada Vítor Louro, que ainda usou da palavra tendo afirmado nomeadamente: «Ir por diante com a Reforma Agrária representa ir adiante com a Revolução».

Por último, Idalino Santos, trabalhador, da cooperativa, leu uma mensagem de agradecimento a todos os presentes, e finalizou a sua intervenção afirmando: «A causa da Reforma Agrária é a causa da justiça, da democracia e da paz».

DELEGAÇÃO DA RFA VISITOU O PCP

A delegação do Comité do Solidariedade com Portugal, da República Federal Alemã, esteve no Centro de Trabalho de Lisboa do nosso Partido, tendo sido recebida por uma delegação do Partido Comunista Português.

Pela delegação alemã estiveram presentes Heinz Reichwaldt, o dramaturgo Xavier Kroltz e Gunnar Mathussen. Representando o nosso Partido estavam os camaradas Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, Albano Nunes, membro suplente do Comité Central, Domingos Lopes, da secção internacional e Carlos Amaro, técnico agrícola. Presente ainda Silas Cerqueira, em nome do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

O camarada Dias Lourenço expressou, em nome do nosso Partido, o alto apreço pela solidariedade desenvolvida pelo Comité da RFA.

CONTESTADA PELA REACÇÃO A C.A. DA CÂMARA DE CASCAIS

A demissão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais pressionada por elementos afectos à reacção constitui um exemplo das tácticas utilizadas no assalto ao poder administrativo, particularmente após o 25 de Novembro

Os acontecimentos no município de Cascais que conduziram à demissão da Comissão Administratia da Câmara Municipal constituem uma faceta da vasta operação reaccionária de assalto ao poder administrativo, particularmente desencadeada após o 25 de Novembro.

Nuns casos utiliza-se a «demissão» como táctica para fazer vingar o princípio das eleições de Abril: ou seja, as comissões administrativas passariam a ser constituídas por uma esmagadora maioria de elementos do PPD e do PS e não como até agora, por representantes do PCP, MDP, PS, PPD, em termos de relativa igualdade.

Mas, em Cascais, o ambiente é propício a outro tipo de acção. Recordemos que a composição de classe da zona de Cascais é bastante homogénea, não sendo, por excelência uma região de predominância da classe trabalhadora, ou para usar a linguagem oficial, de classes mais desfavorecidas.

Acresce o facto da Câmara de Cascais ser apontada, e com razão, como uma das administrações mais corruptas durante o fascismo. As diversas Comissões Administrativas, que, após o 25 de Abril, passaram pela Câmara de Cascais encontraram resistências muito fortes à indispensável acção de saneamento que se impunha efectuar. Que estas resistências se manifestem e avolumem ao nível dos próprios trabalhadores da Câmara não constitui surpresa. Alguns funcionários habituados à conivência com a corrupção, conivência que lhes era e é altamente rentável, passaram à sabotagem, à contestação e à luta aberta com a actual comissão administrativa que pretendia finalmente, fazer da Câmara Municipal de Cascais um organismo de estrutura honesta e posta ao serviço dos interesses populares. O objectivo da reacção consistiu, pois, em afastar a actual Comissão Administrativa e substituí-la por elementos que assegurem a evolução na continuidade da habitual corrupção de capitalistas especuladores e de todos a quem estes «untavam as mãos».

Não deixa de ser significativo que, na última sessão pública da Câmara Municipal, ocasião em que a contestação à Câmara Administrativa atingiu o auge, todos os acontecimentos se revestissem de um carácter de encenação. Como denunciou um elemento da Comissão Administrativa, numa conferência de Imprensa, realizada no passado dia 23: «Tudo foi estrategicamente montado, inclusive o acesso de um grupo de construtores que viria depois a formar a «Comissão de Luta». O envolvimento de elementos comprometidos com as negociatas sombrias — em que a Câmara Municipal de Cascais se distinguia, como tantas outras, sob a cobertura do regime fascista — é evidente através da participação de alguns construtores civis e especuladores de terrenos que viriam a «dinamizar» a «comissão de luta» e de determinados munícipes contra a Comissão Administrativa.

Na mesma conferência de Imprensa, elementos da Comissão Administrativa denunciaram que «o conflito entre trabalhadores e a Comissão Administrativa foi aproveitado pelos sectores mais privilegiados da Câmara e por certos partidos políticos para provocar o afastamento da Comissão Administrativa»¡

Este conflito, salientaram ainda, «podia ter sido resolvido pelo diálogo se não fosse a intervenção de forças externas.»

Quanto às acusações de que são alvo por parte de alguns trabalhadores e da «Comissão de Luta», elas são significativas sobre o tipo de orientação que determinados senhores, a soldo da reacção ou por ela manipulados, desejam imprimir à actividade municipal. Assim, põe-se em causa a criação do Gabinete de Planeamento e Urbanização que, aliás, nem sequer foi nenhuma invenção da Comissão Administrativa, tendo sido formado antes da sua tomada de posse, e integrando-se num conjunto de gabinetes semelhantes criados em várias Câmaras de Lisboa e Setúbal por decisão do Ministério de Equipamento Social e Ambiente, com vista ao planeamento e ordenação do território. À acusação de que sancionaram ocupações selvagens, respondeu a Câmara Administrativa, na citada conferência de Imprensa, que apenas se manteve fiel à sua declaração de princípios: o apoio às populações mais desfavorecidas. Foi talvez por isso que contra nós se levantaram várias forças de algum modo interessadas na manutenção de situações de privilégio».

Note-se que algumas das reivindicações que os trabalhadores — manipulados uns, outros conscientemente fazendo o jogo da reacção — apresentaram são mesmo ilegais. Como exemplo, citemos a exigência, por eles posta, de poderem admitir e transferir funcionários, o que foi considerado ilegal pelo próprio representante do Ministério da Administração Interna presente numa reunião dos trabalhadores. A Comissão Administrativa, que ainda se mantém em funções, enquanto o governador civil se prepara para nomear a sua sucedânea, referiu que alguns dos seus elementos comparecem no local de trabalho apesar da proibição de entrarem nas instalações da Câmara, acrescentando que as relações com a maioria dos trabalhadores são bastante cordiais. E a concluir: «Estranhamos que os trabalhadores tenham aprovado a destituição da C.A., vinte e quatro horas depois de quarenta representantes seus, perante o governador civil, terem garantido nada terem contra a comissão administrativa».

Sob os aspectos fundamentais de que se revestiu, no caso da Câmara de Cascais, o assalto ao poder administrativo, falou ao «Avante!» um trabalhador municipal da Câmara:

«Já há uns tempos que a propaganda da direita e extrema-direita ia aparecendo pelos Paços do Concelho, onde o ELP parece sentir-se à vontade. De tal forma se desencadeou o ataque que, a partir de acusações infundadas, reivindicações algumas das quais não fazem o menor sentido, com a antiga técnica da mentira repetida, parte dos trabalhadores manipulados pela reacção levantam o problema até ao Governo Civil e MAI. E pronto. A máquina está montada. Se algumas vozes se levantam em defesa da verdade são abafadas pela violência da gritaria e da paulada.

Os autores da farsa e seus comparsas são conhecidos. A força da ordem assiste calma. Os desordeiros agem à vontade.

A população elegeu democraticamente os seus representantes. Nesta emergência aparece apoiando-os, metade dos trabalhadores (dos que não têm andares, terrenos, vivendas, automóveis, viagens ao estrangeiro, à custa dos serviços camarários). Esses publicam moções de apoio à Comissão Administrativa e dizem não à greve. As comissões de moradores, na quase totalidade, aquelas que em prol das suas populações encontraram na Comissão Administrativa a colaboração necessária, essas também apoiam esta comissão. E que vale tudo isto, se alguns senhores arquitectos, engenheiros, mestre de obras e especuladores de terrenos dizem o contrário? Se o PS, partido de «massas» e o PPD «democrático» descobrem neles os verdadeiros aliados na democracia e no pluralismo? Juntam-se todas estas forças, aliam-se e vá de arrumar de uma penada, à força, pela demagogia e pela mentira aquilo que não conseguem com a verdade e na confrontação democrática.»

As vozes que se ergueram em defesa da Comissão Administrativa de Cascais foram não somente as de alguns trabalhadores honestos aos quais não passou despercebida a vasta manobra da reacção na conquista de posições no poder local, mas ainda as organizações populares de base. A assembleia popular de S. Domingos de Rana, por exemplo, denunciou factos ocorridos na reunião em que os trabalhadores da Câmara criticaram violentamente os elementos da Comissão Administrativa. Num documento à população de análise desta reunião, a Assembleia Popular de S. Domingos de Rana refere que os «moradores sempre que quiseram intervir, foram sistematicamente interrompidos e até com tentativas de agressão», manifesta a sua estranheza pelo facto de apenas se apontarem aspectos negativos à actuação da Câmara Municipal de Cascais, esquecendo toda a acção desta na luta pela melhoria das condições das populações mais necessitadas, e estranha, também, que na reunião que visava o problema dos trabalhadores desta Câmara, não estivessem os operários, os varredores, os coveiros, etc., tantas vezes nomeados pela Comissão de Trabalhadores. E mais adiante, acrescenta a Assembleia Popular de S. Domingos de Rana:

«Estranhamos ainda que um elemento da Comissão de Trabalhadores falasse no apoio de um partido que era o seu, criticando um seu colega de partido que, por sinal, é membro da Comissão Administrtiva, dizendo textualmente: «Assim não estás a seguir a linha». De notar que este elemento, no final, em nome dos trabalhadores da Câmara, agradeceu ao Partido que apoiava esta luta, isto é, o Partido Socialista, ou melhor, o seu núcleo de Cascais».

Depois de denunciar a forma como foi constituída a «comissão de luta» e de assinalar a presença de grandes construtores civis na reunião, a Assembleia Popular de S. Domingos prossegue, focando acção da Câmara Administrativa em escassos meses de funcionamento:

«Estranhamos que não se tenha falado dos apoios materiais para a construção de escolas.

Estranhamos que se tenha ignorado o fornecimento de materiais para fabricar telheiros nas paragens de camionetas, na construção de estradas e esgotos em bairros pobres (Bairro da Mina, Outeiro de Polima, Madorne, Amoreira, Hartinha, Bicesse, etc. etc.).

Esqueceu-se também de falar na adjudicação para o ano de 1976 de grande parte das verbas para a construção de arruamentos e esgotos nos seguintes locais: Bairro dos Eucaliptos, Abóbada, Bairro das Coveiras e Além das Vinhas, Trajousse, Mato Cheirinhos, etc., bem como outros bairros pobres de várias freguesias do concelho.

COVILHÃ: A UNIDADE DOS TRABALHADORES IMPEDIU UMA MANOBRA REACCIONÁRIA

O movimento popular de massas é a muralha mais forte erguida contra as acções dos fascistas e reaccionários

Afastar de cargos políticos e administrativos e de outros sectores da vida nacional os elementos progressistas que têm servido devotadamente a revolução continua a ser uma das preocupações dominantes das forças reaccionárias e conservadoras.

Desta vez foi na Covilhã que estas forças, organizadas dentro do hospital distrital, tentaram levar por diante o afastamento compulsivo de uma técnica e, eventualmente, de outros trabalhadores progressistas. O pretexto foi, uma vez mais, uma série de calúnias e difamações, desempenhando o anticomunismo papel destacado. A manobra foi tentada através de um plenário dos trabalhadores do hospital, convocado expressamente para o efeito por um grupo fantoche de trabalhadores, por detrás do qual se acoitava a actual Comissão Instaladora, onde predominam caciques do PPD e CDS.

A tentativa reaccionária saldou-se numa pesada derrota para os seus autores. Um vigoroso movimento de massas susteve a manobra antidemocrática, ainda no choco, e tirou as veleidades àqueles que já pensam que a nova correlação de forças, existente depois do 25 de Novembro, extinguiu o vigor do movimento popular.

Com efeito, os trabalhadores progressistas do hospital fizeram distribuir pelas empresas e pela cidade da Covilhã um comunicado no qual a tentativa de saneamento à esquerda era denunciada e onde se apelava para a presença massiva de todos os trabalhadores do hospital no referido plenário bem como para a solidariedade activa dos restantes trabalhadores e antifascistas da Covilhã.

Respondendo a esse apelo, muitas centenas de trabalhadores e antifascistas concentraram-se junto ao edifício do hospital na noite de 24, a partir das 21 horas. Na concentração, sempre a engrossar, à medida que os operários iam saindo dos turnos nocturnos das fábricas, aprovaram-se várias moções em que se exprimia o repúdio pela manobra reaccionária em curso e a total solidariedade dos manifestantes para com a luta dos trabalhadores progressistas do hospital.

A acção dos trabalhadores concentrados no exterior do edifício — que haviam de ali permanecer até às 2.30 horas da madrugada — conjugada com a posição firme dos trabalhadores presentes no plenário, impediu a concretização dos saneamentos à esquerda e travou o passo à manobra reaccionária.

De notar que a cercar o edifício do hospital se encontrava um contingente de forças militarizadas, armados de bastão, escudo e viseira. De notar, também, que algumas tentativas esquerdistas, objectivamente provocatórias, foram prontamente neutralizadas pelos próprios trabalhadores concentrados.

MANIFESTAÇÃO EM BRAGA

Milhares de trabalhadores manifestaram-se em Braga contra os saneamentos de delegados do Ministério do Trabalho, o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva.

Sob as palavras de ordem: «Delegados de trabalhadores sim, de patrões não», «Que aperte o cinto quem nunca o apertou», «Contratos cá fora, já», «Fim ao aumento do custo de vida», realizou-se em Braga, no passado domingo, pelas 17 horas, na Praça do Município, uma grandiosa manifestação promovida por uma Comissão de Luta composta por elementos de vários Sindicatos do distrito, tendo como objectivos o protesto veemente contra a substituição do delegado do Ministério do Trabalho, contra o aumento do custo de vida e contra o congelamento dos salários.

Ao elevado número de manifestantes bracarenses que se concentraram na referida praça vieram a juntar-se muitos outros de todo o distrito fundamentalmente dos centros industriais de Guimarães, Famalicão e Barcelos. Usando da palavra em primeiro lugar, Manuel Silva, metalúrgico, depois de dar conhecimento dos telegramas de apoio recebidos afirmou ser a manifestação «uma jornada de luta contra o que nos querem tirar». Mais adiante referiu ainda que a Comissão já formada, adoptaria, caso se tornasse necessário, novas formas de luta. Manuel Silva frisou a termibar e sob vibrantes aplausos a terminar, e a necessidade urgente da união de todos os trabalhadores «pois só unidos venceremos e nós temos que vencer, custe o que custar».

Em seguida e criticando duramente o Ministério do Trabalho, nomeadamente o ministro Tomás Rosa, que facultara a substituição de delegados progressistas por indivíduos conservadores em várias cidades do país, falou António Mendes Vieira, da indústria têxtil, que a terminar mais uma vez apelou para a unidade.

José Manuel Beira-Mar foi o orador seguinte que, depois de recordar os negros anos do fascismo, fez uma breve análise às transformações que o 25 de Abril veio proporcionar criticando as recentes medidas que não estão de acordo com o espírito da revolução iniciada em Abril, nomeadamente a congelação da contratação.

Falou ainda Maria Judite Magalhães Pinto, da indústria de vestuário, referindo que «as mulheres trabalhadoras mais do que ninguém sentem a exploração e as difíceis condições a que estão sujeitos todos os trabalhadores do país». Abordou ainda a situação económica em que o país se encontra.

Por último, Américo de Sousa, metalúrgico, leu uma moção que foi aprovada por unanimidade e na qual, depois de classificar de antipopulares as substituições de delegados e a retirada de credenciais às Comissões de Trabalhadores, se afirma a necessidade de «exigir que o Governo cumpra a plataforma que assinou quando da sua formação, que era o da restauração da legalidade democrática em vários pontos do país, no sentido de fazer combater a violência reaccionária que se faz sentir na nossa região, para os trabalhadores e suas organizações de classe, os sindicatos poderem exercer livremente o seu direito de associação e reunião».

Expressando uma total desconfiança em relação à equipa actualmente responsável pelo Ministério do Trabalho, os trabalhadores através da moção aprovada exigiram também «que o dr. Sá Costa continue como delegado em Braga, que a Previdência seja gerida pelos trabalhadores, suspensão do congelamento da contratação colectiva, a imediata renovação de credenciais às Comissões de Trabalhadores, publicação do decreto-lei sobre o controlo operário e que os preços dos artigos de primeira necessidade sejam propostos no mercado ao preço que era praticado em Setembro».

Por iniciativa dos trabalhadores a manifestação percorreu várias artérias da cidade vindo a encerrar na Praça do Município, local donde tinha partido.

SECTOR RETALHISTA EM LUTA

Ultrapassaram as expectativas as adesões dos trabalhadores do comércio retalhista à paralisação de duas horas convocada na semana passada.

O plenário de trabalhadores do comércio do distrito de Lisboa que reuniu na passada sexta-feira para analisar os resultados da paralisação verificada na véspera, concluiu que os resultados *ultrapassaram as expectativas*, no que se refere a adesões, provando assim o grande espírito de luta que anima a classe.

Com efeito, e apesar da tomada de posição da Direcção do Sindicato desaprovando a paralisação — no que foi «estranhamente» apoiada pela União de Grémios de Lojistas de Lisboa — verificou-se uma boa adesão a esta forma de luta pelo reatamento das negociações do contrato colectivo do ramo, tendo acontecido que muitos dos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, aproveitaram a referida paralisação de duas horas para efectuarem plenários, discutindo os problemas que a todos afectam. Em Vila Franca, na sequência da paralisação, realizou-se uma manifestação dos trabalhadores do comércio retalhista.

De salientar a adesão de pequenos comerciantes, quer por iniciativa própria, quer pela acção disciplinada e esclarecedora dos piquetes, que assim contribuiram para a unidade na acção de sectores distintos mas com interesses comuns.

Por outro lado, verifica-se desde já uma reacção intimidatória por parte de certas entidades patronais, nomeadamente com tentativas de despedimento e suspensão de trabalhadores mais activistas.

Só a coesão da classe e a consciência de que a sua luta é justa poderá fazer frente a mais esta manobra do patronato, que se sente de novoconfiantee com força para explorar e oprimir os trabalhadores.

Desta jornada de luta dos trabalhadores do comércio retalhista há a lamentar os graves incidentes ocorridos no Rossio, em que uma vez mais a acção de provocadores e o descontrolo de certos elementos das forças policiais provocaram mais uma morte e vários feridos.

A reacção joga com a arma da provocação para suscitar confrontos entre as camadas trabalhadoras em luta pelos seus direitos e certas forças policiais que, pelo seu passado, facilmente são consideradas hostis. O objectivo é provocar o confronto, impedir o diálogo, isolar os trabalhadores, recuperar o aparelho repressivo indispensável às forças da reacção.

Aprendendo em cada nova jornada de luta, ainda que por vezes à custa do sangue derramado, as classes trabalhadoras ganham cada vez mais consciência da importância da sua unidade para a defesa dos direitos e interesses comuns. A reacção não passará.

RESUMO GERAL DA PARALISAÇÃO

Lisboa — Zona Baixa	95%
Lisboa — Zona Alta	80%
Lisboa — Limítrofes	70%
Odivelas	80%
Benfica, Amadora, Queluz e Cacém	70%
Torres Vedras	80%
Vila Franca de Xira	80%

Ler e divulgar o «AVANTE!» o Jornal dos Trabalhadores, é ajudar o Partido

AS CONDIÇÕES DE VIDA DA MULHER NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

As condições de trabalho e de vida da mulher na RDA constituem um exemplo significativo de como somente em regime socialista todos os cidadãos se realizam plenamente como seres humanos em todas as esferas da vida social

«O nosso Partido considera uma tarefa essencial contribuir para elevar permanentemente o papel social da mulher. Uma das maiores conquistas do socialismo consiste em termos realizado a igualdade de direitos da mulher, no Estado, não somente no domínio legislativo mas também na vida quotidiana.

A solução deste problema depende do facto da mulher poder usufruir integralmente dos seus direitos. Um dos requisitos necessários para tal é a aplicação de regulamentos destinados a facilitar e aliviar os afazeres das mães profissionalmente activas.»

Estas palavras de Erich Honecker, primeiro Secretário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, (marxista-leninista), exprimem como na sociedade socialista se criam e desenvolvem as condições políticas, morais e espirituais que possibilitam que a mulher se realize plenamente enquanto cidadã, enquanto profissional e enquanto mãe. A prática trem provado que somente em socialismo, ordem social livre da exploração do homem pelo homem, pode ser resolvida a questão da igualdade de direitos do homem e da mulher, tão importante para o progresso da humanidade.

Em toda a prática social a mulher tem na RDA uma função criadora e activa só possível de concretizar-se no sistema socialista.

IGUALDADE DE DIREITOS NA ACTIVIDADE PRODUTIVA

As mulheres são imprescindíveis nas empresas da indústria socialista e nas cooperativas de produção agrícola, nos órgãos administrativos da economia nacional e nas escolas da República Democrática Alemã.

Através de regulamentos legais, foram estabelecidas as bases para a completa participação igualitária da mulher no processo laboral na República Democrática Alemã.

Constituição da RDA:

«Cada cidadão da República Democrática Alemã tem direito ao trabalho. Ele tem direito a um posto de trabalho, cuja escolha é livre em correspondência com as necessidades sociais e de acordo com a qualificação pessoal. Tem direito de receber salário segundo a quantidade e qualidade do trabalho. Homem e mulher, adultos e jovens têm direito a igual salário por igual trabalho executado».

Código do Trabalho da RDA:

«Os órgãos do poder estatal e os directores das empresas têm o dever de criar todas as condições que possibilitem às mulheres desenvolverem as suas aptidões criadoras.

Relativamente às mães que trabalham, o Código de Trabalho da RDA prevê um sistema de auxílio e de concessão de facilidades de tal modo amplo que a maternidade deixa de constituir qualquer obstáculo para o pleno desenvolvimento profissional da mulher.

As mulheres constituem quase metade do total de activos. Consideram-se fisicamente activas, as mulheres dos 18 aos 60 anos. Entre estas o aumento das que vêm participando na economia nacional aumenta consideravelmente, como demonstra o quadro que se segue:

1955	58 %
1965	73 %
1974	84 %
Primeiro semestre de 1975	85,9 %

Com a subida do nível de vida e a elevação cultural do povo cresce o número de mulheres que trabalham. Hoje, cerca de 75 % das mulheres casadas com trabalhadores e funcionários exercem também uma actividade produtiva.

É revelador o facto de justamente nas famílias cujo chefe de família ganha acima da média, se registar o crescimento das mulheres activas. Pesquisas sociológicas revelaram que as mulheres, ao optarem pelo trabalho profissional, não o fazem por motivos materiais, mas pelo desejo de exercer uma actividade criadora, visando qualificar-se, participar nas decisões e provar o que podem fazer.

Esse facto está corroborado por números que evidenciam a participação de mulheres em cargos de responsabilidade. Dentre as mulheres activas na República Democrática Alemã, podemos destacar:

— 1200 prefeitos de cidades e aldeias;
— 1300 directores de combinados e empresas de propriedade do povo;
— 1800 directores de Escolas Politécnicas.

COMISSÕES FEMININAS E PLANOS DE ESTÍMULO

Em 1952, a Comissão Política do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha recomendou a formação de comissões femininas nas empresas industriais e agrícolas. E o Conselho de Ministros decidiu criar, em todas as esferas da economia, planos de estímulo às mulheres.

As Comissões Femininas são eleitas pelas próprias mulheres nas empresas industriais e agrícolas. Constituem comissões sindicais. As presidentes dessas comissões integram as direcções sindicais existentes nas empresas.

As comissões femininas têm a tarefa de estimular e atender rapidamente as mulheres, mobilizando-as em função dos seus próprios interesses e para a observância e cumprimento dos planos.

Nas últimas eleições sindicais realizadas na República Democrática Alemã, foram eleitas mais de 13 000 *comissões femininas*.

Nessas comissões actuam activamente 104 311 mulheres e jovens: 48,9 por cento delas são trabalhadoras especializadas e 7 por cento são intelectuais. 65,4 por cento das presidentes dessas comissões femininas são trabalhadoras e 11,6 por cento pertencem à intelectualidade.

É de se destacar também o facto de que na *Confederação dos Sindicatos Livres Alemães* (FDGB), estão organizadas 3 milhões e 900 mil mulheres economicamente activas, representando 49,7 por cento do total de sindicalizados existentes na República Democrática Alemã. Significa que mais de 95 por cento das mulheres e jovens activas no processo laboral são associadas dos sindicatos. Mais de 887 000 do total mencionado desempenham funções dirigentes. A metade dos membros integrantes das direcções, em todos os níveis, é constituída de mulheres.

Anualmente, como determina a lei, são assinados os *acordos colectivos*, por decisão dos trabalhadores, entre as direcções sindicais e empresariais.

Os acordos colectivos estipulam deveres que recaem sobre as duas partes concernentes à melhoria da produção, das condições de trabalho, de vida e também relativos à ampliação das possibilidades de formação e qualificação profissionais. Desses contratos — acordos colectivos — faz parte um plano de fomento, voltado para atender aos interesses especiais das mulheres e jovens.

O plano de estímulo das mulheres é um documento discutido e aprovado pelos trabalhadores, por cuja execução são responsáveis as direcções empresariais e as sindicais, devendo prestar contas à Assembleia Geral de balanço. Ele compreende tarefas, tais como:

— Aperfeiçoamento técnico-profissional das mulheres;
— Formação técnico-profissional das mulheres durante o período da jornada laboral;
— Aproveitamento das mulheres após a conclusão da respectiva qualificação;
— Medidas para a melhoria das condições de trabalho e de vida das mães (garantia de vagas nas creches), etc.

Um exemplo dos vários efeitos práticos do plano de fomento, no conjunto da colaboração igualitária das mulheres, em todas as esferas, é a crescente *participação das mulheres no movimento inovador* (iniciativas técnico-científicas destinadas à racionalização da produção):

Inovadoras na economia nacional da RDA

Ano	Total de inovadores	Inovadoras	percentagem feminina
1965	582 000	97 000	5,3 %
1970	681 000	151 000	7,7 %
1972	1 214 000	200 310	15,5 %
1974	1 400 000	225 000	18,8 %

Somente as propostas feitas por 224 910 trabalhadoras, técnicas, camponesas e também funcionárias, de inovação técnica para a melhoria da produção, para o emprego de novos métodos laborais ou descobertas produziram, através da sua concretização, um rendimento económico da ordem de 450 milhões de marcos para a economia nacional da República Democrática Alemã.

MULHERES E JOVENS CONQUISTAM A TÉCNICA PROFISSIONAL

A revolução técnico-científica muda também, especialmente na indústria, a *situação profissional das mulheres*. Sob as condições socialistas, a actividade profissional feminina passa por alterações essenciais que, através do progresso técnico, ampliam o seu campo de acção, melhorando as condições de trabalho. Uma consequência desse facto é que, hoje na República Democrática Alemã, muitas profissões que antes estavam praticamente vedadas à mão-de-obra feminina, sendo exercidas quase que exclusivamente por homens, lhe são hoje acessíveis.

É mais do que visível o aumento percentual da mulher, nas actividades industriais: Em 1952, elas perfaziam 39,9 por cento do total, passando para cerca de 45 por cento, em 1974.

A melhoria das condições de trabalho, através do progresso técnico, evidencia-se especialmente na agricultura da República Democrática Alemã. Com a produção da ceifeira/debulhadora E 512 e do tractor ZT 300, de grande potência, surgiram máquinas agrícolas que também as mulheres podem comandar. Hoje é possível às mulheres comandar a técnica altamente desenvolvida, em igualdade de condições, participando activamente da aplicação dos métodos industriais na agricultura, concorrendo de modo responsável para o alargamento do progresso técnico.

Cerca de 3500 mulheres que actuam nas cooperativas de produção agrícola possuem certificados de autorização para dirigir as máquinas ceifeiras/debulhadoras E 512 e quase 2000 obtiveram licenças para dirigir o tractor da marca ZT 300.

Segundo cálculos feitos pelo Instituto para a Formação Profissional, sabe-se que até 1980 a parte de trabalhadores não qualificados deixará de existir. Isto porque a qualificação profissional não exclui as mulheres, as jovens. Na actualidade 99 por cento dos alunos, do sexo feminino,ao concluírem os estudos, possuem uma formação profissional.

A participação feminina, no cômputo total dos prendizes, nas mais diferentes esferas da economia, em 1974, era a seguinte:

Esfera económica	Total de aprendizes	Mulheres	Percentagem feminina
Indústria	212 900	86 000	40,4 %
Artesanato	15 000	3 000	20,0 %
Indústria da construção civil	64 600	5 700	8,8 %
Agricultura e silvicultura	26 400	11 700	44,4 %
Transporte, Correios e Telégrafos	36 200	11 000	30,3 %
Comércio	43 700	36 500	83,4 %
Outras esferas produtivas	10 300	7 700	74,3 %

Em 1974, existiam na República Democrática Alemã 453 mil *aprendizes*, dos quais 200 400 eram do sexo feminino (equivalendo a 44,3 %). A maioria das mulheres já não pode conceber a vida sem a actividade profissional. A actuação das mulheres, das jovens no processo laboral assumiu um carácter totalmente novo. A mulher é uma parceira valiosa do homem no aperfeiçoamento da sociedade socialista desenvolvida na República Democrática Alemã.

A actividade do Partido da classe operária foi e é decisiva. Há a constante preocupação, de que os problemas e as tarefas que dizem respeito à efectiva igualdade de direitos da mulher sejam encarados com responsabilidade e, segundo as possibilidades, sejam solucionados passo a passo.

Partindo do reconhecimento de que as mulheres têm a seu cargo os maiores encargos familiares, o governo da República Democrática Alemã desenvolveu um programa de larga duração, que tem como conteúdo a melhoria da situação da mulher e a assistência especial à sua saúde. O fundamento deste programa é a *Lei sobre a protecção das mães e crianças*, aprovada em 1950 e que, no decorrer dos anos, recebeu várias emendas. Essa assistência vai desde a concepção de uma nova vida até à garantia de férias suplementares para as mães de muitos filhos.

Actualmente, a rede de *postos médicos para atenderem às mães e capacitados para as orientar*, é de 10 105, com tendência de se ampliar sempre. Essa assistência médica permanente, dispensada às mulheres grávidas, tem contribuído para elevar o número de partos em instalações hospitalares estatais. Em 1952, de 100 crianças nascidas, somente 48,2 % se processaram em hospitais apropriados. Mas, hoje, cerca de 99 de 100, nascem nas clínicas da República Democrática Alemã.

Com a Lei sobre a *interrupção da gravidez*, de 9 de Março de 1972, foi dada a oportunidade às mulheres de decidirem quantos filhos desejam ter.

Segundo essa Lei, as mulheres que engravidam têm o direito de interromperem a gravidez no prazo máximo de 12 semanas, através de uma intervenção cirúrgica, feita numa dependência ginecológica especializada. Tudo isso é gratuito. Iguala-se ao afastamento do trabalho por motivo de enfermidade, significando que a mulher recebe os seus proventos normais e proporcionais, como se estivesse doente.

Certamente que o caminho para se ter os filhos que se deseja e para se criar uma família harmónica, na República Democrática Alemã, não é o da interrupção da gravidez, mas o da prevenção da gravidez, com o uso dos preventivos recomendados. Os postos médicos especializados prestam uma ampla assistência aos interessados, prescrevendo indicações e instruções a esse respeito. Os preventivos receitados pelos médicos são, a exemplo dos medicamentos, inteiramente gratuitos. Além disso, é garantida uma completa e permanente assistência médico-ginecológica, com a profilaxia cancerológica.

Um ponto importante e que permite o ingresso da mulher no processo laboral e, com isso, a sua activa participação na vida social da República Democrática Alemã, é o crescimento permanente da capacidade de vagas nas *creches e jardins de infância*.

Vagas nas creches (até 3 anos de idade)

Ano	Total	por 1000 crianças
1950	8 542	12
1960	104 781	128
1972	210 750	304
1974	236 340	420

Actualmente, na República Democrática Alemã, 42 por cento das crianças, até aos 3 anos de idade, são assistidos nas creches e mais de oitenta por cento das crianças em idade pré-escolar frequentam jardins de infância. Somente em 1974, foram criadas 12 260 vagas nas creches e 21 370 nos jardins de infância.

Em 1971, o VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha aprovou, por proposta do Partido, do Governo e dos Sindicatos, na base do desenvolvimento estável no campo económico, o *programa socio-político*, voltado especialmente para o benefício das mulheres economicamente activas e recém-casadas.

Assim, a partir de 1 de Julho de 1972, foi estabelecida a *jornada de trabalho semanal de 40 horas* para as mães de três ou mais filhos de, no máximo, dezasseis anos de idade, sem qualquer redução salarial (200 000). Para elas, as férias anuais são, no mínimo, de 21 dias. Mas, se trabalharem em turnos, têm direito a 24 dias de férias anuais. O período mínimo de férias, para as mulheres economicamente activas, com dois filhos até 16 anos de idade, ampliou-se para 18 dias anualmente. As que trabalham em turnos têm também jornadas laborais semanais de 40 horas, sem qualquer redução salarial. São-lhes garantidas férias anuais de, no mínimo, 21 dias. Assim, mais de 400 000 mulheres passaram a ter um período de férias mais longo, entre 3 e 9 dias a mais, por ano.

Para o atendimento e execução dessas amplas medidas, que compreendem também a *real melhoria das condições habitacionais*, especialmente, das famílias de prole numerosa; para a *garantia dos créditos, sem juros*, de até 10 000 marcos, cujo prazo de resgate é de 8 anos, concedidos aos casais jovens; assim como para o aumento das reformas e da melhoria da assistência social, de que beneficiam 3,4 milhões de pessoas, o Estado socialista, até 1975, destinou mais de 8 biliões de marcos. Somente no ano de 1973, o Estado empregou os seguintes recursos financeiros:

Visando apoiar os casais jovens, foram aprovados 115 000 pedidos, importando na concessão de créditos no valor de cerca de 600 milhões de marcos. Em 46 000 casos, em vista do nascimento de filhos, os créditos concedidos foram perdoados, isentando os beneficiários de qualquer pagamento.

Em 1973, a verba suplementar colocada à disposição pelo Estado, de ajuda à natalidade, elevou-se de 66 milhões de marcos.

A licença remunerada, por motivo de gravidez, foi ampliada de 6 para 10 semanas, significando um pagamento adicional equivalente a 62 milhões de marcos.

Para o pagamento dos auxílios-natalidade, o Estado dispende cerca de 280 milhões de marcos.

A DFD COMO ORGANIZAÇÃO E MASSA UNITÁRIA E DEMOCRÁTICA DAS MULHERES

A Federação de Mulheres Democráticas da Alemanha (DFD), foi fundada em 8 de Março de 1947 (Dia Internacional da Mulher), como organização de massa unitária e democrática das mulheres. O seu objectivo consiste em:

— Conquistar as mulheres de todas as camadas da população para a obra de construção socialista;
— Estimular a participação activa das mulheres da República Democrática Alemã na luta em prol da garantia da paz;
— Concretizar, em todo o conjunto da vida social, as garantias constitucionais sobre a igualdade de direitos das mulheres.

A Federação de Mulheres Democráticas da Alemanha (DFD), é membro da Federação Internacional de Mulheres Democráticas (IDFF) desde 1948. A DFD mantém estreitos laços de amizade com as organizações femininas da União Soviética e dos demais países socialistas, assim como com mulheres e suas organizações progressistas do mundo inteiro.

Actualmente, a Federação de Mulheres Democráticas da Alemanha (DFD) conta com um milhão e 300 mil filiadas. Desse total, 70,1 por cento são mulheres profissionalmente activas e 29,9 por cento de donas de casa.

A grande importância social da DFD reflecte-se na existência de uma *representação parlamentar própria na Câmara do Povo* da República Democrática Alemã. Nas demais e diferentes representações populares, em níveis diversos, a organização feminina da República Democrática Alemã possui os seguintes mandatos:

Câmara do Povo	35
Parlamentos provinciais	229
Parlamentos distritais e municipais	1 230
Representações nos parlamentos de cidades e aldeias	19 804
Total	24 298

A RESPONSABILIDADE DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POPULAR

A co-gestão é um direito inalienável de cada cidadão da República Democrática Alemã. Ele é utilizado pelas mulheres através de formas e meios multifacéticos. Um exemplo concreto é que mais de 60 000 mulheres — o que significa dizer que entre 30 e 36 por cento das representações populares, devidamente eleitas, são constituídos por elementos do sexo feminino.

Os dados seguintes indicam como as mulheres participam do exercício do poder na República Democrática Alemã, *através das suas representantes parlamentares:*

	Total de representantes	Mulheres	Percentagem feminina
Câmara Popular	500	159	34,8 %
Parlamentos provinciais	2 840	1 021	36 %
Parlamentos distritais e municipais	17 214	6 208	36 %
Representações nos parlamentos de cidades e aldeias	183 890	54 930	30 %

Nas Comissões Permanentes e nos Activos das representações populares (Conselhos honoríficos) da República Democrática Alemã actuam cerca de 160 000 mulheres conscientes da sua responsabilidade em função da conformação da vida social. Pelo mesmo motivo, outras 10 000 mulheres exercem o *seu direito à co-gestão* em outros grémios sociais da República Democrática Alemã. Os dados que se seguem dão uma ideia da influência activa exercida pelas mulheres em todas as esferas da vida na República Democrática Alemã.

Organismo	N.º de membros	N.º de mulheres	Percentagem de mulheres
Conselho Nacional da Frente Nacional da RDA	289	89	28,2 %
Comissões da Frente Nacional da RDA	335 000	103 000	30,8 %
Jurados nos Tribunais Distritais e Provinciais	48 733	22 109	44,1 %
Membros das Comissões de Arbitragem	53 448	20 617	40,5 %
Juízes nos Tribunais Distritais da RDA	858	314	36,7 %
Conselhos de pais nas escolas	660 600	374 900	57,0 %

Todos estes factos provam o que disse o primeiro secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Erich Honecker, por ocasião da recepção a que compareceu, no Dia Internacional da Mulher:

Depois de um quarto de século de desenvolvimento da República Democrática Alemã, nós podemos dizer: a realização da igualdade de direitos da mulher é uma das maiores conquistas. Segurança, igualdade, liberdade, dignidade humana, a possibilidade que tem de formação e de desenvolvimento dos seus talentos valem para todos os membros da sociedade. Trata-se, pois, de uma realização histórica que somente o socialismo pode apresentar.

Exposição-Venda do LIVRO SOVIÉTICO

Livros técnicos, científicos, políticos, sociais e infantis de origem soviética estarão em exposição e poderão ser adquiridas até ao fim do mês na Avenida da Liberdade, n.º 170 em Lisboa.

- Faleceu num hospital de Filadélfia o grande cantor e actor norte-americano Paul Robenson, activista pioneiro dos direitos cívicos, forçado a exilar-se da sua «democrática» pátria. A sua carreira foi praticamente destruída pela campanha anticomunista dos anos 40/50.

- O Bureau Político do MPLA enviou uma mensgem a Yasser Arafat, felicitando-o, e à OLP pela vitória que obtiveram ao estar presentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas para a discussão da questão palestiniana.

- Seis pessoas, incluindo três oficiais do Exército, foram fuzilados no Sudão por terem dirigido o abortado golpe de Setembro do ano passado contra o actual regime sudanês.

- O chefe da delegação argelina à 26.ª sessão ordinária do Comité Coordenador para a libertação da África, declarou à Imprensa que «mais de trinta países africanos, exprimiram já, sem equívocos, o seu apoio total ao direito do povo do Sara à autodeterminação».

- Centenas de presos políticos do Uruguai são mantidos pela polícia de Bordaberry, numa situação de virtual sequestro. As famílias desconhecem o seu paradeiro. No Uruguai há cerca de seis a oito mil presos políticos numa população de dois milhões e 700 mil pessoas.

- Está a ser sujeito a apreciação do Senado norte-americano o pacto que prorroga a utilização, por mais cinco anos, de quatro bases militares espanholas em troca da verba de 33.600.000 contos e do apoio político dos EUA à entrada da Espanha na NATO.

- Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros do Panamá, Juan António Tack, os Estados Unidos vão reconhecer a soberania do Panamá no canal e na área de 1400 quilómetros quadrados que o envolve, pois ambos os governos teriam chegado a acordos preliminares sobre um novo tratado.

- O Comité de Libertação da OUA, reunido pela primeira vez em Moçambique, decidiu apelar para a intensificação da luta armada de libertação nacional do Zimbabwe (Rodésia), e conceder uma ajuda material e financeira substancial ao movimento de libertação da Namíbia, SWAPO, cujo país «está a ser utilizado como base de agressão a Angola».

- «Um novo acesso de histeria anti-soviética por parte da Informação chinesa tem servido à clique de Mao Tsé-Tung para colocar novos obstáculos no caminho da normalização das relações sino-soviéticas, com o fim de obstar a que na China sejam conhecidas as realizações do povo soviético na edificação do comunismo e os sucessos da URSS na concretização do programa de paz» — afirma-se num artigo do jornal soviético «Pravda», que destaca o facto de os maoístas apontarem a União Soviética como «principal foco de uma nova guerra mundial»,

- Os confrontos entre os Estados Unidos e os seus parceiros europeus em torno do «Concorde» tornaram-se como que uma «guerra aérea». Toda a questão do «Concorde» gira em torno da concorrência entre as linhas aéreas. No seguimento da recessão económica dos países ocidentais, diminuiram consideravelmente os voos, mercadorias e passageiros.

- «Os cientistas dos diferentes países têm um importante papel a desempenhar no sentido de travar a perigosa corrida aos armamentos e de obter resultados positivos no domínio do desarmamento — afirmou o académico soviético Ivan Artobolevski, vice-presidente da Federação Mundial dos Trabalhadores da Ciência —, podem e devem participar na elaboração de medidas reais com vista à redução da corrida ao armamento e à utilização racional das somas assim economizadas».

- Apesar dos pedidos de libertação para o jornalista boliviano António Peredo Leigue, a imprensa oficial daquele país continua a ignorar o facto. Durante os quatro anos do regime de Banzer, não há notícia de um único julgamento político, tendo sido desterrados, no mesmo período, cerca de 100 jornalistas bolivianos.

- O desemprego aumenta em Inglaterra. Na segunda quinzena de Janeiro o desemprego atingia 1.430.369 pessoas, o que se traduz num aumento de perto de 288.000 indivíduos em relação a Dezembro, mês em que se verificou o índice mais alto desde a Segunda Guerra Mundial.

- O jornal «Gramna», órgão do Partido Comunista Cubano, comenta num artigo o aumento do desemprego na América Latina, que classifica como um dos problemas mais graves provocados pelo capitalismo no continente. O artigo salienta que as limitações do desenvolvimento industrial e a existência de grandes latifúndios, originam que uma parte cada vez maior da população engrosse as fileiras dos sem trabalho. Entre 1960 e 1970 o número de desempregados aumentou em cerca de três milhões, calculando-se no final de 1970 existirem cerca de nove milhões de desempregados.

- O Governo militar equatoriano concedeu amnistia a 16 oficiais implicados no falhado golpe de Estado de 1 de Setembro de 1975 contra o regime do general Guillermo Rodriguez Lara.

- A embaixada da União Soviética na Holanda, publicou no seu boletim informativo, os nomes dos agentes da CIA ou de agentes auxiliares que fazem parte do pessoal das rádios «Liberdade» e «Europa Livre», cuja sede é em Munique. A lista inclui cerca de vinte pessoas.

- O jornal «El Dia» denuncia que Daniel James, identificado como agente da CIA dos Estados Unidos no México, ocupa o posto de chefe de relações públicas de um dos hotéis «Sheraton» nesta capital. O mesmo jornal recorda que a «Rede Internacional Sheraton» foi comprada pela ITT e que os documentos sobre o Chile não tinham deixado nenhuma dúvida sobre os laços entre a CIA e a ITT.

informação

O Partido Comunista do Chile denuncia manobras da reacção

Num Chile dominado pela repressão, pela espectacular alta do custo de vida, pelo peso esmagador das verbas destinadas à repressão, num Chile caminhando sob a protecção e o paternal apoio do imperialismo americano, a resistência popular acentua-se, a disposição de luta não se atenua, antes se reforça. O povo chileno que votou e defendeu o governo de unidade popular, não foi esmagado com o seu derrubamento.

Como vanguarda legítima do proletariado e das massas trabalhadoras chilenas, o Partido Comunista do Chile prossegue a sua luta, hoje em condições particularmente difíceis, mas com a firmeza que caracteriza os que abrem o caminho para o futuro.

Em declarações proferidas por ocasião do 54.º aniversário do Partido Comunista do Chile, Rodrigo Rojas, membro da sua Comissão Política, reafirmou a disposição do seu Partido de «empreender as acções mais enérgicas, em todos os campos, contra o fascismo».

«Em permanente unidade com as massas populares em particular com a nossa experiente classe operária – afirmou – pensamos que todos os meios e todas as vias são possíveis para alcançar o momento de uma insurreição popular armada, que permitirá uma profunda e definitiva vitória da causa do nosso povo».

«Podem estar certos – acentuou o camarada Rojas – que quando vier o momento, os chilenos não temerão falar com os fascistas a única linguagem que lhes é acessível – a linguagem das armas.

Depois de ter prestado homenagem ao presidente assassinado, Salvador Allende, Rojas destacou a vaga de solidariedade internacional com a luta do povo chileno, pela libertação de milhares de presos políticos – solidariedade que provocou o total isolamento da ditadura chilena.

Entretanto, o camarada Rojas advertiu que «o imperialismo e os sectores mais agressivos da reacção chilena estão a estudar novas fórmulas, com que pretendem enganar os povos do mundo, aparentando mudanças que – na realidade – nada alteram, que poderiam passar pelo afastamento de Pinochet, que se tornou num fardo demasiado pesado».

Depois de ter destacado a profunda crise em que se debate o regime chileno, o camarada Rojas denunciou as tentativas para «substituir um assassino por outro assassino e formar uma aliança com velhos políticos que – como Eduardo Frei – possam surgir como pretensos defensores da democracia e do direito».

«Mas o povo chileno – frisou o camarada Rojas – está em vias de construir a sua própria alternativa, que consiste na mais ampla unidade antifascista, e que conduzirá – através do combate de massas e não através de manobras realizadas nas costas do povo – ao derrubamento da ditadura fascista e permitirá recomeçar uma nova etapa de profundas transformações, indispensáveis ao país».

Rojas sublinhou a importância e a urgência da unidade com base em todos os sectores que lutam contra a ditadura, e a necessidade de uma grande luta ideológica para alcançar tal objectivo vital.

Depois de ter reafirmado a importância da longa luta do Partido Comunista do Chile, o camarada Rojas dirigiu um apelo a todos os sectores políticos para a urgente formação de uma frente antifascista.

A luta conjugada dos povos limita o campo de acção do imperialismo

O antigo presidente da subsidiária italiana da empresa americana Gulf Oil declarou numa entrevista publicada em Roma que a companhia pagou mais 600 mil dólares a alguns partidos políticos italianos, entre 1969 e 1972. De destacar que a Gulf é a quinta maior companhia petrolífera dos Estados Unidos.

Entretanto, numa declaração comum de duas personalidades americanas ligadas aos problemas do consumo público, os monopólios americanos nunca utilizaram o suborno com o à vontade e a quantidade como agora o fazem, surgindo o suborno como verdadeira instituição. Constituem provas deste facto os numerosos casos de actividade fraudulenta das companhias referidas pelos jornais americanos.

A «Lockeed», por exemplo, pagou, de 1970 a 1975, cerca de 202 milhões de dólares a personalidades políticas dos partidos para obter contratos vantajosos.

A «Gulf Oil» gastou 5 milhões de dólares, sob a forma de «pagamentos políticos» ao partido que detém o poder na Coreia do Sul e 4 milhões sob a forma de «luvas» a personalidades oficiais sul-coreanas. Largas dezenas de empresas foram, nos últimos tempos, acusadas de pagamentos ilícitos.

O rol de subornos, utilizados sistematicamente pelos monopólios, pela CIA, pelos governos do mundo capitalista, é interminável.

Segundo o relatório da comissão parlamentar que recentemente concluiu um inquérito de um ano às actividades da CIA, assim como a outros serviços de espionagem americanos, um terço das centenas de operações secretas mandadas executar pelo governo americano nos últimos dez anos, consistiu em contribuições financeiras a partidos e dirigentes políticos estrangeiros.

O jornal «Stampa Sera» de Turim, afirma entretanto que facções da Democracia Cristã e uma facção do Partido Social-Democrata de Itália terão recebido, em Dezembro e Janeiro, fundos da CIA. O fim visado seria limitar o ascenso dos votos do PC Italiano, que tem vindo a ser cada vez mais vincado.

A prática da utilização do suborno, arma vulgar nas mãos do imperialismo, nas suas diversas expressões, toma formas diferentes e complementares. Passa pelo auxílio directo dos monopólios, em particular das grandes multinacionais, a partidos e entidades políticas susceptíveis de defender, neste ou naquele país, os seus interesses. Passa pelo apoio monetário da CIA – como organização provocatória ao serviço desses monopólios – a esses mesmos partidos e organizações (em que por vezes se incluem organizações sindicais fantoches). Passa pela chantagem económica utilizada pelo imperialismo, em particular por Washington, para subornar governos pouco escrupulosos, completamente comprados ou até devidamente «eleitos» e estudados nos corredores e nas reuniões da Casa Branca.

No seu conjunto – tudo isto constitui uma declarada rede de ingerências nos problemas internos de outros países.

Neste campo, como em muitos outros, assiste-se assim à perfeita conjugação de objectivos e de resultados nas batalhas travadas em sectores que só aparentemente não são coincidentes. A denúncia da actividade das agências de provocação internacional, a luta contra as manobras políticas das multinacionais, contra o seu desmentido poder económico e político, a luta pela independência nacional, a batalha pela laboriosa construção de novas relações entre Estados, baseadas na paz e no respeito mútuo – são tudo elos de uma mesma cadeia.

Quando povos e governos da América Latina se erguem contra a ingerência das multinacionais na vida interna dos seus países; quando o Panamá desenvolve uma luta patriótica pela legítima posse de um canal enfeudado de há muito aos interesses americanos; quando vozes maioritárias de África defendem o direito de Angola à plena libertação do seu povo e da sua terra e Ford vê cortadas, em Washington, as ambicionadas possibilidades de uma intervenção militar directa; quando em Moscovo se verifica novo acordo sobre a limitação de armamentos estratégicos e os povos da Europa se batem pela real aplicação dos acordos de Helsínquia – as mais diversas forças, em campos diferentes, os povos de todo o mundo, estão-se a dar as mãos no cerco às manobras do imperialismo. Um cerco que vai paulatinamente sufocando a capacidade de utilização, pela reacção internacional, das armas da chantagem e do suborno.

Na senda da Paz

O presidente norte-americano Gerald Ford enviou para o Congresso um orçamento que tem como tónica o aumento das despesas com a defesa em 9 por cento. Assim, Ford propôs um orçamento recorde para a defesa, de cem mil milhões de dólares (cerca de 2 802 800 000 contos), acrescentando ameaças várias quanto ao ainda maior aumento de tais despesas.

Nas vésperas da sua partida para Moscovo, podemos mesmo dizer que Washington se desdobrou em ameaças. Quanto ao aumento das verbas ligadas a armamentos. Quanto ao problema de Angola – apontado como fulcral nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética – de que estariam dependentes as relações pacíficas entre os dois Estados e as perspectivas de um novo acordo.

No que respeita à questão angolana, Kissinger proferiu afirmações particularmente provocatórias. Na linguagem própria do imperialismo, e de todos os sectores anticomunistas, declarou que, quando uma grande potência tende a obter uma posição de influência por meio da intervenção militar, «a outra actuará mais tarde ou mais cedo para contrabalançar esta vantagem».

São evidentes as alusões, as ameaças bem pouco veladas. Mas tanto umas como outras não surtiram logicamente os efeitos desejados.

Kissinger partiu agressivo para Moscovo, tentando dar a ver ao mundo que a Casa Branca ainda pode e manda.

Mas o ano de 1976 não parece ter nascido mais propício às manobras do imperialismo, do que os anos anteriores. As suas posições, a despeito de derrotas esporádicas, têm-se vindo a degradar progressivamente.

Em Moscovo, foram reafirmadas as posições sa URSS, o seu direito intrínseco a prestar solidariedade às forças progressistas mundiais, aos governos que a pedem. Em Moscovo, novos passos foram dados na via do desanuviamento internacional – em particular no campo da limitação de armas estratégicas (SALT).

Os caminhos da paz – por que todas as forças progressistas, e em particular o mundo socialista com a URSS à cabeça, se vêm de há muito batendo – são difíceis e tortuosos. Como todo o processo verdadeiramente revolucionário, seja ele de âmbito nacional ou internacional.

Nem sempre as vitórias são espectaculares. Nem sempre se somam vitórias. Os passos dados em frente, são frequentemente acompanhados de recuos neste ou naquele aspecto, neste ou naquele sector. Nem todos os avanços se podem considerar definitivamente conquistados.

Mas caminha-se implacável e decididamente duma situação de instável equilíbrio à beira do abismo da guerra, para um novo tipo de relações internacionais, em que imperam as formas pacíficas de solução dos diferendos, em que a independência real dos povos, o seu direito a decidir do seu próprio destino – se implantam cada vez mais a despeito das manobras agressivas do imperialismo.

Os caminhos da paz assumem expressões diversas. Passam pelo processo de limitação de armamentos. Passam pela diversificação e acentuação de relações económicas entre Estados com regimes sociais diferentes. Passam pelo estreitamento das relações culturais.

Em todos estes campos, como é óbvio, o mundo capitalista – obrigado a embarcar numa senda que de forma alguma lhe é favorável – tenta retirar daí os seus trunfos.

O domínio da cooperação cultural, da troca mútua de informações – tem sido particularmente fértil nesse tipo de tentativas.

Os esforços são orientados no sentido de utilização unilateral da cooperação no campo da cultura e da informação. É por demais evidente que o imperialismo não está interessado em que os povos dos países que dominam tenham de facto as realizações e o tipo de vida dos países socialistas. O silêncio mantém-se. A par do propalar constante das calúnias.

O que vai ao encontro dos interesses do mundo capitalista – e é por isso que se bate – é a abertura de uma via mais fácil de trabalho provocatório dentro das fronteiras dos países socialistas. Face à resistência naturalmente oposta a tais manejos, o imperialismo arvora-se em vítima, acusa os países socialistas das suas próprias manobras. Propala que estes não estão verdadeiramente interessados na cooperação.

Os factos, entretanto, revelam-nos uma realidade bem diferente. No espaço de um ano, os países socialistas receberam dos EUA e da Europa Ocidental, 3000 horas de programas televisivos. Entretanto no mesmo espaço de tempo, a Europa Ocidental e os EUA receberam apenas 1000 horas de programas televisivos provindos do mundo socialista. Nos outros sectores a proporção é idêntica.

Neste, como noutros campos, o imperialismo está interessado na mentira, na mistificação. Neste como noutros campos, são cada vez mais sensíveis os progressos das forças empenhadas na democracia e na paz.

O processo de recuperação das riquezas nacionais

O processo de recuperação das riquezas nacionais em que estão empenhados, com uma determinação cada vez mais evidente, os países em vias de desenvolvimento, tem seguido caminhos diferentes, mais ou menos complexos. À expropriação empreendida por governos abertamente progressistas, quando todo um conjunto de circunstâncias permite uma inequívoca posição de confronto com as multinacionais e os seus centros políticos nos diversos países capitalistas desenvolvidos, junta-se a nacionalização com indemnização, o acordo difícil. Junta-se, igualmente, uma outra faceta muito importante dessa recuperação de riquezas — a imposição de preços compensadores para produtos que o imperialismo sempre manteve em níveis muito baixos, na mira de sólidos e espectaculares lucros.

A linha da luta pela posse das riquezas nacionais, tem sido particularmente acentuada na América Latina. Mesmo governos que oscilam na corda bamba, entre a generalizada e cada vez mais firme tomada de posição anti-imperialista dos povos e a defesa dos interesses das multinacionais ou de uma burguesia nacional que vive das suas obras e do seu apoio, vão assumindo posições de defesa dos interesses nacionais. A vaga libertadora das massas populares arrasta os hesitantes. Só o incómodo recurso ao aberto terrorismo fascista se lhe pode erguer como dique provisório.

São muitos os exemplos de recuperação das riquezas nacionais. Como são variadas as manobras utilizadas para obstar e, se possível, recuperar de outra forma, o processo de fuga de chorudos lucros das mãos das multinacionais.

O primeiro de Janeiro deste ano marcou o primeiro aniversário da nacionalização da indústria de extracção de ferro na Venezuela que, durante 24 anos, esteve nas mãos de cinco multinacionais.

Fazendo um balanço da actual situação, o presidente da empresa de Estado «Corporation Venezolana de Guayana» (CVG), Argenis Campoa, previu novas baixas na produção do mineral de ferro para o ano de 1976. Gamboa acrescentou entretanto que a despeito dessa baixa — devida fundamentalmente à fraca solicitação dos mercados externos — a Venezuela auferirá dos mesmos lucros graças ao aumento de preços de 10 para 14,42 dólares por tonelada.

A forma que assumiu a nacionalização do ferro pelo governo Venezuelano foi contestada por diversos sectores políticos nacionais que apoiaram a nacionalização, mas apontaram como injustificados os acordos assinados com a «Orinico Mining Co.» e a «Iron Mines Co.». Durante os 24 anos em que dominaram a produção de minério de ferro estas companhias auferiram fabulosos lucros, tendo extraído 323 milhões de toneladas de ferro. 97,5 desta produção saíu do país. Os lucros obtidos ultrapassam os 790 milhões 697 mil dólares.

Gamboa acentuou que este ano de transição pode ser considerado insuficiente para assumir total e progressivamente o controlo directo da nacionalização e sublinhou a criação da empresa «Ferrominera Orinoco». Esta empresa de Estado irá encarregar-se da prospecção mineira, da planificação, da exploração e comercialização deste importante mineral. Até à data, o Estado venezuelano assegurou vendas de mineral de ferro aos Estados Unidos, para o ano de 1976, de 14,3 milhões de toneladas.

A nacionalização dos principais ramos da economia nacional, que nos países submetidos ao subdesenvolvimento sempre esteve nas mãos das multinacionais, a luta por preços compensadores, pela posição de igualdade nas relações económicas pelo respeito pela soberania nacional — são em si factos altamente lesivos dos interesses do imperialismo.

As hesitações nessa batalha criam novas dificuldades, dão frequentemente azo a que as multinacionais recuperem com uma mão o que lhe foi arrancado da outra. O exclusivo ou predominância das relações comerciais com o mundo capitalista, é porta aberta a toda a casta de manobras e de real chantagem económica e constitui um perigo, não só para o país em causa, mas para todo o processo de recuperação das riquezas nacionais. Se se sente em posição de força, o imperialismo pode sempre fazer depender as suas compras de um rebaixamento de preços, tanto mais que o estado de subdesenvolvimento dos países tradicionalmente pilhados pelo capital internacional, as suas dificuldades internas, não lhes permite por vezes uma significativa absorção da sua própria produção.

Um processo que no fundamental visa os interesses do imperialismo não poderá naturalmente encontrar nele qualquer espécie de apoio. As portas que se abrem são bem diferentes. São as portas do mundo socialista. E aquelas que a conjuntura internacional força a que não se cerrem.

O POVO ANGOLANO AVANÇA EM TODAS AS FRENTES

Cada dia mais forte e seguro da sua força, o MPLA é cada vez mais o povo e a sua luta. A resistência ao invasor não é apenas uma questão militar. É também uma questão política e económica. Por isso, o movimento popular ganha a guerra em três frentes de combate: militar, política e económica

Libertadas as cidades de Novo Redondo e São Salvador, as FAPLA progridem vitoriosamente em direcção a Santo António do Zaire. O que resta do invasor na frente norte atravessará brevemente a fronteira, voltando ao país de origem.

Avançar nas frentes de combate e produzir na retaguarda é o lema do MPLA, que alcança vitórias cada vez mais decisivas em todas as regiões do país. Antes de findar o mês de Fevereiro, o exército popular estará em condições de proclamar a libertação de todo o território. Assim o entendem observadores militares e políticos que seguem de perto a segunda guerra de libertação em Angola.

Huambo, Silva Porto e Luso são as metas próximas dos combatentes do MPLA. Os racistas da África do Sul recuam evitando a frente de batalha. Meios governamentais de Pretória consideram essa "retirada" definitiva. No entanto, outras fontes dão-na como parcial. O invasor do sul reagruparia as suas tropas na fronteira com a Namíbia.

Os próximos dias serão certamente ainda mais reveladores da força do MPLA e do seu braço armado. Com a Cela, Santa Comba e Amboíva libertadas, a ofensiva do povo angolano conta já com uma tesa de ponte no rio Queve, ponto estratégico de vulto. Agora, é de prever que as FAPLA atendam sobretudo à linha do Caminho de Ferro de Benguela, importante artéria que atravessa o país.

Embora as tarefas da guerra sejam prioritárias (cada angolano deve considerar-se um soldado — é a palavra de ordem do MPLA) nem por isso as actividades da paz ficam diminuídas nas imensas zonas libertadas.

Em Luanda, Uíge, Negage, Malange, Novo Redondo, em todas as cidades e povoações donde as FAPLA explusaram as forças invasoras e outros inimigos do povo angolano, assiste-se à rápida normalização das estruturas populares, à activação do trabalho colectivo, ao restabelecimento dos circuitos de distribuição, à regularização da vida administrativa e à criação de novos órgãos do poder popular.

CAMPONESES AO LADO DOS OPERÁRIOS TODO O POVO

Um exemplo entre muitos é o dos camponeses da maior região algodoeira do país. Numa assembleia popular recente, convocada pela Associação e Liga Camponesa da Baixa do Kassenje, decidiram criar urgentemente uma cooperativa de consumo, fiscalizando, ao mesmo tempo, os preços em todas as lojas.

Os camponeses, que lutarão "ao lado dos operários por uma sociedade justa e pela igualdade de direitos" decidiram ainda nessa assembleia "apoiar incondicionalmente o MPLA e as FAPLA na justa luta contra todos os lacraus do imperialismo, pela restauração do poder popular e pela reunificação de todo o país de Cabinda ao Cunene".

Em Luanda, as repercussões da guerra contra a invasão são positivas. As Comissões Populares de Bairro reunem com assiduidade. Além dos problemas gerais de ordem política e económica, são tratados diversos assuntos relacionados com a melhoria do funcionamento daquelas organizações do movimento popular.

Nessas Comissões Populares de Bairro travou-se recentemente um árduo combate político e ideológico que levou ao desaparecimento do chamado órgão coordenador, desmascarado como difusor de orientações incorrectas e pseudo-revolucionárias no seio daquelas organizações populares. Estas dispõem agora de um Secretariado como órgão dirigente, capaz de as auxiliar a vencer as deficiências, para que se tornem verdadeiros porta-vozes das massas populares de Luanda.

Num país assolado pela guerra, com um passado de medonha exploração colonial para destruir, as dificuldades são naturalmente grandes. Maior é, porém, o ânimo de as vencer. E isso é visível diariamente em todos os sectores, em todas as organizações, incluí ndo a dos intelectuais e das mulheres onde recentemente foram tomadas decisões de vulto, no âmbito da União dos Escritores Angolanos, que preparam uma conferência nacional, e na OMA (Organização da Mulher Angolana) que elegeu uma direcção para a província de Luanda, definindo, ao mesmo tempo, um plano de acção e um programa de actividades a pôr em prática urgentemente. O trabalho não pára também no sector estudantil. Ainda há dias Lúcio Lara, dirigente do MPLA, se referiu à necessidade de criar urgentemente a Associação dos Estudantes angolanos, acabando com as pró-associações.

No plano militar, as actividades de organização e de aperfeiçoamento da disciplina estão também na ordem do dia. As populações das zonas recentemente libertadas, que recebem os soldados das FAPLA como verdadeiros libertadores, têm ocasião de comprovar na prática a humanidade do comportamento do exército popular. E não são apenas os civis que benificiam do tratamento exemplar das FAPLA. São também os militares inimigos e os prisioneiros. Tudo é feito no sentido da sua recuperação e da tomada de consciência dos verdedeiros interesses dos trabalhadores angolanos.

A REFINARIA FUNCIONA NAS MÃOS DOS OPERÁRIOS

Assim se fortalece a resistência generalizada contra o agressor imperialista e os seus serventuários. Ainda recentemente os trabalhadores da Cabinda Gulf deram um exemplo meritório dessa resistência. Depois da fuga dos técnicos americanos, os operários angolanos e de outras nacionalidades não abandonaram os seus postos de trabalho.

Conscientes de que o seu esforço é também um combate na guerra de libertação, puseram a funcionar a refinaria do Malongo e abriram os poços que os técnicos norte-americanos tinham fechado antes de fugirem para o Zaire.

Desse modo, têm conseguido reabastecer, com combustível local, a província de Cabinda. A vontade e determinação dos trabalhadores são de tal ordem que a refinaria está a funcionar a cem por cento.

Nas zonas libertadas, pode-se agora trabalhar e construir. Luanda como as outras cidades que se encontram nas mãos do povo, vive sem inquietações. Aumenta a confiança no futuro da pátria. As actividades normais do dia-a-dia não sofrem interrupções. Os estrangeiros afluem à capital da RPA. Os aviões vindos de Lisboa chegam normalmente cheios a Luanda.

Por iniciativa da Organização de Solidariedade Afro-Asiática, a capital angolana vai receber, de 2 a 4 de Fevereiro próximo os representantes de todo o mundo para uma Conferência Internacional Extraordinária de Solidariedade para com o povo de Angola. Entretanto, começaram a chegar a Luanda algumas individualidades que vêm assistir às comemorações do 4 de Fevereiro, dia nacional da RPA, data gloriosa do início da luta do MPLA pela libertação de Angola.

Sem data ainda marcada, mas a realizar brevemente, foi convocada, entretanto, pelas Comissões Populares de Bairro uma grande manifestação de rua para assinalar a solidariedade do povo angolano para com o povo português e contra o regresso do fascismo.

A SOLIDARIEDADE É UMA PALAVRA DE LUTA

Fidel de Castro, primeiro-ministro cubano, declarou numa conferência de Imprensa que as forças populares estão em vias de ganhar a guerra contra os invasores imperialistas em Angola, que sofrem perdas catastróficas. Ao abordar temas importantes da política externa do seu país, o chefe da revolução cubana afirmou que a ajuda militar ao povo de Angola é prestada a pedido do governo deste país com a rapidez e a eficácia que caracterizam a revolução cubana. Nenhum soldado cubano se encontrava em Angola antes da invasão dos imperialistas sul-africanos, em 23 de Outubro do ano findo. Nessa altura — declarou Fidel Castro — o governo de Pretória iniciava uma guerra-relâmpago para impedir que o MPLA instaurasse o seu governo legítimo, em 11 de Novembro do ano passado.

Foi nesse momento que, a pedido de Angola, nós enviámos soldados. A "guerra-relâmpago" terminou rapidamente, deixando apenas o medo aos imperialistas — afirmou ainda o primeiro-ministro cubano. Angola, que eles pensavam engolir facilmente, tornou-se um osso duro de roer para os imperialistas e os racistas sul-africanos.

Acentuando que é o governo angolano quem está em melhores condições para fornecer dados e pormenores sobre o andamento da guerra, Fidel Castro aludiu às causas que provocaram a invasão de Angola e aos objectivos do imperialismo nesse território africano. "É uma das guerras mais sórdicas que o imperialismo conduziu desde sempre" — acrescentou Fidel, referindo que nenhum pretexto se pode invocar para a agressão, já que "não se trata de estabelecer o socialismo em Angola, mas de defender o direito do povo à liberdade".

Os imperialistas têm, porém, outras motivações. Uma delas é "a tentativa de impedir a independência de África" porque "se esmagassem Angola, podiam prolongar o seu domínio imperialista e neocolonialista em África".

Fidel de Castro comparou a guerra de Angola com a guerra civil espanhola, mas distinguiu: "desta vez, os imperialistas não levarão a melhor porque a relação de forças alterou-se no plano internacional". Neste momento, o Zaire desempenha o papel da Itália fascista de Mussolini, enquanto que o da Alemanha hitleriana é assumido pelo Estado racista da África do Sul, acrescentou.

Por outro lado, Fidel de Castro pergunta a si próprio como é que os Estados Unidos vão explicar à população negra do seu país o apoio que fornecem aos racistas de África, numa altura em que mais de 20 países africanos, dos de população mais numerosa e com maior autoridade política, condenam essa agressão.

O primeiro-ministro cubano frisou seguidamente que não poderá haver solução para o conflito, enquanto os racistas ocuparem uma parte do território angolano, e, apoiando-a, lembrou a decisão do MPLA de não aceitar qualquer compromisso nessas condições.

A propósito da atitude da República Popular da China, Fidel Castro declarou: o papel da China em Angola é incrivelmente mau e associa esse país aos governos mais reaccionários da África Austral, política que a China pratica, de resto na América Latina, nomeadamente em relação ao regime fascista chileno.

Por fim, Fidel Castro declarou que, no plano militar, as forças populares estão em vias de ganhar a guerra em Angola. A prova disso são as cidades recentemente libertadas e as perdas catastróficas sofridas pelos racistas.

A AVIAÇÃO ZAIRENSE BOMBARDEIA TERRITÓRIO ANGOLANO

Entretanto, viajantes chegados da região de Saurimo declaravam aos jornalistas que a Vila do Cazombe, na província do Moxico, foi bombardeada de modo indiscriminado por aviões a jacto da força aérea do zaire. Três aparelhos de caça bombardearam e metralharam essa povoação, situada perto da fronteira com o Zaire e a Zâmbia. Segundo as declarações dos viajantes, o primeiro avião lançou duas bombas de 50 quilos, o segundo metralhou a vila e o terceiro ocupou-se da cobertura aérea.

Quatro horas depois, a acção repetiu-se. As testemunhas garantem que os aviões atacantes eram da aviação zairense.

Trata-se da quarta agressão desse género levada a cabo recentemente. Há cerca de duas semanas, um avião a jacto, também proveniente do Zaire, bombardeou e metralhou Teixeira de Sousa, causando nova mortos entre a população civil. As vítimas eram, na maioria, mulheres e crianças.

Desta vez, o bombardeamento decorreu da mesma maneira: os aviões entraram pelo nordeste, descreveram uma curva de 180 graus, atacaram e desapareceram em direcção ao norte.

As autoridades do MPLA sublinharam o carácter genocida desta última agressão. A metralha e as bombas da aviação zairense atingiram as instalações de um pequeno hospital civil.

Situação idêntica registou-se em Teixeira de Sousa. Os alvos da força aérea do Zaire foram a estação do caminho de ferro e o centro da vila.

Actos de desespero de um inimigo batido em todas as frentes, estes bombardeamentos criminosos não conseguirão mudar o sentido da luta, nem enfraquecer a capacidade de resistência dos trabalhadores angolanos, que fortalecem o seu poderio militar para dissuadirem de vez os invasores da sua terra.

LUTA INTERNACIONAL E MILITANTE CONTRA A EXPANSÃO DOS MONOPÓLIOS

Uma análise clara com dados recentes sobre um estorvo muito grave ao fortalecimento da segurança e do desanuviamento nas relações internacionais

O nosso país ocupa lugar de destaque entre os que ultimamente têm procurado, pelo menos, tornar menos escandalosa a exploração das grandes firmas multinacionais, responsáveis (sobretudo as mais poderosas) pela desestabilização da economia em países que procuram libertar-se definitivamente do jugo imperialista.

Neste artigo, da autoria do prof. dr. Horst Heiniger, da República Democrática Alemã, são focados aspectos pouco conhecidos da exportação de capitais e da produção no exterior através dos grandes consórcios internacionais com sede nos vários centros do poder imperialista.

A luta concorrencial imperialista pela distribuição e redistribuição das esferas de influência consuma-se, hoje em dia, antes de mais nada, através da internacionalização da produção e do capital. Diante do poder crescente do mundo socialista e dos movimentos de libertação nacional, com a progressiva redução de possilidades para o imperialismo, este procura, através do aumento acelerado da construção do capital, manter e alargar as suas posições de poder. A exportação de capitais e a produçao no exterior, em dimensoes novas, são, hoje, os factores decisivos da luta concorrência da luta concorrencial imperialista

Com a sua ajuda, os monopólios penetram nas indústrias-chaves e na vida económica interior dos seus concorrentes principais utilizando em seu favor, o sistema de fomento estatal, a ajuda neo-colonialista para o desenvolvimento, os privilégios de impostos e os subsídios.

Os consórcios internacionais (firmas internacionais) – que se desenvolveram como forma de organização mais importante e dominante dos monpólios internacionais – influenciam, em grau crescentel o processo de reprodução, a balança de pagamentos e as relações monetárias de grupos completos de Estados, as relações entre países capitalistas industrializados e países subdesenvolvidos e, também, em medida decisiva, a situação da população trabalhadora em várias partes do mundo.

200 consórcios mantêm filiais num total que varia entre 20 e 50 países

A partir da década de 1960, os monopólios aceleraram, de forma perseverante, a internacionalização do capital. Já no começo da década de 70, existiam 7300 consórcios com filiais no exterior. Os 200 consórcios mais poderosos operavam em 20 e, alguns deles em mais de 50 países. Segundo cálculos das Nações Unidas, a produção dos consórcios internacionais, no exterior, no ano de 1971, atingiu um valor de cerca de 300 mil milhões de dólares.

Os consórcios norte-americanos ocupam as posições decisivas. Representavam, em 1973, entre os 200 consórcios mais poderosos, nada menos de 107, reunindo dois terços de todas as instalações existentes no exterior. Nos últimos anos, vários consórcios europeus ocidentais e também japoneses tomaram a dianteira. Em 1973, os 50 consórcios mais poderosos dos três centros de poder imperialista estavam divididos da seguinte forma: Estados Unidos, 24; Europa Ocidental, 20 (entre os quais, 8 da República Federal Alemã; 3 da Itália; 3 da Grã-Bretanha; 2 da França) e 6 do Japão.

Na base de seu peso económico, os consórcios internacionais transformaram-se num sector importante da rivalidade imperialista. Assim, os consórcios norte-americanos formam um ponto de apoio essencial para o predomínio económico e para a influência política dos Estados Unidos no sistema capitalista. As vendas das suas filiais, no exterior, equivalem, actualmente, a cinco vezes o valor da exportação norte-americana de mercadorias.

Os consórcios dos Estados Unidos controlam, na República Federal Alemã, na Itália e noutros países europeus ocidentais, 15 % da borracha sintética, 30 % de veículos, 40 % da produção de óxidos titânicos, 55 % da produção de pneus, 80 % da produção de máquinas de cálculos electrónicos, 95 % da produção de computadores.

A influência do capital estrangeiro é forte, em medida diferente, em cada país imperialista, em cada centro de poder: no Canadá e na Austrália é maior e, nos Estados Unidos e no Japão, menor. Nos países europeus ocidentais concentra-se um terço dos investimentos directos norte-americanos, voltados para os sectores da produção moderna.

Quase dois terços dos seus investimentos directos – dos investimentos directos dos consórcios internacionais – são feitos nos feitos nos países capitalistas altamente desenvolvidos e apenas um terço nos países subdesenvolvidos.

Isso está em estreita conexão com os seus esforços no sentido de monopolizar esferas representadas pelo progresso social. Cinquenta dos 100 consórcios internacionais, em 1973, estavam activos nos ramos industriais químico, electrónico, electrotécnico e petrolífero. Sete grandes monopólios petrolíferos internacionais tiveram a seu cargo, em 1973, 68 por cento da procura de petróleo, 45 por cento da capacidade de refinação e 55 por cento da capacidade da frota de transporte do mundo capitalista.

O papel que os consórcios internacionais desempenham no sentido da anarquia da economia capitalista é posto muito claramente em evidência pela crise monetária imperialista. Através da movimentação de capitais, em períodos escassos, esses consórcioa influenciam de modo decisivo o desenvolvimento da crise. As suas especulações monetárias, visando evitar «riscos de negócios», formaram uma causa própria e permanente para as sucessivas desvalorizações e revalorizações das moedas capialistas entre 1967 e 1973.

A expansão dos consórcios internacionais orienta-se segundo a estratégia global de lucros das centrais dos consórcios, nos países imperialistas de origem. Esses lucros são fomentados pelos governos desses países. Com isso, os consórcios internacionais são um estorvo ao fortalecimento da segurança e do desanuviamento nas relações internacionais, assim como uma fonte de intensificação das contradiões e de lutas sociais no sistema capitalista.

Subversão, racismo e neocolonialismo em acção

Como demonstram vários exemplos, os consórcios internacionais não retrocedem diante de nenhum meio na busca de lucros máximos, não renunciando à actividade subversiva, ao terror e aos assassinatos. Exemplos marcantes nos últimos anos foram e são a criminosa subversão dos monopólios do cobre norte-americanos e do consórcio ITT contra o governo de Unidade Popular presidido por Allende, a actividade extorsionista dos consórcios petrolíferos internacionais contra os Estados árabes ou o papel que os mesmos desempenham na desorganização económica em Portugal.

Cunho especial assume o saque neocolonialista dos países subdesenvolvidos pelos consórcios internacionais. Dos investimentos feitos no sector da exploração de matérias-primas e, ultimamente, do reforço dos investimentos nos ramos da indústria de transformação, os consórcios arrancam lucros gigantescos, transferidos em grande parte para as suas centrais com sede nos países imperialistas. Os investimentos directos dos monopólios dos Estados Unidos nos países subdesenvidos, de 1969 a 1973, foram da ordem de 9 biliões e 100 milhões de dólares. Mas os lucros transferidos para os Estados Unidos foram, no mesmo período, de 19biliões e 400 milhões de dólares, significando mais do dobro do volume investido. O índice de lucro e de transferência de lucros, oriundos dos países subdesenvolvidos equivale a três vezes mais do que o arrancado dos países capitalistas desenvolvidos. Com o uso abusivo das vantagens fiscais e subsídios, justamente com os elevados preços dos produtos industriais e das instalações, pagando salários baixíssimos e outros métodos, os consórcios internacionais dão sequência ao saque dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, ajudam e organizam as forças reaccionárias nos Estados recém-libertados, visando assegurar as suas posições da poder económico.

Como resultado da mudança da correlação de forças na arena internacional a favor do socialismo e das forças progressistas, a luta dos países subdesenvolvidos e a sua independência económica conseguiram alcançar um grande incremento nos últimos anos. Os êxitos dos países exportadores de petróleo e a grande unidade dos países subdesenvolvidos significaram o ingresso numa nova etapa de luta contra as condenáveis práticas dos consórcios internacionais.

Com a estatização de instalações produtivas de consórcios internacionais, com o reajustamento dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, os jovens Estados nacionais conquistaram importantes posições de luta contra os consórcios internacionais. Com isso, o domínio do capital monopolista sobre as fontes de matérias-primas sofreu um golpe decisivo.

Um outro importante êxito na luta anti-imperialista foi alcançado nas Nações Unidas. Com a ajuda dos países socialistas e contra a resistência dos Estados imperialistas, foi aceite pela 29.ª Assembleia Geral de 1974 a «Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados», tendo sido aprovada também a «criação de uma nova ordem económica internacional pela sexta reunião especial das Nações Unidas, em 1874, compreendendo a declaração e o programa de acção com esse fim.

Também a resolução aprovada pela sétima reunião especial, em Setembro do ano findo, está orientada no sentido de fomentar a independência dos países em desenvolvimento, visando suplantar a manutenção das injustiças criadas artificialmente pelos países imperialistas nas relações económicas internacionais e garantia as vantagens recíprocas do intercâmbio comercial entre os Estados.

Esses documentos sancionaram os justos anseios e esforços dos países em vias de desenvolvimento no sentido de poderem exercer plena soberania sobre as suas reservas naturais, reconhecendo o seu direito de nacionalizarem instalações industriais e de controlarem as actividades dos consórcios internacionais. Esses documentos dirigem-se claramente para a redução do poder dos consórcios internacionais. Isso corresponde também ao propósito de formação de uma «comissão especial para as sociedades multinacionais», no Conselho Económico e Social da ONU.

Com o reforço da expansão dos consórcios internacionais, agudizou-se igualmente a contradição entre o capital e o trabalho. Em muitos países, a classe operária opõe-se vigorosamente à crescente concentração do capital e luta tenazmente contra a exploração. Os 50 maiores consórcios internacionais empregaram quase 9 milhões de pessoas, em 1973, grande parte das quais em suas filiais no exterior. Os consórcios internacionais utilizam ao máximo as diferenças salariais, o grau de organização dos trabalhadores, a legislação do trabalho e da previdência, bem como outros sectores, visando conseguir lucros máximos, tentando criar e dimensionar rivalidades, atirando trabalhadores contra trabalhadores nos países mais diversos.

Nas filiais do consórcio Dunlop-Pirelli, existentes no exterior, revela-se o seguinte declive do salário/hora (em franco suíço): stados Unidos – 13,36; Canadá – 11,61; Brasil/Argentina – 0,64 e Índia – 0,32. A produção realizada nos países de «mão-de-obra barata»)concore para o aumento da insegurança laboral nos países capitalistas desenvolvidos. Os consórcios dos Estados Unidos criaram, por exemplo, 603 000 postos de trabalho no exterior, entre 1966 e 1970; postos de trabalho que faltam internamente. O antigo presidente do consórcio Volkswagen, Rudolf Leiding, disse francamente: «Durante o tempo em que eu levaria para ganhar um marco na Alemanha, no Brasil já teria cinco marcos».

Mas, ao mesmo tempo, a internacionalização dos monopólios cria também premissas objectivas favoráveis no sentido da luta pela igualdade de condições de trabalho, de vida e de combate. A luta por salário igual, pela semana laboral completa e pela aproximação dos regulamentos sociais tem recebido um novo impulso.

Essa luta contra o capital internacional organizado tem que ser levado a cabo hoje ambém à escala internacional. Assim é que se organizam lutas contra a acção perniciosa desses consórcio, com a exigência de controlo da sua actividade em cada país, requerendo a solidariedade internacional, a acção unitária e coordenada dos trabalhadores nos diversos países afectados. Há anos que os comunistas vem tomando iniciativas a esse respeito. A partir de 1971, em numerosas reuniões, os partidos comunistas dos países capitalistas da Europa discutiram o estabelecimento de uma estratégia comum e uma acção conjugada contra os consórcios internacionais.

É de importância fundamental, nesse sentido, a acção unitárias das diferentes centrais sindicais. A Federação Sindical Mundial (FSM) já apresentou às demais Organizações Sindicais Internacionais as propostas correspondentes.

A luta dos trabalhadores contra a exploração das multinacionais é uma realidade em todo o mundo. Esta gravura documenta a luta das operárias da Applied Magnetics no nosso País

A unidade de acção conduz a êxitos na luta de classes

Os acontecimentos verificados nos últimos anos demonstraram que a classe operária, em acções internacionais coordenadas, pode alcançar êxitos na sua luta contra os monopólios. Por exemplo, os representantes dos sindicatos operários das empresas do consórcio Dunlop-Pirelli, na Inglaterra e na Itália criaram, em 1972, um Comité de Coordenação Internacional, protestando contra as demissões e apelando para a greve. Essa greve coordenada demoveu o consórcio internacional dos seus propósitos.

Realizou-se também uma greve bastante semelhante dos trabalhadores do consórcio produtor de seda artificial AKZO-ENKA, localizado em Breda (Holanda) e da empresa Wuppertal (da República Federal Alemã), impedindo o encerramento de 5 empresas e desemprego de 5500 trabalhadores e empregados das empresas existentes na Bélgica, na Holanda, na Suíça e na República Federal Alemã.

Tais acções de luta demonstram que uma orientação clara, uma frente de luta unitária e a solidariedade internacional consequente são uma poderosa garantia para novos êxitos dos trabalhadores na sua confrontação de classe com o capital monopolista internacional.

Visite as LIVRARIAS Avante!
LISBOA
Av. Santos Dumont, 57-C
PORTO
R. de Aviz - 26